

adernos do

terceiro mundo



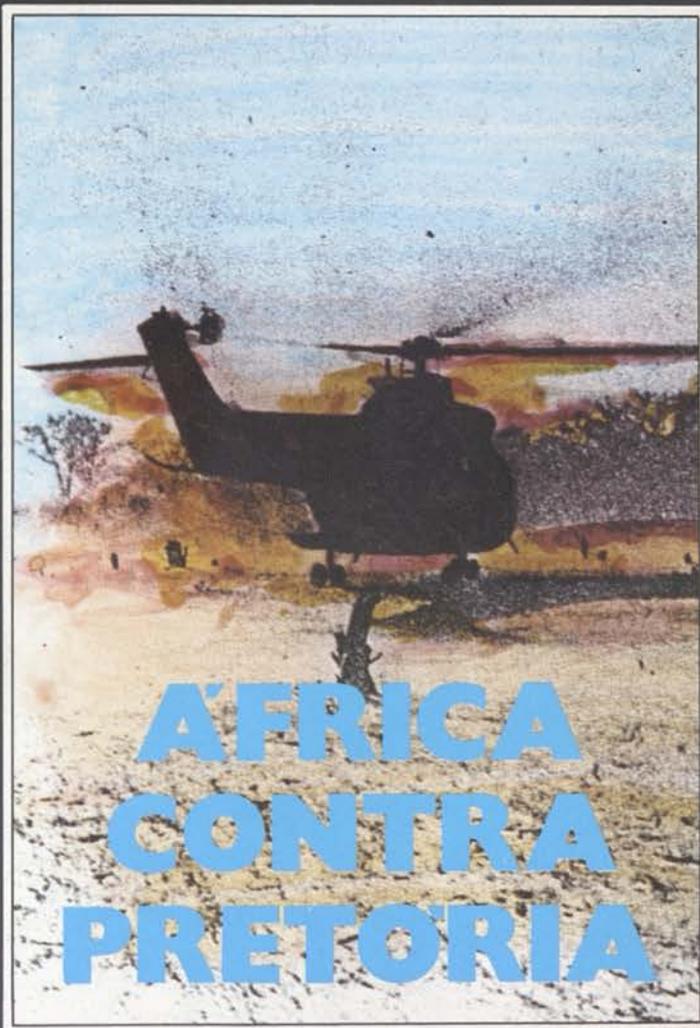
PORTE PAGO
REVISTA MENSAL

Brasil:

fome e recessão

SET-OUT 1981 Esc. 60\$00 MT60,00 PG 60\$00 CV 60,00 Kw 60,00 Cr\$ 120,00 Ano IV - n.º 37

**AGRESSÃO
RACISTA
NA ANGOLA**



**AFRICA
CONTRA
PRETORIA**

Libia na mira de Washington



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

«Subversivos»

Por colaborar com uma publicação «de clara conotação subversiva», Mário Augusto Jakobskind, nosso enviado especial a Montevideu, foi expulso do Uruguai. A notícia correu o mundo e a nossa revista recebeu numerosas manifestações de solidariedade, as quais agradecemos. Esta arbitrária decisão não impedirá que continuemos a informar os leitores sobre a esforçada luta dos uruguaios pela democracia, mas tornou impossível dar a versão das autoridades que tão descortesmente se negaram a receber o nosso companheiro. O regime uruguaio, que tanto se queixa da sua má imagem na Imprensa internacional, perdeu uma oportunidade de expôr as suas razões e denegriu ainda mais essa imagem, que as suas promessas de transição poderiam melhorar.

Cerca de vinte páginas são dedicadas neste número às penúrias económicas que pesam sobre o povo brasileiro, consideradas insuperáveis dentro de um esquema capitalista. Aliás, a crise no Brasil era tema de capa desta edição forçosamente alterado pela invasão racista ao sul de Angola.

Esteban Valenti foi a Luanda e relata a primeira fase da agressão do regime «boer», enquanto dois outros artigos focam a tentativa sul-africana de criação de um

«Estado-tampão» em território angolano e analisam a condenação unânime a Pretória expressa pelos países membros da OUA. Angola é ainda assunto nestas páginas a propósito dos II Jogos da África Central a que o nosso colaborador Carlos Pinhão assistiu. De Trípoli, Neiva Moreira trouxe-nos a sua análise da provocação norte-americana no golfo líbio de Syrta.

Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bisio

● Edições em português
ANGOLA — CABO VERDE
MOÇAMBIQUE — PORTUGAL
— S. TOMÉ E PRÍNCIPE

GUINÉ-BISSAU

Editor
Altair Campos
Administrador
Ernesto Pádua
Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Leonardo Mourão
Revisão
Estevam Reis
Tricontinental Editora Lda.
Calçada do Combro, 10-1.
T. 320650 — Lisboa 1200
Serviços Comerciais e Publicidade
José C. Figueiredo
Composição e Impressão
Renascença Gráfica e
Gráfica Europam, Lda.
Distribuição
CDL — Central Distribuidora Livreira S.A.R.L.
Representantes
Angola
Luís Henrique — C.P. 3593 — Luanda
Moçambique
Ezevaldo Hipólito
Rua Kongwa, 153 — Maputo
T. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Director Administrativo
Altair Campos
Secretário de Redacção
Nilton Caparelli
Representantes
Clóvis Seta (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033
Arte
Maria Nakano
Carmem Saporetti
Copidesque
Francisco Viana
Tradução e Revisão
José Carlos Gondini
Cláudia Guimarães
Publicidade
Jesus Antunes

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavia
Henry Pease Garcia — Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Documentação e Arquivo
Lidia Freitas
Composição
Ronaldo Fonseca
Distribuição
Homero Souza
Fotofoto
Colorrio Studio Gráfico Lt.
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encarnado
Impressão
Capemi Editora e Gráfica Lt.
Rua Peçanha da Silva, 360 (Eng. Novo)
Rio de Janeiro — RJ — Tel.: 201-2596
editora terceiro mundo lt.
Rua da Lapa, 180
(sobrelajeira +A) Tel.: 242-1957
CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ)
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
n.º 2195 — P. 209/73

● Edições em espanhol

MEXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE
Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Germínio Cardoso
editora periodistas del tercer mundo a.e.
salle California, 98A — Coyacán
México, 21 DF — telefono: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF
BOLÍVIA — CHILE — COLOMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA
(Edición Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Telefono 724-712

● Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LINGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO
Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Belfrage
Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraq), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzania), WAFI (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzania).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Grã-Bretanha — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iémen Democrático — Índia — Indonésia — Irão — Iraque — Jugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Sahara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Lúzia — Tailândia — Trindade-Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietname — Zâmbia — Zimbábue.

Editor e Director: Altair L. Campos
Propriedade:
tricontinental Editora, Lda.
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.
tel. 320650 1200 Lisboa
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colômbia 248, of. 205 Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quiote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Libreria Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Libreria del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeon Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Libreria Universitaria — José Trinidad Reyes — Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vacchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas N.º 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMA: Libreria Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunter Hopfenmüller, Jeringat 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUECIA: Wennrignren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

Neste número

- 1 aos leitores:
- 4 correio
- 5 Editorial

Matéria de capa: Angola agredida

- 10 A invasão sul-africana, *Esteban Valenti*
- 14 O apartheid procura um «Estado-tampão», *Alice Nicolau*
- 17 África contra Pretória

África

- 21 Zaire: Bond contra Mobutu, *Gabriel Omotozo*
- 24 Líbia: A aliança mundial contra a agressão, *Neiva Moreira*

Brasil

- 31 No fundo do poço, *Francisco Viana*
- 40 «Meninos, eu vi!», *Francisco Julião*
- 41 O poder da rua
- 47 A alternativa radical, *Theotônio dos Santos*

América Latina

- 51 El Salvador: Governo popular, a única opção, *Roberto Argueta*
- 54 Guatemala: Reagan e a conexão guatemalteca, *Arqueles Morales*
- 56 Uruguai: A reportagem que não me deixaram escrever, *Mário Augusto Jacobskind*

Ásia

- 60 Irão: Entre o fanatismo e a realidade, *Said Madani*
- 62 Kampuchea: O retorno dos bonzos, *Maria Fialho*

Comunicação

- 64 Preparando novas batalhas, *Phil Harris*

Norte-Sul

- 67 Migalhas para os mais pobres
- 71 A OPEP e a galinha dos ovos de ouro, *Pablo Piacentini*

75 Panorama Tricontinental

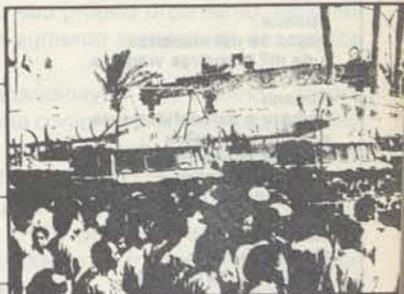
84 Telex

Cultura

- 85 O teatro de criação colectiva, *Júlia Maciel*
- 87 Uma cimeira intelectual
- 89 Dias Gomes, uma nova linguagem na televisão brasileira, *Altair Campos*

Desporto

- 94 II Jogos da África Central: Para além das medalhas, *Carlos Pinhão*



CARTAS LETTERS CARTAS



Torrijos

(...) dirijo-me através da vossa revista para expressar as minhas condolências pela morte do general Omar Torrijos:

Caros camaradas da Guarda Nacional do Panamá, com enternecimento, ouvi a dolorosa notícia do falecimento do camarada general Torrijos chefe da Guarda Nacional do Panamá. Associo-me ao pesar que enlutou o Panamá e a América Latina, e evocando o seu notável contributo para o esforço da construção de um Estado panamenho independente e para o progresso do seu Povo, apresento-vos as minhas sinceras condolências.

Clemente Nestor da Gama, Viana, Angola

Interesses egoistas

A Namíbia já seria independente, Angola não seria constantemente agredida e a mancha vergonhosa do *apartheid* teria há muito desaparecido do continente, se não fossem os egoístas interesses dos países ocidentais. Estes últimos constituem o trunfo máximo do regime de Pretória para manter a opressão do povo sul-africano e namibio, para prolongar o cortejo de morte e destruição na África Austral. É pois necessário nunca esquecer que são as relações económicas mantidas com os racistas por Washington, Londres, Bona, Paris, etc. que sustentam Botha e seus cúmplices.

Luís Soares Fidalgo, Lisboa

Kunene

Oh meu Kunene
mordiscado
crucificado
e o mundo chorando.

Aridez
e bombardeamentos
carnificinas
e violações
e o universo revoltoso
incinera-se...

Kunene
morto de mil maneiras
e de mil maneiras vingado.

Kunene
bárbara e sarcasticamente
amordaçado pelos
cães de fila de Reagan
pelos sanguinários
carrascos do capital.

Tenho dó
oh meu Kunene...
Porque acima de tudo
sofro e grito
aos microfones da História
ao vento e às plantas
às estrelas e à Lua...
Quem testemunham tamanha
desvastação humana.
Todos vêem bem
nítido quem ameaça
a humanidade inteira!?

Todos sabem que
os que morrem não
são só animais
não são pedras que se esmagam
nem tão pouco pensam
que apedrejam cajus
ou fazem guerra insecticida
às moscas...
Não!

Vou clamar para
todo mundo:
—Somos homens.
Não somos símios!

Mas nós vamos lutar
e não somente,
também vamos vencer

E então Kunene
não será mais palco
de guerras malignas.

E então Kunene
não verá mais, nunca,
aviadores semear
bombas em suas terra.

Kunene
não verá seu gado
queimado ferozmente
suas casas abaladas
seus filhos sem escolas
seu povo martirizado.

Será a negação do ruim
e a aceitação do próspero.

O momento decisivo chegará
e então gritaremos no seio
da humanidade que:
— A vontade de um povo
é inabalável.

E... por isso
Kunene vencerá.

*Cristóvão Luís Neto (16 anos)
C.P. 63 - Liceu Sagrada Esperança
Malanje, Rep. Pop. Angola*

Intercâmbio

*Januário Domingos Camilo
Av. Com. Valódia, 119-A-2.
Luanda - Rep. Pop. de Angola
Ezequiel Ventura, militar das FAPLA
C. P. 18559*

*Luanda - Rep. Pop. de Angola
Wanderley G de Almeida
Posta Restante A. C.
Belém - PA, CEP 66000 - Brasil
Fonseca Segunda Mijudo/Mintec
C. P. 4 - Chitato*

*Lunda-Norte - Rep. Pop. de Angola
Nelo Cândido
C. P. 78*

*Cabinda - Rep. Po. de Angola
Mamudo Sissé
C. P. 1 - Bairro 4
Bafatá - Guiné-Bissau
Carlos A. C. Correia
C. P. 3009*

*Luanda - Rep. Pop. de Angola
Tito Chinguineca
a/c de Alberto Chirieno
C. P. 15 Sorra-Dundo
Lunda-Norte - Rep. Pop. de Angola
José M. M. Marizane
C. P. 338*

*Nampula - Rep. Pop. de Moçambique
Pascoal Martinho Sebastião
C. P. 3635*

*Luanda - Rep. Pop. de Angola
Domingos Txacuire A. Chinguito
a/c de André Muhungue
C. P. 15 - Diamang
Sorra-Dundo - Rep. Pop. de Angola
Eugénio Aurélio
C. P. 2416*

*Huambo - Rep. Pop. de Angola
Vanderlei Ramos de Moraes
R. Barão da Torre 47/402
Ipanema - Rio de Janeiro
CEB 22411 - Brasil*

Crise nas Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas enfrenta a maior crise económica desde a sua fundação em 1945. Um pequeno grupo de países ricos liderados pelos Estados Unidos, alegando que a recessão lhes exige poupança, reduziram as suas contribuições para o orçamento da ONU. Isso está a ocasionar a eliminação ou cortes de programas que eram do interesse e do desejo explícito da comunidade internacional, e que consistiam em projectos de assistência aos países do Terceiro Mundo. Essa decisão de algumas potências faz parte da sua oposição à política que está sendo adoptada pelas Nações Unidas, onde até agora nunca tinha acontecido um confronto de tal ordem. Isto já é extremamente grave, mas contém uma perspectiva ainda mais sombria: que as contradições entre diversos blocos de nações atinjam níveis ainda maiores e a Organização se defronte com uma crise global que a torne inoperante.

O que sucede contradiz a razão de ser da ONU: constituir um foro de âmbito universal onde se harmonizem as diferenças entre os países membros e se instituem programas e organismos que enriqueçam a cooperação internacional.

A justificação alegada pelos governos responsá-

veis por esses cortes é apenas uma parte da verdade. É certo que a administração norte-americana fez reduções no seu próprio orçamento nacional, mas decidiu um aumento substancial dos gastos militares.

Os países escandinavos e a Holanda encontram-se na mesma conjuntura que os Estados Unidos. E, mesmo assim, respeitaram todas as obrigações contraídas com a comunidade internacional, incluindo a ajuda de 0,7% dos seus Produtos Internos Brutos (PIB) para a cooperação com o Terceiro Mundo. Este era o índice de ajuda combinado por todos os países industrializados, mas só foi cumprido pela Holanda e pelos países escandinavos.

Por outro lado, a França era uma das potências que durante o governo de Valéry Giscard d'Estaing se manteve abaixo dessa meta. Agora o governo socialista de François Mitterrand propôs-se alcançá-la, o que implica a duplicação dos recursos que dedicará à cooperação, apesar da crise que, certamente, não exclui a França.

Vê-se, portanto, que essas resoluções não têm a sua origem real nos problemas económicos, que são, na verdade, desculpas para a imposição de uma política definida.

A causa remota desta situação está na universalização efectiva do sistema das Nações Unidas. Quando ela foi criada, os EUA – e, em geral, os interesses conservadores do Ocidente – controlavam-na e não imaginavam que no futuro pudessem perder esse domínio. Raciocinavam, de forma esquemática, que a rivalidade capitalismo-comunismo acabaria por ser favorável ao primeiro, pois o seu superior poderio económico e a dinâmica expansionista do capitalismo atrairiam para a sua órbita um maior número de nações de um mundo que então começava o processo de descolonização.

De certa maneira esta previsão foi cumprida. Mas o facto de numerosos países passarem do colonialismo para o neocolonialismo e, conseqüentemente, permanecerem com o mesmo sistema económico, não impediu o desenvolvimento das naturais contradições entre o Ocidente industrializado e o Terceiro Mundo.

Entretanto, os movimentos de libertação alcançaram diversos triunfos, superando o neocolonialismo. Isso, junto com a consolidação e o desenvolvimento dos países socialistas, provocou uma modificação das relações de força à escala internacional. Mas, no que se refere a essas relações no âmbito da ONU, elas tornaram-se muito mais pronunciadas, devido a um facto alheio ao bipolarismo do pós-guerra, que foi gerado autonomamente pelo Terceiro Mundo: o Movimento dos Países Não-Alinhados.

O Movimento identificou os elementos comuns do subdesenvolvimento e da independência e deles extraiu um programa de acção que sintetizou os interesses e aspirações de todas as nações do Sul no campo internacional, apesar das diferentes ideologias dos seus governos.

A articulação do Movimento e o paralelo crescimento da consciencialização dos povos dependentes sobre os seus problemas provocaram a multiplicação de foros para estabelecer as suas reivindicações no plano económico. As divisões e as contradições políticas dos Não-Alinhados não impediram que em todos os sectores da ONU os países

Pobres, por meio do chamado Grupo dos 77, discutissem e coordenassem os objectivos comuns.

A coincidência num plano genérico – a reivindicação de uma Nova Ordem Económica Internacional –, assim como em numerosos assuntos específicos, entre os Não-Alinhados e os países socialistas, significou para o Ocidente a perda da maioria numérica e o fim do controlo sobre o sistema da ONU. Como é óbvio, as reacções dentro dos países desenvolvidos ocidentais não foram uniformes. Os sectores mais conservadores e mais ligados a uma lógica capitalista ortodoxa negaram-se a aceitar o diálogo com o Sul nos termos estabelecidos pelos Não-Alinhados. Para estes «duros», uma Nova Ordem Económica Internacional seria inaceitável, pois afectaria os postulados do liberalismo económico, que está na base do desenvolvimento capitalista, e os termos desiguais do intercâmbio internacional. Outros sectores, envolvendo um amplo leque de moderados e progressistas, aceitaram o princípio do diálogo e da busca de soluções para amenizar as desigualdades e as injustiças no planeta. Os «duros» ficaram em minoria, e os conseqüentes choques e obstruções que protagonizaram dificultaram a marcha do sistema.

Assim, como esta é a causa remota da crise actual, o seu detonador foi a eleição nos EUA da fórmula republicana, liderada por Ronald Reagan. Esta fórmula representa a variante mais dura e mais rígida da ala conservadora e é, por essência, antagónica à cooperação multilateral, justamente uma das premissas onde repousa o sistema da ONU.

A linha assumida por Reagan associa a cooperação com a consolidação dos vínculos da dependência em relação ao sistema formado pelas empresas transnacionais. O que postula é uma ajuda – créditos e apoio a projectos basicamente de desenvolvimento – feita por canais bilaterais, isto é, do próprio governo a cada um dos países receptores. Ao mesmo tempo, defende a diminuição do papel do Estado e a intensificação da actuação das empresas transnacionais nos programas de desenvolvimento do Terceiro Mundo. A proposta de Reagan é, portanto, uma clara e descarada aceita-

ção da própria hegemonia e um ordenamento económico baseado nas empresas transnacionais, que são precisamente os motores das desigualdades entre o Norte e o Sul.

Dizer que esta posição é minoritária no seio da comunidade internacional é um eufemismo. Com esta posição ultraconservadora, os Estados Unidos, secundados em numerosas ocasiões pela Grã-Bretanha, isolaram-se dentro da ONU, onde muitos dos seus aliados ocidentais não compartilham a sua intransigência.

Na verdade, os conceitos expressados pela embaixadora norte-americana Jeane Kirkpatrick na ONU, segundo os quais os países do Terceiro Mundo estão habituados à pobreza e que é uma ilusão acreditar que a assistência externa, seja pequena ou volumosa, pode criar desenvolvimento, são de um extremismo tal que obrigam os aliados de Washington a distanciarem-se dele neste aspecto.

A relutância norte-americana em aceitar a actual situação não é nova. Washington retirou-se da Organização Internacional do Trabalho em 1977 (reintegrou-se no ano seguinte) e fez duras campanhas contra a UNESCO por ela se ter pronunciado a favor de uma Nova Ordem Informativa Internacional. O governo actual representa um endurecimento extremo. O exemplo mais espectacular desta atitude aconteceu em Maio passado, quando na Assembleia Mundial da Saúde, promovida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), se discutiu um código de conduta para as empresas fabricantes de substitutos do leite materno. O único voto contra foi o norte-americano, perante 118 votos a favor da aplicação do código. O governo dos EUA pagou o preço de um isolamento total para se manter fiel aos seus princípios ultraconservadores.

A administração Reagan, que apenas representa a vontade de um governo, parece dizer à comunidade internacional: ou a ONU segue a nossa orientação ou a largaremos à sua sorte. Nesse sentido está inserida a decisão do corte das suas contribuições à Organização. Os efeitos que ocasionará esta medida serão importantes, pois

até agora 25% dos fundos da ONU vinham dos EUA. Em consequência, a Secretaria Geral das Nações Unidas teve que apresentar um orçamento para o período 1982/83 de «crescimento zero», ou seja, em termos reais é igual ao montante do período anterior, o que provoca o congelamento dos fundos e o adiamento de diversos programas. E quanto a organismos e programas da ONU que dependem de contribuições voluntárias, alguns sofreram sensíveis diminuições.

O projecto de Reagan consiste, portanto, em diminuir o papel da ONU, enquanto, por via bilateral, espera aumentar a influência da superpotência na cena internacional. Em torno deste assunto podemos fazer duas observações. A primeira, que esta atitude significa outro golpe para as economias dos países subdesenvolvidos. Eles estão a suportar o pesado fardo de uma recessão de que não são responsáveis: recebem receitas menores pelas suas matérias-primas, aumentam o seu endividamento até níveis alarmantes, têm dificuldades para obterem créditos e investimentos e, além disso, vêem limitada, agora, a assistência internacional.

A segunda refere-se às Nações Unidas e ao contexto internacional. A ONU nunca esteve à altura das expectativas que lhe deram vida, pois nunca existiu a vontade política dos governos que tiveram a possibilidade de guiá-la, de participar nela de um modo que tornasse possível cumprir os seus objectivos. No entanto, ela continua a ser o único foro para debater os problemas universais, desde a segurança até à cooperação. O que está a acontecer é uma ameaça directa aos seus programas relativos ao desenvolvimento, saúde, agricultura, infância e meio ambiente, abrindo uma crise que, caso continue, poderá ter resultados imprevisíveis.

Trata-se de outro factor de incerteza e de confrontação num mundo dominado pelo armamento desenfreado e pelo retorno à guerra fria. É uma amostra mais da intolerância e da incompreensão daqueles que controlam a riqueza, a força e o Poder, e que estão decididos a manter intactas, a qualquer custo, as suas posições.

PARA QUEM DESEJA SABER

PARA SI... PROFESSOR
PARA SI... ESTUDANTE
PARA SI... LEITOR

NOVIDADES DA

coleção
SABER



INTRODUÇÃO À SEMIOLOGIA

BERNARD TOUSSAINT

Semiologia... uma palavra misteriosa. A ciência dos sinais. Uma disciplina de difícil abordagem. O livro indispensável para a compreensão da semiologia.

JULES CARLES / PAUL CASSAGNES

A ORIGEM DAS ESPÉCIES

A teoria de Darwin, complementada e enriquecida à luz das descobertas da biologia e da genética.



MICHEL BANNIARD

A ALTA IDADE MÉDIA OCIDENTAL

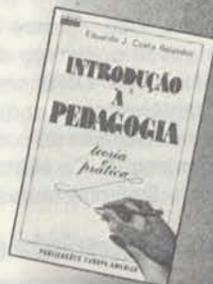
Um período de transição, um mundo extraordinariamente rico... e pouco conhecido.

A economia, as instituições, a sociedade, a cultura e a arte.

INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA

EDUARDO J. C. REIZINHO

As diversas correntes pedagógicas. As relações na Escola. Os métodos activos e a sua didáctica. Uma obra necessária aos pais, estudantes e professores.



UMA GARANTIA NA EDIÇÃO

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA



Angola agredida

Estimulados com o «sinal verde» de Washington as tropas de Pretória desencadearam no dia 23 de Agosto uma invasão às províncias do sul de Angola sem precedentes desde 1975.

Objectivos: devastar tudo que lhes seja possível do potencial económico e militar da RPA, criar um «Estado-tampão» para aí instalar os bandos da UNITA que permita ao regime racista protelar ao máximo a independência da Namíbia.

A invasão sul-africana

Um plano político-militar tenta mudar a correlação de forças na África Austral e a tendência anti-apartheid

Esteban Valenti

Enviado especial de cadernos a Angola

QUANDO os blindados e as tropas de infantaria motorizadas do regime racista de Pretória invadiram, em 23 de Agosto, o território da República Popular de Angola, na mais vasta operação militar desde a independência deste país, em 1975, teve início uma nova etapa de confrontação na África Austral, com importantes repercussões no quadro internacional.

A invasão — que se mantém no momento em que fechamos esta edição — foi preparada ao longo de vários meses, tanto no plano militar, como no campo da política externa com diversos movimentos diplomáticos do regime do *apartheid*.

Quarenta e cinco mil homens foram concentrados na fronteira entre a Namíbia e Angola; esquadrilhas de caças-bombardeiros foram transferidas para as bases militares — e mesmo civis — sul-africanas sediadas na Namíbia; os voos de reconhecimento, os ataques e as incursões de «comandos» em território angolano alcançaram particular intensidade nas semanas que antecederam a invasão.

As tropas regulares da África do Sul vieram juntar-se para a operação as forças do «Batalhão 32», composto por mercenários brancos e africanos, e os bandos da UNITA, adestrados e armados pela África do Sul.

No plano diplomático, as viagens



Coluna de blindados sul-africanos na agressão ao sul de Angola

do ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano aos Estados Unidos e as reuniões que manteve com o secretário de Estado Alexander Haig e com representantes do Pentágono não teriam servido apenas para «a troca de opiniões sobre a política externa» de Pretória, como o afirmaram os comunicados; algo muito mais grave estava a ser preparado: os actuais acontecimentos comprovam-no.

Uma resistência inesperada

A 23 de Agosto, toda a força destrutiva da poderosa máquina militar sul-africana se abateu sobre as populações do Cunene, sobre os acam-

pamentos da Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) e das unidades das FAPLA aí estacionadas em missão de defesa do território nacional angolano.

Onze mil homens, equipados com tanques pesados de 50 toneladas *Centurion* (de patente inglesa), veículos blindados *Panhard AML 90* (de origem francesa), *Ferret* e *Saracen* (ingleses) e *Ratel* (israelitas), canhões de 155 mm e de 88 mm de fabricação norte-americana, penetraram em duas colunas, com eixos de ataque em direcção a Catequero e Xangongo (importante nó de comunicações e onde se ergue a ponte sobre o rio Cunene que separa a região da vizinha província da Huíla).

Nos primeiros dias da agressão a aviação sul-africana realizou mais de trinta incursões e bombardeamentos com *Mirage F-1* (de fabrico francês), *Impala MK2* (italianos) e *Bucaneer* (ingleses) enquanto as colunas blindadas recebiam apoio tático de helicópteros *Alouette II*.

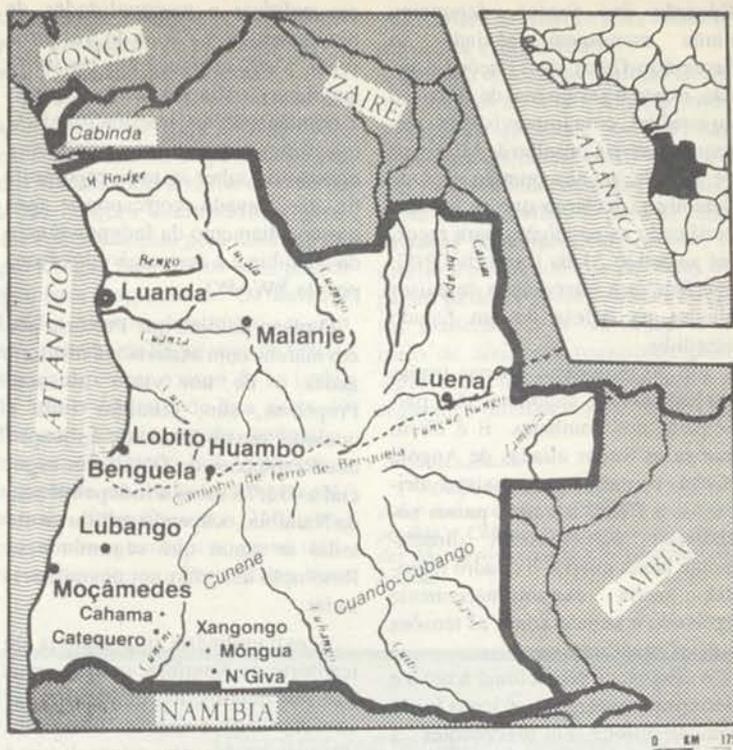
A primeira amarga comprovação porém que o alto-comando sul-africano experimentou deu-se quando a invasão preparada como «um passeio» e programada como fulminante — incluía a ocupação de posições-chave na província do Cunene e a destruição dos acampamentos da SWAPO em poucas horas — se transformou numa complexa operação militar devido à resistência oposta pelas FAPLA que em alguns pontos, como na capital da província, Ngiva, resistiram durante seis dias aos ataques dos blindados e aos intensos bombardeamentos.

A superioridade aérea numa região constituída fundamentalmente por savana de rala vegetação, criando sérias dificuldades ao aprovisionamento das FAPLA e populações civis, jogou sem dúvida, um papel importante em todas as operações bélicas.

Uma semana após o início da invasão as tropas sul-africanas tinham causado cerca de 700 mortos entre civis e militares e um grande número de feridos, e ocupavam praticamente todo o território da província do Cunene (90 mil quilómetros quadrados e uma população de mais de 200 mil pessoas).

Terra queimada

No momento em que encerramos esta edição a ocupação desta região pelas tropas sul-africanas persistia, apesar dos duros combates travados, e não obstante os comunicados propagandísticos de Pretória que falavam em retirada. As tropas agressoras, inclusive, tinham iniciado nesta região obras de fortificação e ha-



viam disseminado milhares de minas antipessoal e anti-carro.

Só nos quatro primeiros dias de luta, Angola denunciou mais de 103 violações do seu espaço aéreo, seja através de voos de reconhecimento seja de bombardeamentos de localidades como Xangongo, Cahama, Cuvela, Tchamutete, Kivete, Porto Alexandre e Tchimbemba.

As destruições foram imensas. Xangongo e Cahama foram riscadas do mapa e outras populações correm o perigo de ser igualmente arrasadas.

Os efeitos das bombas de 500 quilos, dos *rockets* e dos canhões de 30 mm da aviação sul-africana foram completados pelas cargas explosivas dos sapadores, aplicando rigorosamente uma política de terra queimada.

Um dirigente do MPLA-PT da região comentou-nos com amargura, perante a destruição do resultado de tantos esforços e sacrifícios,

que agora apenas lhes faltava cobrir os campos com sal para acabarem a sua obra devastadora.

Mas as operações militares não se reduziram apenas à área do Cunene, já de si de extraordinária importância, e à ocupação das posições-chave dessa província, mas estendem-se também à província de Kuando Kubango, ameaçando inclusive Mavinga e a capital Menongue.

Pelo simples relato dos acontecimentos, ou pela quantidade e potencial das forças que Pretória pôs em movimento, torna-se evidente não se tratar de uma simples «operação punitiva» contra a SWAPO e contra Angola, mas serem os objectivos muito mais vastos, complexos e perigosos.

Condenação mundial

Tal como o Presidente da República Popular de Angola, José

Eduardo dos Santos, denunciou numa mensagem enviada ao Secretário-Geral das Nações Unidas, existe o perigo real de extensão do conflito, com imprevisíveis consequências; o Conselho de Ministros de Angola, na sua reunião de 4 de Setembro, declarou que se haviam verificado as condições para recorrer ao artigo 51 da Carta da ONU, que faculta a intervenção de países aliados na defesa de um Estado agredido.

Até ao momento, apenas tropas exclusivamente angolanas têm participado nos combates. E é óbvio que se as forças aliadas de Angola (Cuba, os países progressistas africanos, a URSS e outros países socialistas) participassem directamente nessa guerra, o quadro regional seria extraordinariamente agravado e aumentariam as tensões a nível mundial.

A resposta internacional à nova e perigosa aventura sul-africana foi de uma amplitude sem precedentes.

As esperadas declarações de apoio a Angola e de repúdio pela intervenção sul-africana por parte dos países africanos, socialistas e progressistas do mundo, veio juntar-se a voz de praticamente todos os Não-Alinhados e das nações da Europa Ocidental; o isolamento diplomático e político de Pretória atingiu o seu nível mais alto.

No conselho de Segurança só o veto dos Estados Unidos e a abstenção da Grã-Bretanha impediram uma condenação unânime da África do Sul. Mais enérgica e esmagadora foi a situação na Assembleia Geral da ONU convocada para discutir a questão da independência da Namíbia, onde por 117 votos a favor, 22 contra e seis abstenções foi expulsa a delegação sul-africana.

Bases para a UNITA

E, no entanto, apesar de toda esta avalanche política e diplomática de repúdio, a que se vieram juntar for-

ças políticas e personalidades de todo o mundo, a África do Sul prossegue a sua aventura em território angolano desafiando, uma vez mais, a opinião pública internacional. O que obriga naturalmente a colocar a questão de saber se um preço político tão elevado, corresponde apenas ao adiamento da independência da Namíbia e à destruição dos campos da SWAPO.

O plano político que Pretória põe em marcha com as divisões militarizadas é de um vasto alcance. Propõe-se, sim, eliminar toda e qualquer possibilidade de aplicação das Resoluções da ONU, em especial a 435/78 sobre a independência da Namíbia, ocupando militarmente todas as zonas que segundo essa Resolução deveriam ser desmilitarizadas.

A extraordinária importância do território da Namíbia, com os seus 824 mil quilómetros quadrados, as suas riquíssimas reservas de urânio, diamantes e de outros minerais não é suficiente para explicar a dimensão do plano sul-africano.

O que a África do Sul se propõe é modificar radicalmente a relação de forças em toda a África Austral, e, por reflexo, em todo o continente, atacando Angola, sem dúvida o país que ocupa as primeiras e mais frontais posições na defesa da independência da Namíbia, mas que representa também um modelo próprio, original, mas profundamente revolucionário das transformações pós-coloniais. Pretória intenta ainda assentar um golpe duríssimo a todos os países da Linha da Frente, aos movimentos de libertação e, em geral, a toda a África independente. Para isso procura instalar em território angolano forças dos bandos fantoches da UNITA de forma estável.

Nos últimos anos as FAPLA derrotaram todas as sucessivas tentativas de instalar bases permanentes da UNITA em território angolano, retirando a Jonas Savimbi toda e qual-

quer credibilidade, tanto interna como externa.

Com a cobertura, agora, dos caças bombardeiros, dos blindados e das tropas sul-africanas. Pretória pretende de novo instalar na região uma base permanente da UNITA. Este pseudo-movimento nacionalista, declaradamente pró-sul-africano, jogou as suas cartas em Angola não só na sua oposição ao governo de Angola — primeiro sob a presidência de Agostinho Neto e depois com José Eduardo dos Santos — como também procurou exacerbar os factores raciais e tribais, explorando as divisões fomentadas ao longo dos séculos de dominação colonial portuguesa entre as diversas etnias angolanas.

A imagem que o mundo tem é de uma UNITA unida por cordão umbilical à África do Sul, parte integrante da sua estratégia, movendo-se como peça de um novo esboço colonial engendrado por Pretória. Nisto se inserem as tentativas da administração Reagan em anular a Emenda Clark, no Senado norte-americano. (*)

O que está em jogo

Mas não é só o objectivo de instalar um governo fantoche da UNITA em território angolano, protegido evidentemente pelo exército de Pretória, que explica no seu todo o plano sul-africano. Ainda que isso só por si demonstre o perigo da situação.

Na África do Sul, os sectores mais radicais e racistas do quadro político boer pretendem modificar a actual correlação de forças na região, culminada com a independência do Zimbabwe em 1980 que tem vindo progressivamente a isolar o regime racista.

Os sul-africanos estão conscientes, como reconheceu o general Lloyd, comandante das tropas de

ocupação da Namíbia, que um eventual plebiscito neste país controlado pela ONU levaria a SWAPO a obter um apoio de pelo menos 60 por cento dos sufrágios. Mas estão conscientes, sobretudo, de que este é o acto final do drama da independência de África.

Em jogo está também o último e mais dramático elo da cadeia, com o qual três milhões e meio de brancos dominam na África do Sul uma população de 18 milhões de negros. Está em causa não só o seu domínio racial, o seu odioso regime do *apartheid*, mas também o sistema económico e o modelo de desenvolvimento da África do Sul.

As suas imensas minas de ouro, de carvão, de bauxite, de cobre funcionam na base da exploração de

centenas de milhares de negros que recebem salários de miséria e vivem em condições sub-humanas.

Para poder atingir objectivos tão ambiciosos, a África do Sul conta naturalmente com o apoio dos Estados Unidos, pois o clima de tensões e provocações internacionais geradas continuamente pela administração Reagan favorece os seus planos belicistas e agressivos. Os Estados Unidos, como o demonstrou o veto no Conselho de Segurança da ONU, apesar de correr o risco de se isolar de toda a África e de boa parte do Terceiro Mundo, apoia ostensivamente a África do Sul. Apoio que ultrapassa em muito a simples cobertura diplomática na ONU, expressando-se também no plano militar e económico. Perspectiva esta

que confere ao conflito uma extrema gravidade e importância.

Quando se lêem as notícias sobre os combates no sul de Angola, convém pensar que neste conflito, nas suas consequências, estão em jogo não só a independência da Namíbia, a paz e a tranquilidade para as martirizadas populações do Cunene, o direito à independência de todos os países da região, bem como os direitos inalienáveis de 18 milhões e meio de africanos oprimidos pelo *apartheid*, mas também a paz e a segurança internacionais. □

(*) Dispositivo aprovado em 1975, no calor dos escândalos de Watergate, que proíbe a CIA de desenvolver actividades clandestinas contra o governo de Angola.

«Camaradas, atingimos o Impala»

O «Jornal de Angola» publicou uma crónica do seu enviado especial ao sul do país, na qual se descreve o derrube, pelas forças armadas angolanas, de um caça-bombardeiro sul-africano do tipo Impala MK2.

«Reunidos em conversa debaixo de uma árvore — conta o repórter — vimos de repente o reluzir brilhante de um avião que na extremidade das asas transportava dois reservatórios de combustível bastante visíveis, que pareciam dois grandes mísseis.

Era um Impala MK2 da força aérea sul-africana, que, proveniente do lado direito de onde estávamos, viajava na nossa direcção. Numa questão de segundos, o avião baixa de altitude. O soldado que se encontrava perto grita: Todos ao chão, vai atirar. Ouvimos uma explosão muito perto de nós e logo a seguir, o disparo de dez roquetes, um dos quais alvejou uma pequena árvore situada a dez metros do local em que nos encontrávamos deitados».

«Com o coração na mão» — prossegue o repórter — vimos o Impala virar verticalmente a quase 90 graus. Entretanto, as baterias antiaéreas já tinham começado a fazer fogo em duas direcções procurando atingir igualmente um Mirage, de que nós não nos tínhamos apercebido.

Depois de várias tentativas para bombardear a nossa posição, pois as baterias faziam uma forte barragem em « tiro cruzado », os dois aviões dispersaram, para logo voltarem cada um do seu lado, tentando enganar os artilheiros, e descarregarem a sua mortífera carga».

Escreve o repórter: «Ouvimos os canhões abrirem fogo quase em conjunto no pequeno espaço aéreo onde os dois aviões inimigos tinham acabado de realizar um 'cruzamento a quatro asas'. Um deles começa a largar fogo. É o Impala MK2, que continua se aproximando do chão. A fumaça envolve já esse avião, e o vemos continuar seu vôo descendente sem registar a mínima tentativa de correcção. Alguns segundos depois, o avião desaparece por detrás das árvores que nos ocultam a visão do local da queda, no seu vôo de pique para a morte. Um estrondo, um forte estrondo, acompanha a grande coluna de fumaça cinzenta que começa a elevar-se para o céu. 'Camaradas, atingimos o Impala' — grita o soldado que aperta a sua metralhadora. Um grande sorriso se estampa na cara negra de poeira».

O apartheid procura um «Estado-tampão»

Uma ideia já velha, de pelo menos seis anos, tem vindo agora a ser febrilmente preparada entre a Administração Reagan e o governo de Pretória

Alice Nicolau



A persistente ocupação da província angolana do Cunene pelas tropas racistas de Pretória indica que o principal objectivo visado pelos invasores sul-africanos, ao desencadear a «operação Proteu» contra a República Popular de Angola, foi exactamente o de criarem um Estado-tampão na zona, que, de acordo com o plano da ONU para a Namíbia, se destinaria a ficar desmilitarizada. Isso mesmo foi reconhecido pela missão da OUA que se deslocou a Angola e concluiu que os bandos

da UNITA continuavam no Sul daquele país, concretizando o plano visado por Pretória.

A criação desse Estado-tampão tem vindo e ser febrilmente preparada entre a Administração Reagan e o governo de Pretória e tem sido amplamente denunciada durante os últimos meses pela Imprensa progressista mundial. Quando os dirigentes angolanos, desmentindo a alegada retirada de Pretória, acusaram os racistas de tentarem criar esse «Estado-tampão» vieram apenas confirmar que os projectos ela-

borados, no quadro do «plano americano para a Namíbia», tinham conhecido, finalmente, a sua séria tentativa de concretização.

Um plano velho

O plano de criar um Estado-tampão na zona meridional de Angola é uma ideia velha de, pelo menos, seis anos. É de crer que tenha sido um dos objectivos discutidos no famigerado «encontro do Sal» entre o então presidente da República por-

tuguesa general Spínola e o dirigente zaireense, Mobutu. Se o foi ou não, é coisa que não pode saber-se com toda a certeza. Mas o que se sabe de certeza é que as tentativas de uma independência neocolonial para Angola, consubstanciadas no «reconhecimento» dos bandos da UNITA e da FNLA como «movimentos» colocados em pé de igualdade com o MPLA, previam o desmantelamento do território da actual RPA e a sua divisão em três Estados: um, ao Norte, entregue à FNLA; outro, ao centro, «cedido» ao MPLA; e, um terceiro, ao Sul, oferecido a Pretória via UNITA.

Se tais planos se tivessem concretizado, todo o quadro político da África Austral seria hoje de natureza bem diferente. O processo de independência do Zimbabwe ter-se-ia retardado, e a consolidação da revolução moçambicana teria ficado sujeita a pressões, por ventura intoleráveis. Além disso, as «iniciativas ocidentais» para a independência da Namíbia ou não se teriam produzido ou ter-se-iam ficado por uma mera formalidade neocolonialista.

A tática ocidental

Para todos os Estados cúmplices de Pretória na exploração desenfreada das riquezas da Namíbia, ficou claro que os dez ou quinze anos de que necessitam para sugar o máximo dos recursos do território eram um lapso de tempo demasiado longo, face às novas condições surgidas na África Austral com a derrota infligida em Março de 1976 aos agressores do jovem Estado angolano.

Dá que os ocidentais tenham decidido fazer rebentar os dois abscessos mais perigosos da região: o do Zimbabwe e o da Namíbia. Sabe-se



Material de guerra sul-africano abandonado no campo de batalha (em cima).
Morte e devastação, o pesado ónus da agressão: segundo estimativas das autoridades angolanas a invasão racista causou já mais de mil mortos, na sua maioria civis

como todas as tentativas neocoloniais em torno do Zimbabwe falharam. Mas isso não impediu que cinco potências ocidentais — EUA, RFA, Grã-Bretanha, França e Canadá (o chamado «grupo de contacto») tenham tentado a sua sorte para ganhar o máximo tempo possível na Namíbia. Perseguido embora os mesmos objectivos estratégicos que Pretória, os cinco do Ocidente adoptaram uma tática diferente de resolver o problema. Tornara-se claro que a África independente estava cada vez menos disposta a embarcar em independências fictícias e em cumplicidades com o Ocidente. Tanto mais que o exemplo angolano demonstrava claramente as vantagens da aliança com os Estados progressistas, e indicava, sem margem para dúvidas, quem eram os verdadeiros aliados dos movimentos de libertação.

Surgiu assim uma primeira versão do plano dos «cinco», que, nas suas vaguidades e na sua violação frontal de resoluções anteriores do Conselho de Segurança da ONU, era uma autêntica «oferta em bandeja» da Namíbia a Pretória. Mas a breve trecho se reconheceu que o plano não passaria naquela forma. As emendas que lhe foram posteriormente introduzidas levaram alguns Estados africanos a pressionar a SWAPO-movimento de libertação do povo da Namíbia — a aceitar um plano, cujos alçapões eram, mesmo assim, evidentes. Ficou, pois, estabelecido pela comunidade internacional e aceito pela SWAPO que a resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU seria o quadro dentro do qual se tornaria possível concretizar finalmente a histórica decisão tomada pela AG das Nações Unidas em 1966, ao determinar a cessação do mandato sul-africano sobre o território.

A África do Sul dissociou-se publicamente do plano — esses afastamento não deixava, aliás, de convir às potências ocidentais, que, finalmente, demonstravam aos olhos da comunidade internacional a sua não cumplicidade com Pretória — decidindo-se a prosseguir a sua velha tática de ataques militares contra os países africanos vizinhos

que defendem a independência da Namíbia, enquanto, ao mesmo tempo, procedia a uma «maquillage» da sua presença no território, mediante falsas eleições, reclamadas, aliás por toda a comunidade internacional.

Doutrina Reagan», seis anos de recuo

Estavam as coisas neste pé quando Ronald Reagan ganhou as eleições nos EUA. Aqui é curioso notar uma circunstância muito perturbadora: o principal conselheiro de Reagan, o sr. Richard Allen, um velho conhecido da UNITA, pois recebeu umas vultuosas contribuições financeiras de empresas colonialistas portuguesas que a certa altura do processo de descolonização, pensaram numa «declaração unilateral de independência» para Angola, com UNITA e Savimbi interpostos. Se a informação é um tanto marginal, ela pode revelar até que ponto vão as cumplicidades dos «estrategos» que pontificam actualmente em Washington.

A vitória de Ronald Reagan e as posições que a nova Administração imediatamente tomou, ao declarar sem ambiguidades, que estava disposta a conceder um papel prioritário à África do Sul no contexto do continente, explicam as posições de Pretória na conferência de Genebra em Janeiro deste ano, e a intensificação do seu esforço bélico contra os países vizinhos.

As tentativas de revogar a emenda Clark, a recepção feita a oficiais militares sul-africanos, o «ressuscitar» de Jonas Savimbi, fornecem o quadro preparatório dos planos norte-americanos para a África Austral, planos esses concretizados em Pretória aquando da visita de Chester Crocker, subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos. A resolução 435 era posta de parte, e, em troca dela, intervinham dois factores essenciais para a solução do problema namibiano: a salvaguarda dos interesses brancos no território e a inclusão do «elemento UNITA» na realidade política angolana.

Este «plano americano» é directa consequência da teoria da «ligação»

(linkage), seguida pela Administração Reagan para a sua actuação diplomática em todos os recantos do globo. Segundo essa tese, nenhum milímetro deste planeta escapa ao sempiterno conflito entre o bem (o Ocidente) e o mal (o Leste). Portanto, enquanto houver tropas cubanas na RPA, haverá tropas sul-africanas na Namíbia. Enquanto houver um movimento pró-Leste (o MPLA em Luanda, não há acordo possível sobre a Namíbia. Para que tal acordo intervenha, será necessário o «contrapeso UNITA».

Por outras palavras: a Administração Reagan e Pretória fizeram recuar o relógio da História seis anos, ressuscitando a velha ideia do Estado da UNITA no Sul de Angola. Os ocidentais do grupo de contacto, à excepção da França de Mitterrand, têm parecido ceder às tentativas de «alterar» aquilo que já está de há muito assente, não encarando com maus olhos este arrastamento do problema que lhes permitirá continuar a explorar até ao osso as riquezas da Namíbia, ainda que sabiam que esse território está perdido para sempre.

A criação da zona-tampão no Sul de Angola foi programada de modo a ser um facto consumado quando as Nações Unidas voltassem a debater o plano para a Namíbia. As vantagens que daí decorrem para Pretória são evidentes: no terreno militar constituem um meio de asfixiar a SWAPO e de exercer contínua chantagem e pressão sobre Angola. No plano diplomático, porém, os cálculos de Pretória não parecem susceptíveis de êxito. Não é crível que esse «facto consumado» possa fazer voltar a posição firme que a ONU teria vindo a adoptar sobre o problema. Mas o que é inegável é que a presença dos bandos da UNITA, se não vai tirar Savimbi do caixote do lixo da história, contribui, sem dúvida, para dificultar a solução do problema namibiano, criando mais um factor de instabilidade e conflito aberto naquela sacrificada zona do mundo, cujas tarefas prioritárias são as do desenvolvimento económico e da libertação sob todos os aspectos.

Unidade da África contra Pretória

A aventureira acção bélica das forças sul-africanas no sul de Angola encontrou também pela frente a unânime condenação da África



A pronta e vigorosa reacção da Organização da Unidade Africana (OUA) à invasão da República Popular de Angola pelas tropas racistas de Pretória é um indicio seguro das profundas transformações que nos últimos anos se têm produzido no continente africano. Se compararmos as atitudes de agora com as hesitações e ambiguidades de 1975 em relação ao processo de independência de Angola, facilmente avaliámos o longo caminho percorrido neste tão breve lapso de tempo pelos povos africanos no seu conjunto e pela Organização que os representa.

É evidente que esta evolução tem vindo a ser cada dia mais nítida. Mas talvez a invasão racista de fins de Agosto contra a RPA tenha produzido repercussões históricas na

consciência e na unidade dos povos africanos, por um lado, e na cooperação afro-árabe, por outro lado.

Apoios de diversos azimutes

Uma intensa actividade diplomática envolveu diversos Estados africanos e árabes, logo que se conheceu a amplitude da agressão contra Angola. Da parte das antigas colónias portuguesas em África regis-

tou-se um imediato movimento de solidariedade para com Luanda, enquanto uma outra antiga colónia portuguesa, essa do continente americano, o Brasil, em consonância com a política africana que vem seguindo há vários anos, se dispôs a conceder imediato auxílio material («sob diversas formas») a Angola. A República Popular de Moçambique, a Argélia, a Líbia, a Tanzânia e a Nigéria apressaram-se a oferecer auxílio militar à República Popular de Angola.

A questão do auxílio militar foi também abordada na reunião dos países da Linha da Frente, que decorreu em Lagos, com a participação do presidente nigeriano, e sobre cujos resultados nada de concreto se soube.

Muito significativas foram as posições tomadas por personalidades



O apoio a Angola foi unânime na OUA. A condenação sem sofismas da agressão racista veio tanto de dirigentes moderados, como o queniano Arap Moi (na foto à esquerda), como de dirigentes que se situam na vanguarda revolucionária da África, como Samora Machel

oficiais da OUA, nomeadamente pelo seu presidente, o queniano Daniel Arap Moi, o qual exortou os povos africanos a auxiliarem militarmente a República Popular de Angola, considerando que a agressão contra um Estado africano «é uma agressão contra a África como um todo» e que esta tem «o direito de se defender a si própria contra tal agressão».

É certo que esta solidariedade indesmentível por palavras não foi concretizada ainda, até porque a República Popular de Angola não lançou qualquer apelo nesse sentido. Mas quando vemos Estados africanos, ainda ontem propensos a um diálogo com a África do Sul, e outros Estados, como o Egipto, fiéis serventuários do imperialismo norte-americano noutras esferas de conflito, não podemos deixar de reconhecer que a África caminha aceleradamente para uma tomada de consciência da sua unidade perante o mesmo inimigo: o colonialismo.

O panorama africano

A evolução dos povos africanos neste sentido tem uma raiz histórica fundamental: neste momento 30%

do território do continente e 25% da sua população constituem a vanguarda revolucionária do continente, composta por Estados que seguiram a orientação socialista. Esta opção — com todas as suas vicissitudes possíveis nalguns casos concretos, com todas as suas ambiguidades, noutros — explica-se fundamentalmente pelas trágicas experiências colhidas da primeira fase da independência.

«A África começa mal», escreveu um teórico francês, René Dumont. E vinte anos volvidos sobre as independências dos Anos 60, a África continua mal, prevenendo-se que, se as tendências não se alterarem, no ano 2000, com uma população avaliada em 800 milhões de habitantes, 60% dos africanos serão analfabetos e 50% da população activa não terá emprego.

O subdesenvolvimento em que continua mergulhado este continente potencialmente riquíssimo traduz-se por cifras impressionantes, das quais destacaremos apenas algumas: 20 dos 31 países mais pobres do mundo são africanos, o continente (com 10% da população mundial) fornece apenas 1% da produção industrial e 2,7% do produto

mundial global, a produção agrícola tem vindo a baixar, enquanto o endividamento externo em 1979 atingia a cifra de 70 mil milhões de dólares (contra 7 mil milhões em 1965).

O bloqueamento do desenvolvimento é essencial para as práticas neo-colonialistas, interessadas em manter as antigas colónias africanas no papel de clientes dependentes.

Estas realidades impõem-se à consciência dos povos africanos cada vez mais claramente e não surpreende que um dirigente moderado, como o nigeriano Shagari, tenha inaugurado a histórica conferência económica da OUA em Lagos em Abril de 1980 com estas palavras: «Entramos agora numa nova etapa da luta de libertação da África, a batalha pela sua independência económica».

Namíbia: questão central

A pilhagem sistemática da Namíbia, a sua tentada integração no odioso sistema do «apartheid» é um atentado contra os interesses mais profundos de todo o continente africano. A sua continuada ocupação pelos racistas sul-africanos é um foco de tensão permanente, que obriga os Estados africanos a despendem largas somas de divisas, poderosas energias nos gastos e nas tarefas com a defesa, em prejuízo das necessidades urgentes do desenvolvimento.

Liquidados na quase totalidade os regimes que constituíam uma ofensa à dignidade dos povos africanos independentes, substituídos em certos Estados moderados antigos dirigentes, que, em muitos casos, se vergaram aos interesses de classe, manchando um passado de luta de independência, ampliado o espaço progressista em África, estão criadas as condições para o arranque efectivo da segunda etapa de que falou o presidente nigeriano.

Há, por vezes, recuos nestes processos. Mas a unidade africana, tão claramente evidenciada depois da invasão da República Popular de Angola, parece ter chegado a um ponto de não retrocesso.



José Eduardo dos Santos:

*Impossível
impedir independência
da Namíbia*

«É necessário que a África, como continente, se erga contra o regime da África do Sul», afirmou em Trípoli, no dia 1 de Outubro, o presidente José Eduardo dos Santos que frisou já não bastarem as intenções e ser necessário agora «acção, acção no plano militar, acção no plano político e diplomático».

Semanas antes, o chefe de Estado da RPA no decurso de uma conferência de Imprensa concedida a jornalistas angolanos e estrangeiros tinha uma vez mais definido a posição do seu país na questão da independência da Namíbia nos seguintes termos:

«Nós temos referido várias vezes que Angola continua pronta a juntar os esforços a todas as forças, a todos os países para encontrar uma solução negociada, internacionalmente aceite para o problema da Namíbia. Nós desenvolvemos esforços bastante grandes em 1979 e 80, graças a esses esforços e também ao trabalho desenvolvido no quadro das Nações Unidas e dos países da Linha da Frente, foi possível colocar frente a frente, dum lado a SWAPO — a única organização política que conduz a luta para alcançar a independência real do povo da Namíbia — e doutro lado os representantes do Governo da África do Sul, com-

pondo uma única delegação os elementos dos ditos partidos internos. Não foram alcançados sucessos nessa reunião porque a África do Sul declarou que as condições não estavam reunidas para a assinatura de um acordo de cessar fogo.

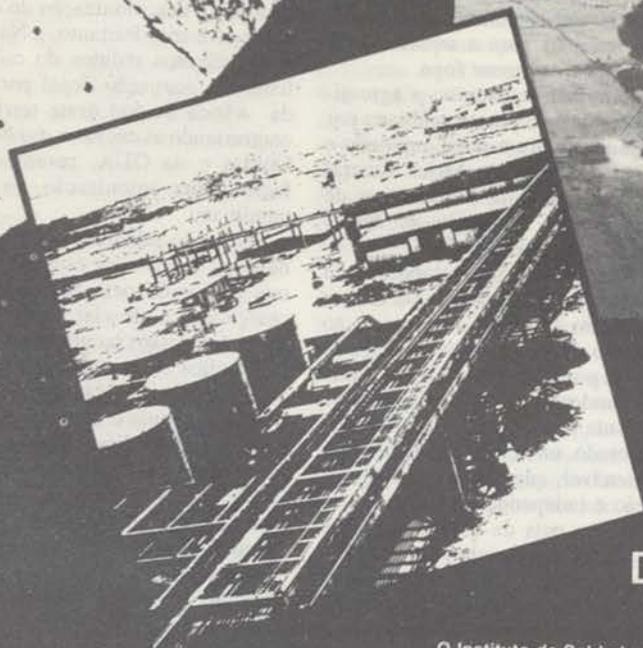
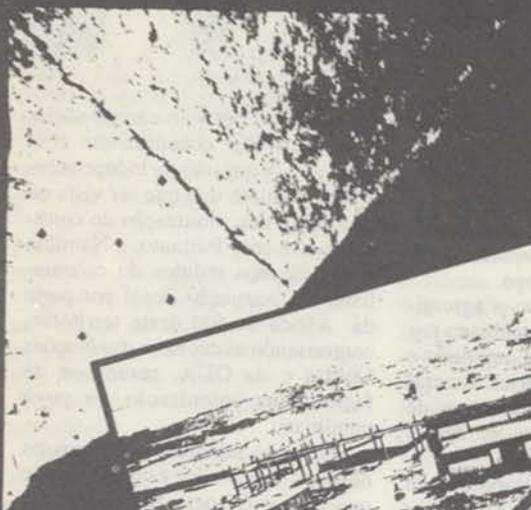
«Entretanto aumentou a agressividade contra o povo namibiano por um lado, contra o povo angolano e os outros países da África Austral independentes, na vã tentativa de eliminar por completo as forças guerrilheiras da SWAPO.

«Nós pensamos e declaramos que essa política do Governo da racista África do Sul está condenada ao fracasso. Nada é possível de impedir que o povo da Namíbia se torne independente, não só porque conduz uma luta justa, mas porque defende sobretudo, um direito fundamental e inalienável, que é o da autodeterminação e independência.

«Como país da Linha da Frente nós temos conjugado os nossos esforços com os outros Estados porque consideramos que o problema da Namíbia é essencialmente um problema africano. Não é como se tem pretendido dizer através de algumas agências noticiosas, que o problema da Namíbia tem que ser visto num contexto das contradições entre os blocos, isto é dum lado o bloco oci-

dental e, por outro, o campo socialista. Nós não concordamos com esta tese. A questão da independência da Namíbia tem que ser vista no quadro da descolonização do continente africano. Portanto, a Namíbia é dos últimos redutos do colonialismo. A ocupação ilegal por parte da África do Sul deste território, contrariando as decisões das Nações Unidas e da OUA, resume-se de facto numa colonização do povo namibiano.

«Nós não falharemos aos nossos deveres. É certo que esta guerra que nos é movida pela África do Sul obriga-nos a desviar uma grande parte dos nossos recursos materiais, financeiros e humanos, para defender a nossa integridade territorial, a nossa soberania e a nossa independência. Apesar disso, nós não falharemos aos nossos deveres, ao nosso dever de país membro da OUA e de país membro da Organização das Nações Unidas. Pensamos sim que por esta razão mesmo, devemos beneficiar do apoio material, financeiro e outro para que possamos continuar a defender com dignidade o povo angolano, brindando igualmente a nossa solidariedade activa aos nossos irmãos africanos que conduzem a luta de libertação na Namíbia.»



INSTITUTO DE SOLDADURA

O Instituto de Soldadura é uma instituição privada sem fins lucrativos criada em 1965 para o Progresso da Tecnologia da Soldadura. O acompanhamento de grandes projectos industriais e a obtenção de conhecimentos através de ligações internacionais, proporcionaram ao Instituto de Soldadura, alargar as suas actividades aos campos do

CONTROLE DE QUALIDADE, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO.
No seu quadro técnico figuram 50 Engenheiros dos quais 12 pós-graduados em Universidades e Institutos estrangeiros, nos vários campos técnicos relacionados com a Indústria Metal-Mecânica.

A Indústria pode contar com o total apoio do Instituto de Soldadura, nos seus esforços de evolução tecnológica e de promoção de qualidade.

INSTITUTO DE SOLDADURA Rua Tomás de Figueiredo, 16-A - 1500 LISBOA - Telef. 70 75 82 - 70 57 85 - 70 37 88

Bond acusa Mobutu

A crise económica, a corrupção e a mediocre administração do país podem levar a uma mudança de poder

Gabriel Omotozo



Bond: diversas potências ocidentais encaram-no como um provável substituto de Mobutu

ATRIBULADO por uma profunda crise económica, o Governo do presidente Sese Seko Mobutu encontra-se perante o aparecimento de frentes adversárias que ameaçam a sua estabilidade.

Em Abril passado, o seu primeiro-ministro, Nguza Karl I Bond, pediu asilo na capital belga, onde tinha ido visitar a esposa, hospitalizada em Bruxelas. Depois de um período de ponderação, Bond lançou, no dia 30 de Junho, uma proclamação convidando o seu povo a derrubar Mobutu, tendo traçado um quadro catastrófico da economia, da corrupção e da repressão que caracterizam a vida actual no Zaire.

«Fora necessário (no passado) um poder forte, mas não a ditadura, a intolerância e o imobilismo», disse Bond, o qual se ofereceu, seguidamente, para salvar a sua pátria, apresentando-se como candidato presidencial às eleições de 1984, ou «antes se as circunstâncias o exigissem».

Quase ao mesmo tempo, a Igreja emitia uma carta pastoral que continha uma pormenorizada denúncia do regime do general Mobutu e exigia mudanças políticas e estruturais (ver caixa).

«O guia da revolução» — assim se intitula o presidente — sabe que Bond não é um inimigo de desdenhar. Com o objectivo de neutralizá-lo, convidou a Bélgica,

que tem 20 mil cidadãos e importantes interesses na sua ex-colónia, a restringir as actividades políticas de Bond. Caso contrário, advertiu, cortaria as relações diplomáticas com Bruxelas. Com essa diligência, Mobutu conseguiu limitar as declarações do seu ex-primeiro-ministro à imprensa, mas não o impedirá de mexer-se e agir na sombra

A confiança do Ocidente...

As relações entre estes dois homens conheceram já vicissitudes espectaculares. Bond fez uma carreira fulminante sob o regime do general, que se assenhoreou do poder em 1965. Bond pertence, no entanto, à etnia lunda, oriunda da província de Shaba, que desempenhou o principal papel nos levantamentos que te-

riam acabado com Mobutu se não tivessem ocorrido em seu auxílio as forças aerotransportadas da França, da Bélgica e de Marrocos. Quando o primeiro levantamento teve lugar, Mobutu suspeitou de que algo tinha que ver com Bond, ao tempo seu ministro dos Negócios Estrangeiros e seu porta-voz. Mandou-o prender e condenou-o à morte.

Assistiu-se, seguidamente, ao perdão e à reabilitação de Bond, o qual foi reconduzido no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. Ascendeu, pouco depois, ao posto de primeiro-ministro, passando assim a ser o número dois do Governo. O exílio e o aparecimento de Bond como adversário de Mobutu põem termo — por agora — a esta curiosa parábola.

Os observadores consideram Bond como o zaireense que goza de maior confiança entre os círculos dominantes do Ocidente, os quais veriam com bons olhos a substituição de Mobutu por Bond.

Depois das ofensivas levadas a cabo pela Frente de Libertação Congoleza contra a ditadura em 1978 e 1979, havia-se tornado evidente que Mobutu estava sentado sobre um vulcão e que a economia estava em ruínas. Os círculos ocidentais deram-se conta de que o Zaire e, em especial, a riquíssima província de Shaba (ex-Congo), poderiam empreender o caminho da libertação e,

consequentemente, a revisão da política mineira em vigor, se não fosse posto termo à situação. Poucos países têm para as potências industrializadas uma importância tão grande como o Zaire, grande produtor de minerais críticos e estratégicos.

...e do FMI

Foi isso que permitiu a Mobutu conseguir o empenho dessas mesmas potências (em especial os Estados Unidos, a Bélgica e a França) em auxiliarem a economia nacional, à beira da bancarrota.

O artifice dessa operação de salvamento, que pôs o Estado zairense sob o controlo do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi precisamente Bond. A sua eficiência, bem como o seu acatamento das receitas prescritas pelo FMI, valeram ao primeiro-ministro o reconhecimento dos seus interlocutores ocidentais.

Não quer isso dizer que, em termos ideológicos, existam diferenças substanciais entre os dois personagens. Ambos são partidários de um modelo cujos pilares são as empresas transnacionais e uma reduzida burguesia negra que os dois pretendem liderar. Mobutu é, no entanto, um déspota que utilizou o poder para amontoar uma fortuna pessoal incalculável e se fez rodear de funcionários corruptos. E não é, além disso, capaz de manejar com eficiência os rendimentos da administração pública. Em troca, Bond exhibe uma imagem de competência e seriedade. Não estava, contudo, em condições de desafiar o poder de Mobutu de dentro do país e optou pelo exílio, à espera da sua oportunidade.

Os representantes dos interesses ocidentais devem ter aceitado, imediatamente, esta situação. Se não recebesse ajuda com urgência, o país teria entrado na falência total e o perigo da desagregação teria voltado a fazer-se sentir. Em tal caso, teria soado a hora de Mobutu, mas

O saque organizado

O presidente da Conferência Episcopal, monsenhor Kaseba, leu na catedral de Nossa Senhora do Zaire, em Kinshasa, uma carta pastoral que constitui um requerimento contra o regime do general Mobutu. Provirindo de uma entidade tão cautelosa como é a Igreja, esta sentença institucional é um documento de grande valor para se apreciar a situação que abala o país. Dada a tradição de prudência eclesial, pode deduzir-se que a «declaração do Comité Permanente dos Bispos do Zaire» não «carregou as tintas», visto ter empregado uma linguagem moderada em relação a uma situação de suma gravidade. A carta pastoral foi lida no dia 28 de Junho, mas só um mês depois pôde ser difundida para o exterior. Eis algumas das suas passagens mais significativas:

— No capítulo «Grave desconhecimento do homem» denuncia: «Sob pretexto algum a administração dos poderes públicos pode destruir sistematicamente a realização das aspirações fundamentais e legítimas de todos». Deveria assegurar, pelo contrário, estes direitos fundamentais: «Eliminar a miséria que nos aflige; garantir um emprego estável; que se possa comer o necessário; impedir a exploração do homem; proporcionar uma boa assistência médica; que não se verifiquem situações que ofendam a dignidade; oferecer estudos aos jovens, assegurar-lhes uma boa educação e garantir-lhes o futuro». De acordo com os bispos, nenhum desses direitos tem vigência no país.

— «Quando haverá um pouco de bem-estar? (...) enquanto o aguardamos, temos uma exploração desavergonhada, a pilhagem organizada em proveito do estrangeiro e de quem o auxilia, enquanto a maioria do povo vive mergulhado na miséria. Não terá chegado o tempo em que se actue de maneira que o povo zairense seja o primeiro beneficiário das riquezas do seu solo e do seu subsolo?»

«Devemos recordar à consciência de cada um e a cada grupo que (...) os povos fazem a sua própria história e só ao povo zairense compete fazer a sua. Os seus amigos estrangeiros não poderão substituí-lo, como não deveriam chamar a si a parte do leão do nosso solo e do nosso subsolo.

«A difícil situação global que atravessa o nosso país devia abrir os olhos de todos acerca de todas as variáveis e imponderáveis possíveis que podem verificar-se entre os zairenses, frequentemente tentados a refugiar-se atrás da cortina de fumo do tribalismo e do regionalismo, e deviam apresentar uma frente unida face às forças da desintegração».

— «São divulgados casos de sequestros, de detenções arbitrárias, de ajustes de contas e até de torturas, para não falar de roubos e de outras degradações.

«Formulam-se queixas fundamentadas contra os tribunais. Terá o dinheiro imposto o seu domínio em todas as partes? Não esqueçamos outras pressões às quais os juizes e os demais magistrados são por vezes submetidos. Aqueles que sabem pagá-la obtêm a impunidade».



Mobutu, estabilidade ameaçada

Em 1980, a taxa de crescimento económico foi negativa. Em 1981, a previsão é de que ela será nula

em semelhante eventualidade a sua sucessão poderia escapar ao controlo daqueles interesses. Foi assim que os dois dirigentes ocidentais mostraram boa cara ao mau tempo e, em 24 de Junho último, o FMI aceitou em ampliar a sua ajuda, concedendo ao regime de Kinshasa um empréstimo de mil milhões de dólares que se tornará efectivo ao longo de três anos.

Essa medida implica uma dependência ainda maior para o Estado zairense, bem como um incentivo a que as empresas transnacionais realizem novos investimentos no país.

O FMI justificou a sua decisão declarando que o Governo (em virtude da política posta em prática por Bond) estava a cumprir o seu compromisso de começar a pagar as suas dívidas. Tratava-se, no entanto, obviamente, da justificação do preceito político das potências que manejam o FMI, a fim de salvar o regime zairense.

Um amparo indispensável

Todavia, os economistas ociden-

tais não crêem que a actual administração consiga uma recuperação produtiva. O panorama é sombrio. No ano passado, a taxa de crescimento económico foi negativa (um ou dois por cento a menos) e calcula-se que em 1981, na melhor das hipóteses, o crescimento será nulo. Devido à situação agrícola, calcula-se que este ano terão de ser importados alimentos no valor de cerca de 500 milhões de dólares. A dívida externa, calculada em cerca de 6 mil milhões de dólares, torna-se esmagadora em relação às exportações, que representaram, em 1978, 925 milhões de dólares. Entretanto, os preços de alguns produtos mais importantes que o Zaire exporta — sobretudo o cobre e o cobalto — mantêm-se muito baixos.

É por isso que este apoio do FMI e dos círculos ocidentais a Mobutu tem de ser encarado como um amparo indispensável e não como uma garantia de apoio a longo prazo e sem condições.

Nesse sentido, o aparecimento de Bond como aspirante formal à presidência introduz um factor novo no

sistema zairense, visto propor-se como a alternativa a Mobutu que convém aos ocidentais.

Talvez que Bond aspire a que as potências obtenham garantias que lhe permitam concorrer às eleições de 1984. Esta variante é difícil de conceber já que, nos seus dezasseis anos de ditador, o general-presidente liquidou, sistematicamente, todos os seus rivais. É mais provável que Bond especule com a possibilidade de que, perante a deterioração de Mobutu, os aliados que ainda possui dentro do país afastem o ditador e o coloquem no sítio devido.

Ou talvez que, por detrás do exílio de Bond e da sua proclamação, haja promessas secretas subjacentes e um plano de acção cujo primeiro passo exigia a fuga do primeiro-ministro.

O tempo esclarecerá as dúvidas que ensombram estes acontecimentos enigmáticos. Entretanto, o outrora inalterável general Mobutu contempla algumas nuvens negras no horizonte.

□

A aliança mundial contra a agressão

Mais de 250 governos e organizações políticas reúnem-se em Tripoli pressionados pelo avanço da estratégia belicista de Reagan. Da Coreia ao Líbano, do sul de Angola ao Golfo de Syrtra, as agressões multiplicam-se, desafiando a unidade e a resistência dos povos

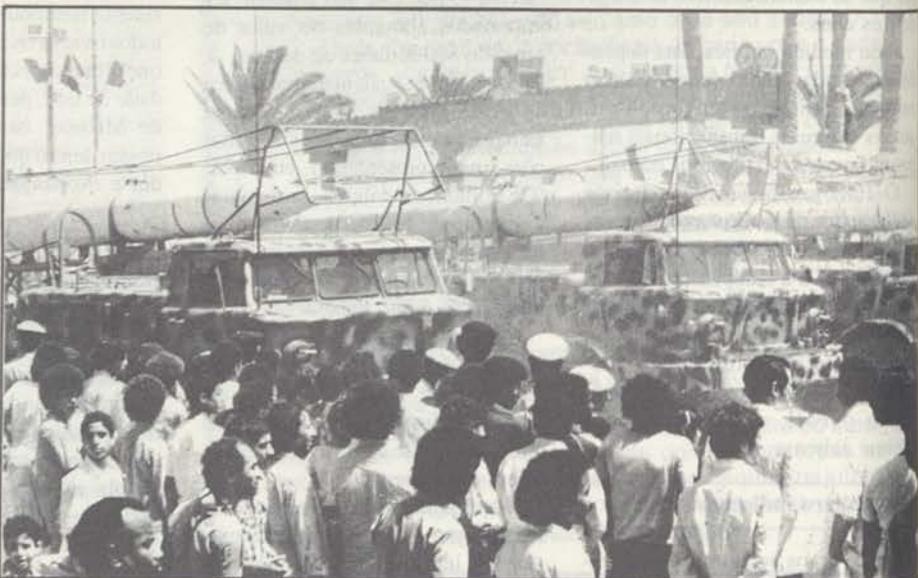
Neiva Moreira

Os dias que antecederam as comemorações do 1.º de Setembro — 12.º aniversário da Revolução Líbia — foram movimentados e por vezes tensos. Não apenas porque a violação das águas e céus líbios por barcos e aviões da frota dos Estados Unidos transformou essas comemorações num momento de reafirmação nacional líbia e árabe, e também num acontecimento de repercussão mundial. Outros factos, igualmente, contribuíram para aumentar a temperatura política dessa área decisiva do Mediterrâneo; o mais grave deles foi, sem dúvida, as revelações da imprensa norte-americana sobre o *complot* da CIA para assassinar o coronel Kadhafi.

Nos meios oficiais líbios as revelações da revista

Newsweek não causaram surpresa. Desde Maio que os seus serviços de informações tinham conhecimento de plano e preparado contra-medidas. De qualquer modo, era um tema que contribuía para radicalizar as posições.

O quadro internacional revelava também um agravamento das tensões. A decisão tomada por Reagan de fabricar a bomba de neutrões provocou na Europa e na bacia mediterrânica — mesmo entre alguns aliados dos Estados Unidos — uma reacção de indignação e perplexidade. Uma bomba que mata as pessoas e deixa intactas as coisas — casas, fábricas, pontes, etc. — não pode ser considerada uma conquista tecnológica



Mísseis na parada militar do dia 1 de Setembro, na Praça Verde, em Tripoli



Inúmeros dirigentes políticos estiveram em Trípoli para assistir às comemorações do 12.º aniversário da Revolução líbia. Da esquerda para a direita: Goukuni Ouddel, Yasser Arafat (encoberto pelo presidente chadiano), Kadhafy, Didier Ratsiraka e Daniel Ortega, da Nicarágua

da «arte» da guerra, mas um artefacto genocida de extrema crueldade.

Na Europa levantou-se uma onda de protesto contra a fabricação da bomba de neutrões e para uma crescente preocupação pela instalação aí de mísseis tipo *Pershing*, capazes de atingir a União Soviética, mas, também, de provocar represálias sobre os países europeus.

Governos e organizações políticas e populares têm pressionado os Estados Unidos para que aceite a proposta de fórmulas — nomeadamente através da reunião entre as diversas potências nucleares — que detenham a corrida aos armamentos, pois teme-se que essa gigantesca acumulação de armas conduza, mais tarde ou mais cedo, a uma guerra de proporções inimagináveis.

Provocações nos quatro cantos do mundo

O que ocorreu nos últimos meses em lugares distanciados por milhares de quilómetros revela que os preparativos militares dos Estados Unidos não são casuais nem isolados; pelo contrário, são elementos de uma política belicista que recoloca o mundo perante o perigo de uma conflagração generalizada. Enquanto uma esquadra norte-americana realizava provocações deliberadas no Golfo de Syrta — território líbio internacionalmente reconhecido — aviões da mesma nacionalidade violavam a fronteira entre as duas Coreias para efectuar missões de espionagem sobre o território norte-coreano.

Os acontecimentos no Líbano e em Angola não se situam fora deste contexto. Dependendo política, económica e militarmente dos Estados Unidos, Israel jamais se aventuraria numa ofensiva como a que realizou no Líbano e contra Beirute se não contasse com o aval prévio da Casa Branca. Do mesmo modo, também

a ofensiva de 45 mil soldados sul-africanos contra Angola não teria sido desencadeada, caso Pretória duvidasse do apoio de Reagan. O veto norte-americano à unânime condenação mundial a essa agressão comprovou a cumplicidade do governo de Washington com os racistas sul-africanos.

Fácil é concluir que a bomba de neutrões, a agressão à Líbia, as provocações contra a Coreia do Norte, a ofensiva no sul do Líbano e a invasão de território angolano não podem ser considerados isoladamente, mas como desdobramentos de uma estratégia mundial elaborada nos Estados Unidos.

A Conferência de Trípoli

A Conferência de Solidariedade com o povo líbio — realizada durante os primeiros dias de Setembro em Trípoli — não se limitou a condenar o ataque do Golfo de Syrta, antes alargou o seu âmbito para uma análise global dessa indistigável ofensiva estratégica, através da qual o Pentágono tenta intimidar os que resistem para reforçar as suas posições políticas e militares à escala mundial. «Não se pode já considerar a acção imperialista como um mito. As suas provocações são reais», declarou na reunião Didier Ratsiraka, presidente de Madagascar.

O mais importante da Conferência foi, sem dúvida, a sua representatividade e a profundidade com que os acontecimentos foram analisados. Mais de 250 representações de governos, partidos, organizações populares e revolucionárias, mais de mil delegados procedentes de quase 90 países estiveram reunidos durante quatro dias, ouvindo as declarações que eram proferidas no imenso recinto do Congresso do Povo, em Trípoli, ou discutindo, trocando experiências, consolidando a unidade internacional contra a agressão.

Muitos dos delegados encontraram dificuldades

para chegar à capital líbia, outros tiveram que superar pressões. Daniel Ortega Saavedra, dirigente sandinista e membro do governo da Nicarágua, disse que foi advertido — não mencionou directamente Washington mas deixou patente que a iniciativa tinha partido do governo dos Estados Unidos — que não deveria viajar para a Líbia. «Esqueceram-se — afirmou durante a sua intervenção — que o nosso povo é anti-imperialista e que Somoza deixou de existir».

A assembleia foi iminente política e de nenhuma forma marcada pelo militarismo ou belicismo, como tentam fazer crer as análises das transnacionais da Comunicação. Não foi um encontro de organizações guerrilheiras. Havia representação de movimentos armados, como a Frente de Libertação Moura, das Filipinas, ou a Frente Democrática de El Salvador e a frente unitária das organizações armadas guatemaltecas. Mas estavam também presentes delegações de partidos nacionalistas islâmicos e até conservadores, como o do Sudão, assim como vários movimentos populares do Golfo Árabe. O denominador comum era o espírito de libertação política e económica e a consciência de que essa meta não pode ser alcançada senão através de uma confrontação organizada contra o imperialismo.

Foi o carácter pluralista dessa conferência que lhe deu maior importância e lhe reforçou a representatividade. Mais: embora tenha sido uma demonstração de

apoio aos líbios na sua resistência à agressão, transcendeu esses limites para representar um esforço de unidade e de organização na luta pela autodeterminação dos povos.

O caloroso apoio a Angola e à Palestina esteve no centro dos debates. A conferência reclamou uma solidariedade «moral, política e material para com a República Popular de Angola no combate que trava pela liberdade, pela paz e justiça na África Austral e no mundo». «Nenhuma pessoa no mundo poderá sentir-se livre enquanto um só palestino continue exilado ou oprimido», declarou por sua vez Roger Garaudy, conhecido pensador francês, que assim exprimia o ponto de vista geral da conferência, acrescentando ainda ser «um dever sagrado lutar pelo direito dos palestinos».

No caminho certo

Os líbios colocaram-se neste contexto. No seu discurso de abertura da Conferência, o coronel Muammar Kadafi acentuou que o seu povo considerava essencial o apoio internacional que estava a receber, já que isso lhe dava a segurança de estar no caminho certo. Definiu a linha política da revolução líbia como um esforço de «viver num clima de paz, de segurança, de estabilidade, para consagrar todos os seus esforços à conquista do progresso através da via pacífica». Mas advertiu: «o povo líbio deseja exercer uma soberania

A Líbia em transformação

O povo líbio comemorou o 12.º aniversário da sua revolução nacional num clima de preocupação pelas consecutivas ameaças e agressões externas, mas também de euforia pelas conquistas alcançadas.

Para além das transformações institucionais, com evidentes avanços no campo da participação do povo no poder, são igualmente notórios os progressos nos demais campos da vida nacional.

«A Líbia é um canteiro de obras», dizia-nos o deputado brasileiro José Frejat, que visitou Trípoli por altura da conferência internacional que aí teve lugar. «Não há dúvida que se trata de um país rico — acentuaria aquele político —, tem muito petróleo, mas também outros países o têm e os governantes estão cada vez mais ricos e os seus respectivos povos cada vez mais pobres. Na Líbia o dinheiro do petróleo sai dos poços e vai directo para benefício do povo.»

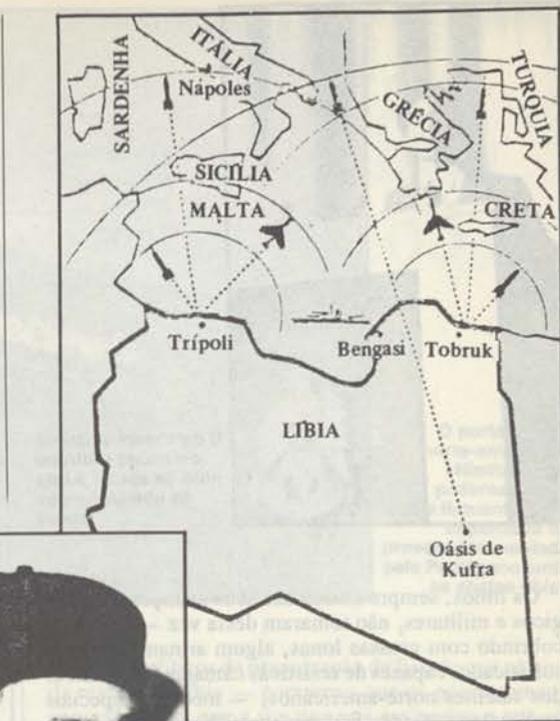
O plano quinquenal 1975-1980 foi realizado com êxito. Um investimento superior a

cinco mil milhões de dólares ampliou consideravelmente o parque industrial. Só durante a semana comemorativa do aniversário da revolução foram inauguradas 75 obras de grande repercussão, entre elas os portos de Massara e Zwara. Mais de 45 fábricas estão em fase de acabamento e outras 48 em início de construção. A produção petroquímica aumentou de forma notável, assim como a de cimentos, que passou de 233 mil toneladas para 2 milhões e novecentas mil por ano. Noutras áreas da actividade económica os progressos foram também importantes. A produção de sapatos passou de 38 mil pares em 1975, para 4 milhões em 1980, enquanto a produção de leite durante o mesmo período se viu multiplicada por quase 4, atingindo hoje a cifra de 29,9 milhões de litros/ano.

Os líbios estão convencidos que a agressão norte-americana se destina, fundamentalmente, a destruir a sua experiência revolucionária, que, na opinião de Washington, constituiria já um «mau exemplo» na região.

total sobre todas as suas potencialidades e riquezas, para instaurar livremente um verdadeiro sistema democrático fundado sobre o poder popular directo.»

Já no seu discurso de encerramento, o comandante Abdel Salam Jallud, o segundo homem na hierarquia líbia, analisou amplamente a situação internacional e os deveres de todos os povos e organizações amantes da paz na luta contra a guerra e o respeito pelos direitos das nações. Jallud acusou o governo de Washington de «uma conduta abjecta» ao tramar um *complot* para matar o coronel Kadhafi; «esquecem-se — acrescentou — que cada líbio é hoje um Kadhafi». Referiu ainda que a Líbia é contra o terrorismo e não o apoia, mas adiantou, porém, que de nenhuma maneira a Líbia pode aceitar a «doutrina Reagan» de que toda a luta nacional em prol da libertação se equipara ao terrorismo. «A Líbia não renunciará assim ao seu dever revolucionário de apoiar a luta de libertação dos povos com medo de que Reagan a acuse de estar a apoiar o terrorismo», assinalaria o comandante Jallud.



Um centro de luta

A ideia de solidariedade foi ainda mais amplamente abordada no discurso de Kadhafi no dia 1 de Setembro, durante as comemorações do aniversário da revolução. Afirmou nessa ocasião que, fiel à posição líbia de «defender a liberdade onde quer que seja e em retribuição à solidariedade internacional que está a receber o povo líbio», aceitará, se lhe for solicitado, que a Jamahiriya se converta num centro de resistência internacional contra o colonialismo, o imperialismo, a reacção vil sob todas as formas».



Os mísseis de tipo intercontinental exibidos na parada militar em Tripoli poderiam alcançar as bases da NATO na Itália, Grécia ou Turquia. Porém, nas palavras de Kadhafi não transparecia um tom belicista mas sim uma advertência aos aliados dos Estados Unidos de que as agressões à Líbia que partissem dos seus territórios poderiam originar represálias. O mapa assinala o alcance desses mísseis

Demonstração de força líbia

Não foi essa, porém, a declaração de Kadhafi que nesses dias decisivos provocou maior impacto internacional, sobretudo na Europa, mas a sua alusão à capacidade militar das forças armadas líbias de poderem dirigir operações de represália contra as bases da NATO no sul da Europa. Já de si o desfile militar do dia 1 de Setembro pode muito bem ser considerado a maior demonstração de força já realizada em toda aquela região do Mediterrâneo e mesmo no mundo árabe. Mais de 20 mil soldados de infantaria, pára-quedistas, fuzileiros, tropas especiais, batalhões de mulheres precederam um desfile da artilharia e de blindados, enquanto o céu era riscado por esquadrilhas de modernos aviões. O que surpreendeu tudo e todos e aguçou a curiosidade dos observadores, sobretudo os ocidentais.



O comandante Jallud defendeu o direito libio de apoiar a luta de libertação dos povos

Os líbios, sempre ciosos dos seus avanços tecnológicos e militares, não tomaram desta vez — a não ser cobrindo com grossas lonas, algum armamento mais sofisticado, capazes de resistir às câmaras fotográficas dos satélites norte-americanos, — medidas especiais para evitar que o seu poderoso armamento fosse visto. Pelo contrário, quem quis pôde fotografar e recensar soldado por soldado, tanque por tanque. Era como se quisessem dizer aos norte-americanos ou ao seu aliado Anuar El Sadat: «Venham que terão resposta».

Muitas eram as pessoas nas tribunas que se interrogavam se aqueles jovens soldados e aviadores, saídos das tendas do deserto, beduínos ou filhos de beduínos, seriam capazes de usar com eficácia um material tão moderno. No fundo, havia um resíduo de racismo anti-árabe nessas dúvidas. Mas o facto concreto é que ali estavam, manobrando aqueles tanques imensos, dos mais variados modelos, e conduzindo mísseis do tipo intercontinental, sem que um só deles, um só soldado daquela enorme força em desfile fosse de outra nacionalidade que não árabe.

Na grande manifestação popular que encerrou as comemorações do 1.º de Setembro, Kadhafi pode ter dado a chave para a compreensão do «descuido» na apresentação do armamento. Advertiu os países ribeirinhos do Mediterrâneo que fingem ser amigos dos árabes mas que permitem que os seus territórios sejam utilizados como bases de agressão — Itália, Espanha, Creta, Turquia — de que o braço armado dos líbios os poderá alcançar. O que seria justificado pelo facto de ser dessas bases que saem os navios e aviões norte-americanos para provocar os líbios e atacar o seu território. A repercussão da advertência em toda a bacia do Mediterrâneo demonstrou que ela teve eficácia. Afinal, os sicilianos ou os turcos nada têm contra os líbios e, por isso mesmo, o que menos lhes interessa é ser uma plataforma norte-americana para as suas provocações no Mediterrâneo.

Os acontecimentos de Trípoli, como os da Coreia, do Líbano ou de Angola revelam que a temperatura internacional continua a subir, e exigem também que cada homem e cada mulher no mundo exerça a sua influência, grande ou pequena, para deter essa onda de

Comunicado de Trípoli

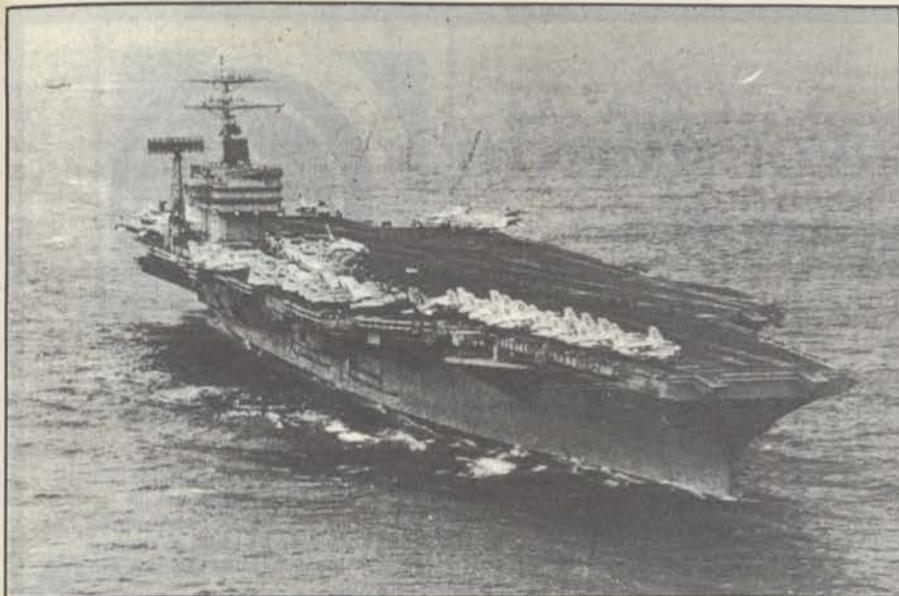
Apoio a Angola

A conferência internacional de Trípoli, considerando a actual e gravíssima escalada belicista a que se juntam múltiplas agressões, invasões e tentativas de ocupação perpetradas na região sul da República Popular de Angola por tropas do regime racista da África do Sul com a cumplicidade da administração norte-americana decide:

1) Expressar a sua indignação e condenação a esta agressão de tipo nazi, assim como às permanentes agressões de que é vítima o Estado independente e soberano da República Popular de Angola. Considera que estas acções constituem uma flagrante violação do direito internacional, como também das resoluções e da Carta das Nações Unidas. Elas

são a expressão do desprezo que o regime do *apartheid* tem pela opinião pública mundial e pela comunidade internacional e constituem uma séria ameaça de guerra generalizada na África Austral pondo em risco a paz mundial;

2) Renovar a sua solidariedade para com os povos de Angola e da Namíbia, vítimas da agressão e invasão pelo regime do *apartheid*; renovar, ainda, a sua admiração e reafirmar o seu apoio ao heróico povo de Angola, desejoso de paz, assim como à sua vanguarda revolucionária: o MPLA-Partido do Trabalho pela sua firme posição internacionalista da África Austral, pela sua luta junto do povo da Namíbia no seu justo combate pela independência nacional;



O porta-aviões norte-americano «Nimitz», uma poderosa força bélica flutuante, peça importante na provocação montada pelo Pentágono junto às costas líbias

insanidade, esse vento de belicismo irresponsável que, de novo, volta a soprar da Casa Branca. O líder da OLP, Yasser Arafat, faria na altura uma dramática exposição sobre os riscos da guerra, convidando o mundo a unir-se contra o holocausto atômico.

A presença de tantos governos e organizações nessa conferência — algumas que defendem inclusive outros

modelos políticos de organização do Estado que não os da revolução líbia — comprova que os povos tomam consciência de que a sua paz está em perigo e que só através de uma mobilização generalizada, baseada na organização e militância será possível impedir uma nova guerra. Uma estratégia, enfim, de resistência popular organizada. □

3) Insistir no sentido de que sejam tomadas medidas imediatas e enérgicas por parte da comunidade internacional para pôr fim, sem demoras, à tentativa de ocupação do território, violando a soberania inalienável da República Popular de Angola, agressão que se perpetra em cumplicidade com as forças ocidentais que fazem parte do chamado Grupo de Contacto (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, República Federal da Alemanha e Canadá), transformando-se num verdadeiro genocídio em relação às populações indefesas do sul deste país soberano, membro da ONU, da OUA e do Movimento dos Países Não-Alinhados;

4) Reafirmar o seu total apoio à SWAPO, único e legítimo representante do povo da Namíbia na sua luta por uma independência nacional verdadeira; solicitar a imediata aplicação da Resolução n.º 435/78 das Nações Unidas como base internacional para a independência do país, ilegalmente ocupado pelo regime do *apartheid*; repudiar como inaceitá-

veis e arrogantes as pretensões de Pretória referentes a um hipotético «direito de perseguição» no interior do território angolano contra os combatentes da SWAPO;

5) Destacar que na luta contra a actual ofensiva do imperialismo — caracterizada por uma corrida aos armamentos e pela agressão contra os povos, tanto em Angola como na África Austral, Líbia, Líbano, no Médio Oriente e na região do Golfo Árabe no sudeste asiático e na América Latina — a cooperação crescente, a solidariedade mútua e a unidade das forças patrióticas, democráticas, anti-imperialistas e pacifistas em todo o mundo são de grande importância e significado;

6) Fazer um urgente apelo a todas as forças nacionais, democráticas e anti-imperialistas representadas na conferência internacional de Trípoli para assegurar a sua solidariedade moral, política e material para com a República Popular de Angola no combate comum pela liberdade, a justiça e a paz na África Austral e em todo mundo.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO



★ Desenvolve a sua actividade de acordo com as modernas técnicas de planeamento, de organização e de gestão. Dispõe de um quadro de técnicos qualificados e treinados no estudo e concretização de Projectos nos Países em Desenvolvimento.

★ Actua tendo em conta, com o realismo, o desenvolvimento das relações económicas com os novos países africanos suas características específicas e as directrizes do seu planeamento económico.

ESTUDOS e PROJECTOS

★ Realiza estudos e implementa projectos nas áreas de:

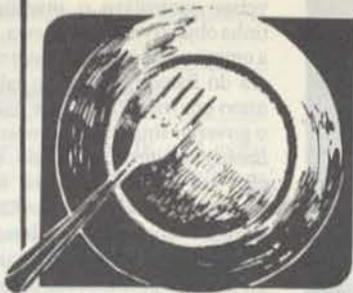
AGRICULTURA
PECUÁRIA
SILVICULTURA
PESCAS
INDÚSTRIA
CONSTRUÇÃO
TURISMO

★ Executa trabalhos de organização, planeamento e gestão de empresas e de serviços públicos.

áreas de actividade: Portugal; Cabo Verde; Guiné-Bissau; S. Tomé e Príncipe; R.P. Angola e R.P. Moçambique.

SNEDE Sociedade nacional de empreendimentos e desenvolvimento económico, sarl

av. fontes pereira de melo, 35-19.º B 1000 lisboa tels. 549043/549739/548177 telex: 13530 SNEDE P



BRASIL

No fundo do poço

*Desemprego, inflação e fome,
na pior crise econômica da história do país*

Francisco Viana

A economia brasileira, a oitava do Ocidente, atravessa a pior crise da sua história. Os dados são estarrecedores: um milhão de desempregados, inflação anual superior a 100 por cento, 40 milhões de subnutridos, 13 milhões de menores abandonados, despedimentos em massa se multiplicando indiscriminadamente nas pequenas, médias e grandes empresas; crescimento industrial zero e uma dívida externa que já atinge a astronômica cifra de 60 bilhões de dólares — mais de 6 trilhões de cruzeiros —, tendendo a aumentar progressivamente. O que está a acontecer?

Há oito anos, no auge do chamado milagre econômico, quem se achesse a traçar um perfil tão caótico da economia brasileira, no mínimo, cairia em desgraça. Delfim Neto, condestável do regime, estava muito distante do papel que representa hoje, de ministro da Fazenda acossado pela inflação, desemprego e «déficits» públicos. Era o mago das finanças, o todo-poderoso de um regime que acabara de sufocar a luta armada e reprimir violentamente a classe operária. Sem oposição política, podia vender ao mundo a imagem tão propagada de «ilha de tranquilidade», onde abundavam matérias-primas e mão-de-obra barata.

Não havia as greves que caracterizaram os últimos anos, nem a organização crescente que tem marcado o movimento sindical brasileiro neste

período de abertura política. O clima na época do milagre era outro: destruído o movimento operário, o crescimento econômico impulsionado a qualquer preço, gerou uma das taxas de crescimento mais elevadas do mundo e conseguiu apoio unânime dos empresários, da classe média e dos ideólogos do novo regime. Exibiam-se com orgulho as estatísticas para o mundo e anunciavam-se para os jornais as cifras dos novos investimentos estrangeiros, quotidianamente relacionados pelos ministros econômicos como prova de êxito e de credibilidade.

A falência do modelo inverteu radicalmente a situação: ele passou a ser alvo de críticas de todos. Empresários, a classe média e vozes de todos os partidos, inclusive do próprio governo, chegaram a um consenso quanto à situação econômica: adjectivem como desejarem — desaquecimento, desaceleração ou qualquer outro eufemismo — mas, é impossível esconder o facto de que o Brasil atravessa uma situação recessiva ou, no mínimo, caminha a passos largos nessa direcção. Entre os pontos de concorrência dessas vozes, particularmente entre os empresários, há um que merece destaque: a impossibilidade de convivência simultânea com as restrições ao crédito e a liberalização dos juros. A situação chegou a tal ponto que é mais seguro e cómodo especular no mercado financeiro ou imobiliário do que produzir.

A classe trabalhadora em cena

O dado novo da crise é que, com a abertura política, apesar de todas as suas limitações, a classe trabalhadora está gradualmente a entrar em cena. Este é, sem dúvida, um facto que preocupa a burguesia nacional e o capital transnacional a ela associado. Nestes 17 anos de autoritarismo, a característica central do regime brasileiro tem sido a de se mostrar liberal no campo económico e profundamente autoritário no campo político. Se o autoritarismo for substituído no campo político, como tem sido, pelo liberalismo, as directrizes adoptadas pelo governo na economia serão, sem dúvida postas à prova, particularmente num momento de crise, quando as principais forças sociais que apoiam o governo o empresariado e a classe média — se declaram frontalmente contrárias à sua política económica. Quem decifrar essa equação tem a chave do futuro.

Reformas de base

Quem observa a situação brasileira neste princípio de década, não pode fugir à tentação de procurar desvendar as raízes da crise. A primeira constatação, a mais superficial, é de que o problema não é novo, nem entrou em cena por um passe de mágica das oposições. Pelo contrário, a crise vem-se desenhando no cenário brasileiro desde os primeiros anos do go-

verno Geisel e só não explodiu antes porque o grupo dirigente pode esgrimir a seu favor o endividamento externo e algumas grandes obras públicas que permitiram à economia continuar a girar, produzindo e garantindo níveis mínimos de emprego, se bem que para a grande massa o único benefício fosse limitado apenas ao ingresso no mercado formal de trabalho: carteira assinada, direito ao salário mínimo, previdência social e FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que substituiu a estabilidade do trabalhador).

Num plano mais profundo, seria necessário voltar ao agitado cenário pré-1964, quando o país, pela primeira vez na sua história, se preparava para realizar reformas que, efectivamente, mudariam os rumos da sociedade brasileira. Eram as chamadas reformas de base, solução de carácter nacional e social, que se apresentavam como alternativa para enfrentar a crise económica agravada desde o governo Juscelino Kubitschek e que se aprofundara no governo Janio Quadros e, depois, no Governo João Goulart.

As reformas de base continuam actuais e constituem hoje a alternativa nacional para a crise — afirma o economista Cibilis Viana, chefe da assessoria económica de João Goulart e professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As reformas de base eram a agrária, urbana, universitária, bancária, fiscal e o controlo da saída de lucros. Neste último item, estavam incluídas outras medidas para impedir a acção das transnacionais no país e neutralizar a expansão do capitalismo «selvagem» que se vinha insinuando desde o governo JK. Tratava-se da reformulação do sistema de comércio externo, do combate ao abuso do poder económico, através da chamada lei **anti-trust**, e, num plano intimamente ligado à luta contra a inflação, a reformulação de todo o sistema de comercialização de géneros alimentícios. Já naquela época, os economistas constatavam o potencial inflacionário da rede de intermediários que começava a florescer no sector de alimentos.

As reformas foram um dos factores decisivos para o golpe de 1964. A sua aplicação iria ferir grandes interesses



Cibilis Viana: as reformas de base continuam a ser actuais e constituem uma alternativa nacional para enfrentar a crise económica

da burguesia nacional, na medida em que fossem aplicadas, pois balisaria os rumos políticos do país no sentido de uma economia controlada pelo Estado, onde a iniciativa privada teria o seu lugar, mas sem nenhuma perspectiva de executar a experiência centralizadora que se seguiu ao golpe militar. Cibilis Viana encara as reformas de base como a alternativa que se colocava em 1964 para enfrentar a contradição existente na época — e que persiste — entre o estágio das forças produtivas e o seu distanciamento das estruturas sociais.

De 1930 ao governo Juscelino, o Brasil não era um país marcadamente

capitalista. Ocorria o seguinte: o governo controlava o investimento e tinha objectivo social. Havia, é óbvio, a empresa capitalista, mas o comando era do Estado. Assim, o salário mínimo era frequentemente reajustado, o governo financiava a construção de casas com juros negativos, a habitação era barata, embora modesta. Todos podiam ter casas. Com JK a situação começou a alterar-se: ele abriu o país às transnacionais e estas vieram com a sua tecnologia e novos métodos de investimento. O resultado foram as crises, apesar do grande desenvolvimento.

E foram também as crises que marcaram o governo JK, agravadas pelos pesados investimentos com a construção de Brasília, que vieram contribuir decisivamente para a eleição de Jânio Quadros (seis milhões de votos, a maior votação da história da República), um populista de direita que soube alvejar com precisão os pontos frágeis do Plano de Metas de JK. A situação no início dos anos 60 só não era mais grave porque Juscelino não aceitou as imposições das transnacionais e rompeu com o Fundo Monetário Internacional que queria impor uma recessão no país.

As exigências do FMI eram as seguintes: um Plano de Estabilização Monetária, cujas cláusulas principais eram a fixação de preços não muito altos para o café, na época o principal produto de exportação brasileira e o lançamento, no câmbio livre, de todas as importações.

Era um programa que tinha como objectivo «a aniquilação do Brasil», como admitiu o próprio Juscelino. Dizia ele: «Pretendia-se paralisar o país — cuja extensão territorial é imensa — tornando proibitivo o uso da gasolina, do papel para a Imprensa, do trigo e dos fertilizantes». JK até concordava com a liberalização das importações, mas não admitia o câmbio especial para aqueles quatro itens. Afirmava: — «As consequências seriam desastrosas. A Imprensa deixaria de ser livre, porque se converteria em privilégios de grupos económicos; o povo, já subalimentado, veria o pão desaparecer da sua mesa; e a nossa ronciera agricultura mais ronciera se tornaria, por falta de fertilizantes que desenvolvessem o nosso

campo, representado por dois terços do volume demográfico brasileiro».

Capitalismo «selvagem»

A intervenção que JK quis evitar continuou a ser motivo de hostilidade do FMI após a sua saída. E agravou-se quando, após a renúncia de Jânio, o vice-presidente João Goulart subiu ao poder com planos para encontrar uma solução nacional para a crise que privilegiasse o interesse popular, contrariando, obviamente, os interesses da burguesia nacional e transnacional que não viam com simpatia o movimento sindical, nem a tendência governamental de reajustar os salários, principalmente o mínimo, com índices proporcionais à inflação.

Não foi por uma simples coincidência que o golpe de Estado se concretizou no exacto momento em que o governo decidiu abrir, concretamente, o caminho em direcção às reformas. E não foi também por simples coincidência que, derrubado o governo constitucional, as primeiras medidas no campo económico golpearam implacavelmente as conquistas sociais dos trabalhadores. Foram soluções ortodoxas, típicas do capitalismo «selvagem»: congelamento salarial, com a consequente redução do poder aquisitivo das classes trabalhadoras; extinção da estabilidade de emprego; retenção do crédito e liquidação da pequena e média empresa, criando, assim, as condições propícias para a acumulação do capital. No plano externo, houve a abertura imediata (e total) para o investimento estrangeiro.

Queira ou não, o governo que tomou o poder em 1964 colocou-se ao serviço das transacionais.

— Porque motivo o brasileiro é obrigado a pagar actualmente o ónus de uma taxa de inflação tão elevada?

— Indaga Cíbilis Viana.

E ele mesmo responde: primeiro, o



A reunião da CONCLAT, em São Paulo: a organização dos trabalhadores como resposta à repressão pós-64

governo perdeu totalmente o controle do sistema de abastecimento. Segundo, o sistema financeiro é dependente do mercado externo e para garantir os seus elevados lucros cobra taxas de juros excessivas. Terceiro, os oligopólios manipulam os preços, porque a economia é excessivamente concentrada. Quarto, a produção agrícola é vista com desinteresse. Quinto, não há nenhum controlo das saídas de lucros das transacionais.

Este último ponto é particularmente grave, segundo Cíbilis. Na sua opinião, não seria condenável se o governo emitisse papel moeda para subsidiar sectores básicos para a população como saúde, educação, transporte, alimentação. Todos esses pontos têm tornado mais difícil a vida do brasileiro, particularmente nas grandes cidades, onde o elevado custo

de vida nestes últimos seis meses não tem poupado nem a classe média, obrigada a renunciar a inúmeros bens de consumo, como novos automóveis em cada ano, bebidas importadas, roupas da moda e até os habituais jantares de fim-de-semana em restaurantes de luxo.

Mas a emissão de papel moeda torna-se mais grave quando visa, como no caso brasileiro, subsidiar as exportações das transacionais, solucionando com dinheiro do tesouro nacional problemas económicos que caberia única e exclusivamente aos seus donos resolverem.

Explica Cíbilis:

— Um caso bastante típico é o da indústria automobilística. O preço do veículo para exportação custa cerca de 50 por cento mais barato do que o preço para o comprador interno, por

causa dos subsídios. Mas quem tira benefícios disso não é o comprador lá fora. Este no máximo tem uma redução mínima no preço. Quem ganha é a própria transnacional que transfere, ilegalmente, recursos para a sua sede, sem ónus alguns. A Volkswagen quando vende o que produz, deixa um pouco de dinheiro aqui e o resto transfere para a sua sede na Alemanha. E quem perde com essa saída de lucros? O povo brasileiro.

O político e o económico

Tecnicamente, questões como as enumeradas por Cíbilis não são difíceis de resolver. Aliás, como afirma o economista Carlos Lessa, professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também perspicaz observador da realidade brasileira, há uma inversão de valores no discurso oficial de hoje:

— O governo diz sempre que as dificuldades da crise estão no campo económico e não no campo político. Há uma versão oficial de que no político é fácil resolver as coisas, enquanto que é no económico que a situação se torna complexa. Ocorre justamente o contrário: no plano económico não há dificuldade para resolver os problemas actuais; a questão toda é a correlação de forças políticas. É no campo político que está a complicação. E esta só será resolvida na medida em que os espaços democráticos se ampliem.

A conclusão a que chegam Lessa e Cíbilis, quando vinculam a questão económica à evolução do processo político, tem raízes profundas na realidade brasileira dos últimos 17 anos. Sem possuir o controlo político pleno do país, o governo jamais conseguiria ser fiador, como tem sido, da articulação da grande burguesia nacional com o capital transnacional nas proporções em que esta se realizou. Todo esse processo está intimamente ligado ao panorama político pós-1964, quando as organizações sindicais e partidárias progressistas foram liquidadas e o

jogo económico passou a ser um atributo exclusivo de tecnocratas regidamente pagos que, alicerçados em hábeis exercícios de retórica, conseguiram eleger para o país um modelo capitalista discriminatório (em oposição ao modelo capitalista participativo que se delineava antes de 1964), baseado na indústria de bens duráveis. Ora, num país como o Brasil nunca poderia ser eleito um modelo baseado na indústria de bens duráveis (automóveis e electrodomésticos basicamente) sem um elevado ónus social.

A característica do processo é que, no caso brasileiro, o mercado que se abria, mesmo com o modelo sendo discriminatório, era dos mais estimulantes tanto para as transnacionais como para os monopólios nacionais. Trinta milhões de pessoas — os eleitos para participar do *boom* económico dos primeiros cinco anos da década de 70 e que continuam a participar até hoje, com maior ou menor intensidade — é um mercado consumidor respeitável, comparado até com os grandes centros europeus. Daí, a alta classe média e a grande burguesia nacional terem padrões de vida que superam às vezes os das classes abastadas dos países desenvolvidos, rivalizando até com a alta classe média e a burguesia norte-americanas.

A equação política que o destino do modelo económico propõe torna-se complicada e de difícil solução justamente porque nada do que aconteceu no país foi por acaso, nem pelo simples desejo da burguesia nacional. Se avaliados do ponto de vista histórico, será fácil constatar que os acontecimentos de 1964 vinham a ser adiados há dez anos. E que a sua precipitação naquele momento histórico fazia parte de um esquema muito mais amplo, envolvendo a própria divisão internacional do trabalho e o próprio papel dos Estados Unidos como economia hegemónica no Mundo Ocidental e, particularmente, na América Latina.

Quando Cíbilis e Carlos Lessa des-

taçam a questão política como determinante para os rumos da crise económica não estão a fazer apenas um simples exercício de raciocínio, nem procurar sofisticar a análise. Pelo contrário: estão a tentar mostrar que, a um alto grau de internacionalização da economia nacional torna-a vulnerável aos ventos da política externa, na medida em que as decisões fundamentais sobre os seus rumos dependem muito mais do FMI e de alguns poucos capitalistas brasileiros do que dos desígnios do Palácio do Planalto, em Brasília.

País intermediário

Cabe aqui a pergunta: qual é o papel que a economia brasileira desempenha no plano internacional? A resposta pode ser extremamente fácil ou complexa, dependendo do ângulo com que seja avaliada a questão. Do ponto de vista da influência nas grandes decisões do mundo capitalista, o seu papel é insignificante — proporcional ao discreto espaço que, às vezes, o país ocupa no noticiário de grandes publicações internacionais. Em relação à sustentação do regime capitalista e, particularmente, da hegemonia norte-americana, a sua importância é muito grande. No caso da América Latina, chega a ser excepcional.

Para um melhor esclarecimento, é necessário compreender um fenómeno que se tem registado há mais de uma década: o agravamento das relações de dependência entre países capitalistas e a acentuação da divisão internacional do trabalho tem gerado tensões. Na verdadeira cadeia de dominação que se esboça à escala mundial, o papel hegemónico dos Estados Unidos depende cada vez mais da delegação de poderes a países intermediários, responsáveis pelo controlo de determinadas regiões económicas: é o caso da Alemanha Ocidental na Europa, do Japão no Sudoeste da Ásia, da França sobre

parte da África e do Brasil no caso da América Latina.

Internamente, esta condição só trouxe benefícios para o capital financeiro, o grande capital nacional e, evidentemente, o capital transnacional que dita as normas dos principais sectores da indústria, com forte penetração nos serviços, na agricultura e

franca expansão no sector de minerais.

O aprofundamento desse processo criou sérias dificuldades para a pequena e média empresa, principalmente para as que vivem em função de sectores controlados pelo grande capital transnacional, a exemplo do sector automobilístico:

«São as transnacionais — observa Cíbilis Viana — que controlam os preços e determinam a produção das empresas. Isto quando não tentam boicotar as pequenas e médias empresas, instalando as suas próprias filiais, com incentivo financeiro do governo, a exemplo do que aconteceu recentemente com a indústria de molas 'She-

O império das transnacionais

As transnacionais controlam os principais sectores da economia brasileira:

INDÚSTRIA MODERNA

| | |
|---------------------------|--------|
| 1. automobilística | 98,8% |
| 2. autopeças | 63,7% |
| 3. bebidas-tabaco | 63,8% |
| 4. electrónica | 77,9% |
| 5. farmacêutica | 100, % |
| 6. higiene-limpeza | 75,4% |
| 7. máquinas-equipamentos | 59,4% |
| 8. material de transporte | 58,8% |
| 9. plástico-borracha | 74,1% |

SECTORES SOB CONTROLO DE EMPRESAS NACIONAIS PRIVADAS

| | |
|---------------------------|--------|
| 1. construção pesada | 81,8% |
| 2. metalúrgica | 71,8% |
| 3. editorial-gráfica | 100, % |
| 4. minerais não metálicos | 56,7% |
| 5. papel e celulose | 79,2% |

SECTORES SOB CONTROLO DE EMPRESAS ESTATAIS

| | |
|-------------------------|-------|
| 1. mineração | 63,3% |
| 2. química-petroquímica | 76,1% |
| 3. siderúrgica | 62,8% |

DÍVIDA EXTERNA

Quando o governo constitucional do presidente João Goulart foi derrubado por um golpe militar em 1964, a dívida externa brasileira era de 3 mil milhões de dólares. Hoje, passados 17 anos, o seu valor eleva-se a 60 mil milhões e o país não tem perspectivas de saldar os seus débitos antes do fim do século, isto se o funcionamento da economia for muito bom, o que é impossível dentro do actual modelo.

Dados do próprio Ministério da Fazenda mos-

tram que a evolução da dívida foi a seguinte, nos últimos 11 anos:

| Em mil milhões de dólares: | | | | | |
|----------------------------|------|------|------|------|------|
| 1970 | 5,2 | 1974 | 17,1 | 1978 | 43,5 |
| 1971 | 6,6 | 1975 | 21,1 | 1979 | 49,4 |
| 1972 | 9,5 | 1976 | 25,9 | 1980 | 55,0 |
| 1973 | 12,5 | 1977 | 32,0 | 1981 | 60,0 |

INDÚSTRIAS TRADICIONAIS

Sob controlo das transnacionais

| | |
|-----------|-------|
| 1. têxtil | 70,6% |
|-----------|-------|

Sob controlo de empresas nacionais privadas

| | |
|-------------------|-------|
| 1. confecções | 95,6% |
| 2. madeira-móveis | 97,2% |

OUTROS SECTORES

Sob controlo das transnacionais

| | |
|-----------------------------|-------|
| 1. comércio grossista | 50,1% |
| 2. distribuição de petróleo | 61,2% |

Controlo de empresas nacionais privadas

| | |
|------------------------|-------|
| 1. agropecuária | 95,3% |
| 2. comércio retalhista | 87,8% |
| 3. publicidade | 75,2% |
| 4. revenda de veículos | 96,1% |
| 5. supermercados | 95,5% |

Controlo de empresas estatais

| | |
|-----------------------------|-------|
| 1. serviço de electricidade | 70,9% |
| 2. serviço de transporte | 50,3% |

Fonte: Revista Exame. «Melhores e Maiores». 1977

den' (*), prejudicada por esse tipo de pressão».

O problema da pequena e média empresa é angustiante. O seu agravamento tem sido fonte permanente de tensões inflacionárias. Um exemplo típico é o caso do sector do abastecimento.

Vejamos o que está a acontecer: nos anos 70 houve uma grande concentração do capital comercial agrícola, seguido de um bom desempenho do capital agrário e o desenvolvimento de grandes conglomerados nacionais no sector de abastecimento. Em fins da década de cinquenta não havia rede de supermercados no país; em 1970, o «Pão de Açúcar», por exemplo, que nasceu de uma pastelaria no elegante Jardim Paulista, em São Paulo, cresceu tanto que se expandiu para Lisboa, Barcelona e Angola. No Brasil, está intimamente ligado ao sistema financeiro, com amplas concessões nos centros de poder interno e na rede capitalista internacional.

Há um outro caso, talvez único no mundo: a rede de super-mercados «Paes Mendonça», em Salvador, que monopoliza o abastecimento e impõe preços a uma cidade com mais de um milhão de habitantes. Em 1950, era apenas um armazém; agora joga sozinha no mercado e não terá concorrentes tão cedo, se o quadro político não mudar, pois comprou todos os terrenos da cidade onde poderiam ser instalados super-mercados de grupos concorrentes.

A era dos supermercados

Este processo de expansão dos supermercados desenvolveu-se com maior ou menor intensidade, em todo o país. No Rio, 50 por cento do abastecimento da cidade, com mais de

(*) A implantação de uma fábrica transnacional no ramo iria praticamente provocar a falência da empresa brasileira, o que gerou um protesto público do empresário nacional.

seis milhões de habitantes, faz-se através de super-mercados; há duas décadas todo o comércio girava em função dos pequenos comércio hoje condenados a desaparecer. Se nas cidades esta concentração tendeu a aniquilar o pequeno e médio empreendimento urbano, no campo o processo repetiu-se com as mesmas características e consequências; em ambos os casos o consumidor é que acabou por perder.

O que se passou? Explica Carlos Lessa:

— A pequena e média propriedade rural reduziu a produção de alimentos *in natura*. Em alguns casos, esse fenómeno conduziu a uma mudança radical nos hábitos alimentares. Há 20 anos, a mandioca e a fubá (farinha de milho ou de arroz) faziam parte da dieta tradicional do nordestino; agora foi substituída pela farinha de trigo. O sertão pernambucano produz esparguete! E assim sucessivamente. O capital industrial usou o seu poder para impedir a expansão dos pomares porque, se isso acontecesse, perderia a galinha dos ovos de ouro. Toda a propriedade articulada com o capital industrial passou a ser tipicamente capitalista, já que uma fábrica como a «Sadia» (alimentos) ou a «Souza Cruz» (cigarros) não pode depender de um tipo de produção que possa ser destruída — esclarece.

— Este é um lado do problema — observa Lessa — A outra face é a propriedade rural voltada para os centros consumidores urbanos. Nesta, o capital comercial joga com a sua desestabilização pois, assim, pode filtrar a margem de lucro do produtor e aumentar os seus rendimentos à custa do consumidor. Exemplo: a cebola. Se a produção é alta, o intermediário reduz os preços e lança o produtor contra a produção; no caso seguinte, a produção cai e aí o capital especula o preço com o consumidor. Ou seja, no excesso ou na escassez, os lucros serão altos. Como há instabilidade, a tendência é diminuir a articulação com o capital comercial e aumentar a articulação com o capital industrial.

— O resultado — prossegue Lessa — é que a pequena produção de ali-

mentos é destruída. E tende a diminuir a produção de feijão, batata, cebola, etc... É um fenómeno agravado ainda mais pelo facto da estrutura de preços não ter nada com São Pedro — as chuvas —, nem com as vocações das terras, mas sim com a estrutura de preços do mercado externo. O subproduto de todas essas distorções é a importação de alimentos.

Segundo Lessa, essa questão — um dos problemas mais graves do Brasil actualmente — só poderá ser enfrentada se o governo criar *stocks* reguladores, através de uma empresa pública, que se possa articular com uma rede de pequenos estabelecimentos, neutralizando a acção do grande capital comercial. Desta forma, o pequeno e o médio proprietário teriam condições de adquirir os produtos em igualdade de condições com os supermercados e o poder especulativo dos monopólios tenderia a diminuir, com a consequente queda dos preços.

— Uma política — especifica Lessa — desse género mudaria a própria concepção de alianças dentro da oposição. O pequeno comerciante, visto geralmente como um pequeno-burguês, tendendo a articular-se com a extrema-direita, poderia alinhar-se com as forças progressistas no sentido da democratização. Defender esta alternativa é trabalhar para que uma legião de históricos não vá para a extrema-direita.

Aprofundando ainda mais o seu raciocínio, afirma Lessa:

— Quanto à estrutura de preços, que passa pelo sistema cambial e a comercialização privada (Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto Brasileiro do Café, Instituto Baiano do Cacau, etc...) é preciso que seja invertida a tendência do Estado, isto é, deixar a posição de regulador da comercialização. É preciso também que haja uma reforma cambial que estabeleça o monopólio do câmbio na área oficial. Nada disso é difícil de pôr em prática; as dificuldades são todas de natureza política.

Propriedade social

A questão da penetração das *transnacionais* no Brasil é um problema delicado. Como nestes 17 anos a internacionalização só tem avançado,



Com uma quebra de 63% do salário mínimo, as classes trabalhadoras foram as principais vítimas de um modelo económico estruturalmente desumano

os reflexos negativos dessa política têm-se tornado cada dia mais ameaçadores para o chamado sector estatal, um dos pilares da economia brasileira. Este processo, na opinião de Cibilis Viana, precisa ser contido, não só através do fortalecimento da indústria nacional, como também pela criação do sector social da economia. Diz Cibilis:

— Nestes anos, a economia tem sido vítima de imprevidências e erros.

O caso do petróleo é uma prova disso: destruiu-se o caminho de ferro, deu-se toda a prioridade às estradas, desvirtuaram-se as actividades da Pe-

trobrás, limitando as suas operações no campo da pesquisa e perfuração. Tudo baseado nos preços vis que se pagavam pelo petróleo. Quando os árabes resolveram cobrar um preço realista pelo petróleo, o principal produto de exportação dos seus países, o governo passou a transferir para ele uma culpa que era dos seus tecnocratas. Agora, fala-se em privatização das empresas estatais. Privatizar o quê? Empresas falidas que o governo recuperou com o dinheiro da nação e que agora, depois de tornadas rentáveis, serão devolvidas aos empresários! Isto não é possível! Porque não entregar, então, estas empresas aos trabalhadores, do executivo ao ope-

rário, para que eles se organizem e administrem as empresas? Esse sector social da economia precisa de surgir. E sei que vai dar certo. O governo não precisa sequer de assumir o passivo das empresas como quer fazer com os empresários no caso das empresas estatais que pretende privatizar. Os próprios trabalhadores, todos os que recebem salário, vão investir os lucros, fazer obras sociais. É essa a solução que se devia adoptar.

Essa seria uma forma de romper com a dependência do comando das transnacionais e levar o país a uma posição de autonomia no cenário internacional. É aí que os pontos de vista

convergem: como Lessa, Cíbilis considera que para se percorrer este novo caminho o que está em jogo é mais uma vez a questão do poder.

Económica e tecnologicamente, o país tem condições para ser independente. Inegavelmente, o Brasil desenvolveu-se e poderia ter um caminho autónomo. É certo que hoje somos a oitava economia do Mundo Ocidental, mas de que adianta isso? O Brasil também é tricampeão do mundo em futebol, mas isso não acrescenta um copo de leite para as crianças, nem aumenta mais um prato de sopa para o trabalhador. Quer dizer: o povo brasileiro não ganha nada com o *status* da sua economia. Dentro desse contexto, chego à conclusão de que dentro do quadro actual não há

solução. Ninguém vai acreditar que a «Mercedes Benz» do Brasil ou a «Ford» possam ter autonomia em relação às suas sedes alemã e norte-americana; quem manda na empresa é a sede. E se tiver de despedir toda a gente, despede. Assim, nós é que temos de resolver os nossos problemas.

Para Cíbilis, a propriedade social da economia faz parte de um caminho brasileiro para enfrentar a crise, em oposição à solução de capitalismo «selvagem» que o governo está a tentar colocar em prática, nos moldes de 1964-68:

— Este caminho não há dúvida que, mais cedo ou mais tarde, vai resolver a crise porque o país está a crescer, as fronteiras agrícolas estão a expandir-

-se. A questão é o seu custo social: que se supere esta fase o custo social será elevadíssimo, com milhões de pessoas morrendo, milhões de crianças subnutridas que se tornarão adultos defeituosos porque não se alimentaram correctamente na infância. É um sacrifício muito grande de todas as classes sociais, à excepção das transnacionais que, como da vez anterior, até terão lucros.

A democratização

A questão toda é responder a esta pergunta que o próprio Cíbilis formula: — Há condições para isso? E ele mesmo responde: — Tudo vai depender do processo de democratização. Desse processo depende, no mo-

Desemprego: reflexos do modelo

O desemprego atinge no Brasil proporções alarmantes. Só nas grandes cidades a mão-de-obra desocupada é superior a um milhão de pessoas, número que tende a aumentar gradualmente, caso persista a actual política recessiva do governo.

Ao desemprego somam-se também os baixos níveis salariais. Aliás, este é um dos aspectos mais importantes a destacar no cenário brasileiro, segundo o IBASE (Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais e Económicas). Num **dossier** que elaborou sobre o desemprego, o Instituto chama a atenção para o problema da queda do rendimento, salientando que «num país desenvolvido a relação entre o salário mínimo e a remuneração de um executivo de alto nível está na ordem de 1 para 7. No Brasil, a relação entre o salário mínimo e o salário de um gerente de processamento de dados era, em Fevereiro de 81, de 1 para 70.

— Estas desigualdades — diz o documento do IBASE — são constatadas em todos os níveis: regional, sectorial, funcional e pessoal. No caso da distribuição pessoal do rendimento, por exemplo, em 1976 os 50% mais pobres da população detinham apenas 13,5% do rendimento, enquanto que os 1% mais ricos detinham 17,5%.

Dos 44 milhões de pessoas empregadas em 1979, ainda de acordo com o IBASE, cerca de 25

milhões — 57% — recebiam no máximo até dois salários mínimos. Quer dizer: mesmo que o salário mínimo fosse equivalente a dois mínimos actuais, a força de trabalho subempregada seria imensa, na medida em que, mesmo duplicado, o mínimo não seria uma remuneração suficiente para atender as necessidades de lazer, habitação, transporte, saúde e alimentação do trabalhador.

A questão do desemprego, do subemprego e da baixa remuneração não é novidade no Brasil. O dado novo é que com a crise económica que vem-se agravando desde 1975, este facto foi-se tornando mais ostensivo, atingindo, indistintamente, todas as camadas da população, inclusive as classes médias, antes grandes beneficiárias do modelo. Já em 1977, cerca de 15% da força de trabalho estava subempregada, isto é, estava a trabalhar menos de 40 horas semanais, embora pudesse ou quisesse fazê-lo em regime de tempo integral. Se incluíssemos as pessoas empregadas que recebiam abaixo do salário mínimo vigente ou apenas habitação, alimentação, transporte e vestuário à guisa de remuneração, a estimativa de subemprego poderia atingir mais de 30% da força de trabalho.

O baixo custo da mão-de-obra foi sempre um dos motivos preferidos da propaganda oficial para atrair investimentos transnacionais para o

mento, a solução dos três outros grandes problemas que se somam à dominação da economia pelas transnacionais: o fiscal, o financeiro e o agrícola. Na opinião de Carlos Lessa, a questão política é colocada em jogo em qualquer intervenção pelo volume de interesses que as reformas envolvem.

Cita um exemplo:

Uma reforma financeira e uma reforma fiscal teriam que ter a implacabilidade que tem a tributação norte-americana. Tecnicamente, não é difícil desmontar o castelo de cartas em que se transformou a economia brasileira. Basta introduzir o princípio do risco. E isto nada tem de revolucionário. Pelo contrário: é o que há de mais conservador, são conceitos do século XIX. Mesmo assim, politicamente é

difícil. E é-o porque a economia brasileira move-se no terreno da ficção. Por decreto, a dívida externa pode ser aumentada ou reduzida. O mesmo ocorre com a receita da União. Assim, a ficção chega a um ponto em que se perde a base produtiva das relações económicas.

Na avaliação de Cíbilis, o que entrava o processo no rumo das transformações sociais profundas é o apoio internacional que o governo ainda possui à sua política.

Diz ele: — «Não fosse esse apoio e o governo não teria resistido porque agora as soluções aplicadas à crise económica de 64-68 já não conta com o apoio social da classe média, nem com grande parte do empresariado. Naquela época, era diferente. Os

empresários e a classe média estavam comprometidos com o golpe e resignaram-se a dar a sua cota de sacrifício.

Há também um outro dado novo: a classe trabalhadora começa a voltar à cena política, organiza-se e reivindica uma participação. Não há ainda organização suficiente para equilibrar a correlação de forças, mas o ressurgimento do movimento popular — como admite o próprio Cíbilis — está a ser decisivo para impedir que o governo e as transnacionais ponham em prática o remédio que consideram mais eficaz para superar a crise: a recessão agravada, e, com o desemprego em massa, a falência das pequenas e médias empresas, congelamento salarial e a repressão do movimento popular. □

pais. Embora a propaganda tenha surtido efeito, o governo não conseguiu, mesmo assim, resolver sequer o problema do ingresso no mercado formal de trabalho para as grandes massas da cidade e do campo. E mesmo que o crescimento demográfico continuasse a perder o seu ímpeto, como ocorreu nos últimos anos, a economia brasileira precisaria gerar quase 1,5 milhões de empregos anuais durante a próxima década, apenas para atender à procura gerada pelo aumento vegetativo da população, sem reduzir as taxas actuais de desemprego e subemprego.

Teoricamente, sustenta o IBASE, o Brasil poderia ter uma economia baseada no pleno emprego. Mas só teoricamente. Explica o IBASE: «os interesses reais do tipo de desenvolvimento que orienta as relações entre o capital e o trabalho não têm o pleno emprego como objectivo concreto. A lógica não se aplica no sentido do pleno emprego, mas da maximização dos lucros e da realização intensiva do capital. Esta racionalidade dita económica tem sido chamada de modernização, à qual se atribui a qualidade dos fenómenos naturais, inevitáveis e inerentes ao conceito de desenvolvimento».

Na sua pesquisa sobre desemprego, o IBASE chega a duas conclusões, a partir da análise dos dados sobre desemprego e subemprego no Brasil, mais as informações sobre salários, rotatividade e horas trabalhadas.

A primeira: as grandes empresas transnacionais e nacionais privadas, subsidiadas e apoia-

das pelo Estado, realizam grandes investimentos, acumulando lucros e desenvolvendo actividades de tal magnitude que colocam o Brasil como grande potência mundial. A outra conclusão afirma que a massa de assalariados apenas sobrevive em condições de miséria, pobreza, desemprego, migrações forçadas e privações de toda ordem, que mesmo os dados oficiais não conseguem esconder.

As esperanças de mudança deste quadro estão intimamente ligadas ao ressurgimento do movimento sindical. O próprio IBASE admite que, apesar da debilidade do movimento sindical, submetido à tutela do Estado e a pressões económicas e políticas de todo o tipo — Lei de Greve, Lei de Segurança Nacional, etc... —, «existem indicações concretas que este quadro será modificado drasticamente num futuro próximo, em consequência do despertar dos sectores sindicais mais combativos que lideraram as greves de 1978 a 1980, particularmente em São Paulo». Cita como expressivo o facto do governo, com o apoio de sectores empresariais, estudar a reformulação da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT —, que não garante, no sistema actual, nenhuma segurança ao trabalhador e dá plenos poderes de demissão e admissão aos patrões, transformando-se assim num forte instrumento de pressão contra os empregados. Principalmente num momento de crise como o actual, onde, mesmo as empresas estatais, têm vindo a desempregar em massa.

Francisco Julião: «Meninos, eu vi!»

Antes de deixar o Recife, para conhecer o exílio, longo e fecundo, eu ia, uma vez por outra, ao cemitério de Santo Amaro assistir a este espetáculo macabro: o enterro na vala comum de dezenas de cadáveres humanos (humanos?), recolhidos pelos carros da Santa Casa dos hospitais. Eram os camponeses que tombavam como a cana, ceifada pelas foices ágeis para alimentar as moen-



Com dois anos e meio de idade, pesando 4,150 kg, esta menina vive numa miserável palafita no bairro Anjo da Guarda, na periferia de São Luís. Deveria pesar cerca de 11 kg. Causa: fome. (Fotografia do médico Sebastião Saraiva, de São Luís, Maranhão)

das sempre insaciáveis das fábricas. Mas enquanto a cana tombava gorda de sacarose, os camponeses que a cortavam durante 15 a 20 anos, trabalhando desde as 4 horas da madrugada, caíam exaustos e famintos, com o couro agarrado aos ossos, como os prisioneiros dos campos de concentração de Hitler. Fosse como fosse, essa gente vivera (vivera?) aqueles 30 anos cantados em poema famoso por João Cabral de Melo Neto. Vieram as Ligas com o seu grito de espanto e das suas entranhas nasce o Sindicato. O cortador de cana já não é tão miserável, apesar de confinado em senzalas que afloram como cogumelos ao redor das cidades nordestinas. É uma mercadoria barata porque sobra, o bóia-fria. Tem uma reforma, se chega aos 65 anos. Quem chega? Muito poucos. A grande maioria é tragada pela fome, a tuberculose, a malária. Mas já não falta uma flor na sua tumba. Pelo menos.

Agora, de volta do exílio, vejo outro espetáculo mais terrível. É o das crianças de zero a um ano, a dois, a três e a mais, que desfilam pelo necrotério em caixinhas desconjuntadas, descansando nos braços esqueléticos de mães e pais sem lágrimas nem esperança. Porquê? Porque sem autópsia não há atestado de óbito e sem este ninguém pode ser enterrado. Um homem rude e silencioso, de bisturi entre os dedos, vai abrindo cadáveres mirrados, começando da virilha para a garganta, enquanto com a outra extrai os intestinos que o médico olha entre bocejos de indiferença, já que está habituado a este espetáculo que revolta a «gente bem» quando o vê em fotos coloridas tiradas no Biafra ou Bangladesh. Sabeis, compatriotas, o que há dentro desses intestinos exibidos à luz crua do anfiteatro? Vento, vento e mais nada. É o sinal de que a criança morreu de fome. Não há uma gota de fezes naquelas tripinhas mirradas. Então já não podemos falar nos 25 milhões de crianças com carências alimentares, nem dos 10 milhões com problemas mentais. É que onde há carência, há alguma coisa errada. No necrotério público do Recife e de todas as outras capitais do Nordeste, o filho da gente pobre só exhibe vento, vento, vento, na autópsia. O atestado fala de carência quando devia falar de fome. Eu digo como o poeta dos Timbiras: «Meninos, eu vi!» Duvidais? Ide ao Nordeste. Ide pelo Brasil, um Nordeste sem limites, que já perdeu a crença no milagre do Delfim, mas continua agarrado ao do Padre Cícero.

Como ficar indiferente a isto e não exigir uma imediata transformação desta trágica realidade?



BRASIL

O poder da rua

O povo do Rio de Janeiro está a organizar-se para governar a cidade. A sua vitória depende da abertura democrática

O poder da rua está nascendo. São as associações de bairro que nos últimos quatro anos se têm multiplicado no Rio de Janeiro, influenciando directa ou indirectamente cerca de três milhões de pessoas, a metade da população da cidade. Neste número não está incluída parte da população influenciada por outro movimento situado no Grande Rio, onde se desenvolve um poderoso trabalho da Associação de Amigos de Nova Iguaçu — AMABE — apoiado pela Igreja, Nova Iguaçu, com 1,5 milhão de habitantes, tornou-se internacionalmente conhecida como o lugar mais violento do mundo, campo de acção do temido «Esquadrão da Morte», e, também, pelas condições de miséria e abandono em que vive o povo, que não dispõe sequer de serviços de saúde pública, nem de saneamento básico.

As associações começaram a nascer após os primeiros sinais de descompreensão política, a partir de reuniões de pequenos grupos de moradores.

Reflectiam, antes de mais nada, o desejo popular de exercer a sua influência no planeamento da cidade, monopolizado durante todos esses anos de autoritarismo pelos tecnocratas, que só não conseguiram desfigurar completamente a cidade com os seus planos visionários, feitos em gabinetes, devido à falta de verbas. E as associações nasceram voltadas na sua primeira fase quase que exclusivamente para problemas urba-

nos, como por exemplo, a defesa dos moradores atingidos pelas obras do metropolitano, que rasgou o Rio em 37 quilómetros, paralisando o comércio e transtornando a vida em bairros com mais de dois milhões de habitantes, no seu conjunto.

O passo seguinte foi estender a sua influência a problemas considerados básicos para a melhoria do nível de vida da população carioca: a assistência médica, bastante precária; o transporte, cujos preços consomem mais de 30 por cento do salário do trabalhador; a habitação, cuja elevação dos alugueres ameaça de despejo a população de todos os conjuntos financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) no Rio; e a alimentação, cujos preços, manipulados pelas grandes cadeias de supermercados, tornam-se cada vez mais inacessíveis ao trabalhador, e inclusive, a classe média foi obrigada a reduzir praticamente a zero todos os gastos com bens não essenciais.

Problemas na carne

A rápida expansão do movimento de associações de bairro pode ter uma dupla explicação: de um lado, está a questão política propriamente dita, consequência do desejo da população no sentido de decidir sobre a sua própria vida, escapando à tutela dos burocratas e dos tecnocratas que fazem e desfazem planos e têm dilapidado grande volume de verbas, como foi o caso do metropolitano do

Rio. O seu custo já ultrapassa mais de 2 biliões de dólares (cerca de 200 biliões de cruzeiros), e a obra que se arrasta há 11 anos está longe de ficar concluída.

Outro exemplo: a auto-estrada Lagoa-Barra (ambas são zonas de alto poder aquisitivo) construída contra a vontade da população para favorecer a indústria imobiliária que fez altos investimentos na Barra da Tijuca e ainda não conseguiu vender a grande maioria dos apartamentos; entre outros problemas, devido à falta de transporte e dificuldades de acesso dos automóveis. De outro lado, está a questão económica, a necessidade de enfrentar colectivamente a pressão inflacionária.

Explica o presidente da Federação das Associações de Bairro do Rio de Janeiro (Famerj) —, Jô Resende:

— Os problemas económicos são sentidos muito directamente dentro do movimento popular. É diferente do caso dos economistas que vêem a situação numa perspectiva global. O resultado é que a população, no seu dia a dia de convivência nas associações, vai descobrindo que os seus problemas estão intimamente ligados à situação política do país, à forma como a economia está sendo dirigida.

Assim, o morador, seja da periferia ou da Zona Sul, onde os salários são altos e o nível de vida é bom, vai tendo a sua aprendizagem prática. Começa a descobrir que o seu aluguer está muito caro, mas que

a culpa é da política governamental que não detém o monstro da inflação. Ele vai ao supermercado, descobre que os preços estão altos e, gradualmente, vai percebendo que existem dois prejudicados na história: ele próprio, que paga caríssimo pelo alimento, e o pequeno produtor, que recebe preços baixíssimos pela sua mercadoria. Por exemplo, na zona de produção, um quilo de cenoura era vendido em Agosto por 10 cruzeiros e revendido, logo a seguir, por 60 ou 70 cruzeiros. Quem lucra com isso?

— Este problema — afirma Jô Resende — tem levado a população a reflectir muito. O governo não exerce nenhum controlo sobre o mecanismo da economia. Aí entra uma contradição muito grande: as empresas clamam contra a excessiva participação do Estado na economia, mas na realidade esta intervenção não existe. Sectores básicos como alimentação, habitação e transporte são os que proporcionam maiores lucros, em detrimento da população.

A origem desta distorção está no abandono a que foi relegado durante as últimas décadas o transporte ferroviário suburbano que, hoje, poderia servir dois milhões de pessoas e não apenas 700 mil — a sua capacidade actual. Além disso, o governo estimulou as linhas de transportes colectivos que correm paralelamente às linhas da rede ferroviária e nunca se preocupou em exercer um controlo dos preços, através da fixação de uma tarifa social. Falou-se de tarifa única, mas não há nenhuma definição, nem propostas que possam evidenciar qualquer benefício para a população.

— Não é apenas a população que sofre com a falta do controlo estatal. Os motoristas e cobradores também são muito explorados: trabalham em condições muito precárias, são obrigados a fazer um número excessivo de horas extras e, normalmente, têm os seus direitos laborais desrespeitados — afirma Jô Resende.

No Rio, a estratégia para restringir a presença do Estado no sector dos transportes tem tido como alvo

principal a Companhia Municipal de Transportes Colectivos (CTC). Há cinco anos, a empresa estava a ser dimensionada para assumir gradualmente o controlo da maioria das linhas de transportes colectivos, a fim de garantir a integração com o metro, o sistema de barcas e a rede ferroviária. Ocorreu justamente o inverso: a empresa foi desmembrada, perdeu o controlo de algumas das suas linhas mais rentáveis e, agora, começa a demitir funcionários.

Para os próximos três anos, a Farmerj, que reúne cerca de 60 associações de bairro, tem planos para desenvolver o seu trabalho em três frentes: saúde, transporte e habitação.

A educação também é considerada importante, mas, por enquanto, ficará relegada a uma segunda etapa porque a Federação considera que o nível de organização das associações ainda é pequeno para garantir uma mobilização efectiva, capacitada para enfrentar o problema.

Saúde pública, habitação e transporte merecerão prioridade por um motivo: tocam mais a população no quotidiano e qualquer melhoria nestes três sectores repercute-se imediatamente na qualidade de vida.

Além disso, são sectores onde os problemas só se têm multiplicado: todos três sofrem grande ingerência da iniciativa privada e transformaram-se em pontos-chaves para a prática de um capitalismo sem risco, característica marcante do modelo económico brasileiro. O problema do transporte é bem típico: dos seis milhões de habitantes do Rio, apenas cerca de 900 mil podem dispor — porque é esta a capacidade — de um transporte estatal mais barato: o metro, as barcas Rio-Niterói (na margem oposta da Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro) e os comboios suburbanos. O restante da população é obrigada a andar de autocarro, sector controlado pela iniciativa privada, onde todos os aumentos de combustível, salário do pessoal e manutenção, são imediatamente transferidos para a população.

O resultado não podia ser mais desastroso. Como a tarifa é calculada

por quilómetro, a população pobre, que mora na periferia, paga cada vez mais caro pelo transporte enquanto o morador da Zona Sul, que vive mais próximo do Centro — onde fica a maior concentração de empregos da cidade — paga uma passagem bem mais barata.

Socialização dos prejuízos

No sector da habitação, a situação não muda. E as associações estão a lutar em duas frentes: a primeira, mais imediata, é para impedir que os reajustes dos chamados conjuntos habitacionais sejam feitos a níveis elevados, como aconteceu agora — 72,8 por cento. Fora do alcance dos mutuários, o aumento teve consequências sociais das mais negativas: ameaça de despejo em todos os conjuntos habitacionais do Rio. A Farmerj tem discutido o assunto com o BNH, mas não conseguiu demover o banco para aceitar a sua sugestão de fixar aumentos proporcionais à capacidade de pagamento dos compradores.

A segunda frente de luta é para alcançar um objectivo mais amplo: exclusão das companhias privadas do sistema financeiro de habitação. As associações de bairro querem que o BNH passe a ser um banco de primeira linha, financiando directamente os imóveis, sem a ingerência de intermediários que aplicam os recursos do FGTS, onde dá mais lucro, sem qualquer preocupação social.

Ou seja, os recursos são aplicados para financiar casas para a classe média e alta, às vezes artificialmente como ocorreu há pouco tempo: centenas de apartamentos estão prontos mas vazios por falta de compradores, em detrimento da habitação popular construída geralmente com material de qualidade inferior, com pouco espaço e sem o conforto dos grandes prédios da classe média e alta, financiados com dinheiro dos trabalhadores e onde o requinte é a marca característica: com vastos salões, piscinas, apartamentos amplos, interfone, mármores, elevadores e outros luxos.



— O contacto quotidiano com tais problemas faz com que se pergunte: o que está a acontecer no Brasil? Que tipo de capitalismo é este? Qual o risco que corre o capitalista? Qual é o risco de um grande empresário se o mesmo não aplica o seu próprio capital para construir?

Quem faz todas estas interrogações é Jó Resende. E explica:

— Uma das características do capitalismo é esta: o lucro deve ser proporcional ao risco. No Brasil, ocorre o inverso: é o capitalismo sem risco. O governo concentra os lucros mas socializa os prejuízos. Tudo é feito com o dinheiro da poupança popular, mas o trabalhador não tem nenhum controlo sobre o seu dinheiro. E é esse dinheiro que financia os prejuízos. Por exemplo,

A Federação das Associações de Favelas – Rio de Janeiro mobiliza-se em torno do problema da habitação. Jó Resende (à direita), presidente da Federação das Associações de Moradores da capital brasileira



o capitalista solicita um empréstimo dando como garantia o apartamento. Na hora de pagar, paga com o apartamento que a Caixa Económica, mais tarde, volta a devolver-lhe através de novo financiamento. É um círculo vicioso doentio.

Jô Resende salienta que no sector da saúde pública se utiliza mecanismo semelhante ao sistema de habitação; os seus organismos são grandes postos de triagem que transferem clientes para a iniciativa privada, pagando todos os medicamentos, diárias, médicos, quando o mais prático seria a intervenção directa, utilizando o sistema estatal propriamente dito.

Enquanto se acumulam deficiências na previdência social, verbas que poderiam ser aplicadas para melhorar o sistema são desviadas para projectos tais como o programa nuclear — dispensável na actual conjuntura em que vive o país.

Enfrentar e resolver problemas de tal magnitude não é tarefa fácil. Principalmente para um poder nascente que ainda não se organizou o suficiente, que ainda trava as suas primeiras lutas e enfrenta dificuldades de toda a ordem. É verdade que o pequeno espaço político que a abertura permitiu deu às associações um campo importante de manobra. Não fosse isso, o BNH não se disporia a discutir a questão dos aumentos das mensuralidades dos conjuntos habitacionais; a Prefeitura não convidaria a Famerj para discutir o destino dos terrenos do metropolitano, vitais para a melhoria da qualidade de vida

da cidade, nem muitas das suas reivindicações estariam a ser resolvidas embora de forma parcial ou com muita lentidão.

Boicote

Nestes quatro anos as associações cresceram muito. Das 20 associações pioneiras que criaram a Famerj e começaram a organizar o movimento de bairros, existem hoje mais de 120, com penetração na cidade, na periferia e no interior do Estado do Rio de Janeiro, principalmente nas zonas mais pobres e carentes.

A expansão do movimento, apesar das dificuldades, foi acompanhada por êxitos sucessivos, reforçados pelo movimento de favelados que se desenvolve paralelamente e congrega cerca de um milhão e meio de habitantes, isto é, um terço da população carioca. O movimento dos favelados é singular: neste momento, o seu objectivo é atrair a atenção da sociedade para os problemas básicos das comunidades, como saneamento, instalação de água, luz, segurança e educação.

Além disso, lutam pela posse das terras ocupadas, principalmente nas favelas da Zona Sul, onde a especulação imobiliária é uma ameaça frequente para a população que vive nos morros. Um pormenor: nestes últimos anos, os favelados conseguiram articular-se com sindicatos de engenheiros, arquitectos e médicos para a execução de um trabalho de assistência directa, envolvendo

desde a construção de habitações, assistência médico-sanitária.

Já em 1977, quando o movimento era ainda embrionário, uma das favelas mais povoadas conseguiu frustrar os planos da Prefeitura que queria vender os terrenos da dita área, uma das mais valorizadas do Rio. Houve até uma tentativa de desalojar 31 famílias, sob o pretexto de perigo de desmoronamento. Os moradores descobriram que era mentira: organizaram-se e impediram o despejo.

Em diversos bairros da cidade as associações vão conquistando espaços e vencendo obstáculos: medidas para controlar a especulação imobiliária, novas áreas de recreio, cooperativas de alimentos, com compra directa aos produtores do interior do Estado.

E as iniciativas não se limitam a isso. As associações transformaram-se em verdadeiros centros de exercício da democracia directa particularmente pelo seu carácter pluralista, onde todos têm voz, e todos os assuntos são amplamente discutidos, sem interferência de grupos, nem manobras políticas.

É claro que essa prática não decorre com facilidade. As tentativas de manipulação das associações por parte do governo do estado tem-se multiplicado de há dois anos para cá, pretendendo impôr estatutos antidemocráticos e condicionando qualquer iniciativa do governo ao apoio desta ou daquela candidatura oficial.

A alma do título

«O poder da rua» não é um título original. Ele pertence a Pedro Porfírio, jornalista, teatrólogo e militante incansável de ideias controversas, mas de profundo sentido social. A descoberta do título deu-se na sua experiência comunitária na rua Lauro Müller no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro: na autogestão do edifício em que morava e depois de toda a

rua. Foi um sucesso e serviu para estimular o aparecimento de outras iniciativas do mesmo tipo. O nome da ALMA (Associação dos Moradores da Lauro Müller e Adjacentes), sintetiza bem o espírito do trabalho. ALMA não tem um sentido religioso nem transcendental. Pelo contrário, é algo muito concreto, já revelado por um velho slogan: «A união faz a força». Essa redescoberta está no livro de Porfírio, editado este ano. E os seus três últimos parágrafos dão uma boa ideia do que ele entende por isso:

«É importante considerar que um poder



Controlo dos preços e distribuição menos injusta do Rendimento, reivindicações do Movimento Contra a Carestia



Para citar um caso concreto, determinada associação chegou a ser dissolvida e foi reconstituída nos moldes antigos. E uma das associadas afirma:

— A associação tem que ser uma coisa aberta, democrática, onde todos participem. Não pode servir grupos nem partidos políticos. Todas as pessoas sérias estão conscientes disso. É nisso que está a nossa força.

Além das tentativas de manipulação, as associações enfrentam ainda o boicote oficial. Recentemente, o prefeito da cidade, num debate, negou-se a franquear o acesso das associações aos projectos: «assuntos de técnicos são para técnicos». Os moradores, no máximo, podiam opinar, mas a decisão final caberia sempre à Prefeitura, sem que a população tivesse acesso a documentos que permitissem conhecer os cri-

térios apresentados.

Nada mais irreal: os projectos não podem ser vistos pelas associações porque, quando isso acontecer, o poder das imobiliárias desaparecerá, as verbas deixarão de ser desperdiçadas em obras desnecessárias e estará efectivamente aberto o caminho para que o poder da rua governe a cidade.

É por isso que o governo do estado cria obstáculos. Informações,

local é extremamente empírico. Sabemos disso e sabemos também que uma rua não tem mais força em matéria de hábitos e costumes do que a cidade e o país onde se localiza. Mas sabemos também que se aprende a fazer, fazendo. Não pretendemos ser uma comunidade-modelo, mesmo porque no nosso interior ainda há muitos indiferentes. Não queremos ensinar nada a ninguém. E se quiséssemos, poucos estão a querer ouvir. Mas estamos convencidos de que cada acontecimento entre nós terá repercussões sobre a vida urbana, vida dominada por um com-

plexo de interesses económicos que age impunemente contra a população.

Se cada comunidade assumir a sua força e explorar o seu próprio espaço organizando-se para a autodefesa, não haverá ninguém capaz de impedir as conquistas da população de melhores condições de vida.

Este é o sentido da ALMA. Esta é a sua palavra. A sua experiência e a sua mística certamente se fundirão no conjunto do movimento de comunidades. E dele tirará lições para a formação de um autêntico poder da rua.»

mesmo as mais elementares, são negadas; decisões são tomadas sem consultas e as experiências de discussões têm sempre o objectivo de legitimar (ou tentar legitimar) uma posição oficial já definida. Foi o caso do uso dos terrenos do metropolitano, onde os moradores puderam dar opiniões, mas a Prefeitura decidiu sozinha.

Aliás, quando os debates se iniciaram, o projecto, que os moradores condenaram, já estava pronto para garantir a libertação dos limites de altura das construções. Os moradores querem os terrenos para áreas de lazer e uso comunitário (hospitais, escolas, teatros), mas o governo do estado já decidiu: vai vendê-los à iniciativa privada, embora tenham sido desapropriados para fins de utilidade pública.

Expansão

Nada conseguiu impedir que o projecto das associações ganhasse forma e se expandisse. Nos próximos três anos, a proposta da Famerj é estimular a proliferação de associações de bairro em todo o estado, principalmente nos municípios onde é maior o número de problemas.

Está também a ser discutida a adesão de todas as associações à Famerj, cuja representatividade tem crescido em grande escala graças à sua presença à frente dos movimentos que dizem respeito directo aos interesses da população. O exemplo mais recente foi a última greve dos médicos, quando conseguiram alertar a população para a necessidade de não comparecer nos hospitais, salvo por motivo grave, a fim de impedir que os médicos fossem expostos à repressão. Os hospitais permaneciam sem movimento 24 horas após o encerramento da greve. Uma dupla vitória dos médicos e da população.

Foi no campo médico que a Famerj conseguiu maiores êxitos. Já existem comissões de médicos e moradores trabalhando nos hospitais que atendem grande número de pessoas e as condições de recepção têm melhorado. Com isso foi desfeito o antigo mito de que a má

recepção era culpa exclusiva dos médicos e não do sistema como um todo, onde as condições de saúde são precárias devido à precariedade das condições de vida.

Ainda é cedo para uma avaliação precisa da influência das associações de bairro no campo político e administrativo do Rio de Janeiro. Por enquanto, o que se pode avaliar com precisão é o seu potencial: moradores de alguns bairros da cidade, tiveram condições de rápida mobilização para elaborar projectos, com a participação de engenheiros e arquitectos dos bairros, a fim de apresentar ao governo alternativas para a criação de áreas de lazer e melhoria das condições de vida local. Claro que as suas propostas não foram atendidas.

Quando houver democracia e as regras do jogo mudarem, sem dúvida que esse poder nascente será decisivo. Administrativamente, vai permitir uma grande economia ao governo do estado e à Prefeitura, já que a participação dos moradores permitirá que se chegue a definições mais criativas e económicas para a cidade.

Além disso, vai garantir que a distribuição das verbas seja equitativa e proporcional às necessidades das comunidades, acabando com o actual paternalismo que favorece a Zona Sul da cidade, enquanto a Zona Norte é esquecida.

Para a Famerj, a questão do poder da rua passa, inevitavelmente, pela questão democrática. É a democracia que vai permitir ao povo governar a sua cidade, aliás um direito adquirido através do pagamento de impostos.

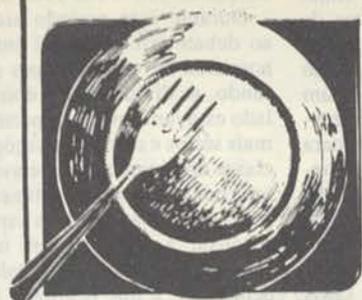
Essa falta de voz preocupa, indistintamente, os moradores do Rio, sejam da Zona Norte ou da Zona Sul, ambos vítimas, guardadas as devidas proporções, dos impostos elevados e da precariedade dos serviços oficiais. Só este ano, o governo do estado elevou os impostos em 300 por cento, aumentando a recolha em 200 por cento. No entanto, todas as obras estaduais foram paralisadas ou sensivelmente atrasadas; o metropolitano, a principal delas,

só não parou porque o governo federal a financia.

Na vida do carioca, o poder da rua não significa apenas a perspectiva de uma maior participação na escolha dos destinos da cidade, vítima da especulação imobiliária desenfreada. As associações estão a contribuir também para quebrar o isolamento e a solidão, problemas graves numa cidade grande, e têm tornado as pessoas mais receptivas, mais abertas. Este ano, praticamente todas as festas da cidade em Junho, foram promovidas pelas associações; festas, exibição de filmes, feira de artesanato tornam-se cada vez mais integradas no quotidiano da cidade, numa iniciativa das associações.

— Agora — diz uma das associadas de um movimento em reconstrução localizado na Zona Sul — já falamos com os vizinhos, conversamos, visitamo-nos. Se precisamos de um médico, telefonamos para o vizinho-médico; antes isso não acontecia. Num destes dias uma moça que veio de São Paulo disse numa reunião que estava feliz por ter encontrado a associação, tinha-se livrado da solidão, que a prejudicava, no convívio comunitário.

E isso não é privilégio da Zona Sul. De um bairro da periferia (onde os moradores foram às ruas para apoiar uma greve de professores) até à Ilha do Governador (onde 25 mil assinaturas estão a ser recolhidas para pedir ao governo federal o regresso das barcas, mais económicas e rápidas, ligando a Ilha ao Centro da cidade), essa rotina de integração repete-se. Diferenças políticas, económicas e sociais estão a ser postas de lado, com um objectivo: fortalecer a luta pelo bem comum. E assim o poder da rua cresce, numa experiência totalmente inédita na história brasileira que só pode ser comparada actualmente, em termos de influência popular, ao movimento de base da Igreja. A vitória do poder da rua só depende agora da democracia; se a democracia vingar, a cidade passará a ser dos seus legítimos donos, os cidadãos. E não dos tecnocratas e especuladores, como tem ocorrido há 17 anos. □



BRASIL

A alternativa radical

O país entra num período de depressão económica que se prevê agudo e extenso

Theotónio dos Santos

O debate sobre a actual crise brasileira tem-se revelado extremamente pobre, tanto no campo teórico como no político. Isto é em parte consequência da deficiente formação teórica dos economistas que não estudam nas faculdades nenhuma matéria sobre o ciclo económico que lhes permita compreender como se move na realidade uma economia capitalista, além de não terem dedicado quase nenhum esforço de pesquisa para aprender o movimento cíclico tal como ele se apresenta nos países de capitalismo dependente (1). Por outro lado, na cena política nacional degladiam-se a respeito da política económica diferentes facções da burguesia e da pequena burguesia cujos programas não se diferenciam substancialmente no que respeita ao combate das crises económicas.

(1) O autor estudou a questão da crise e do ciclo económico no Brasil em artigos de 1954-68 e no livro «Socialismo ou Fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y la alternativa latinoamericana», publicado originalmente em 1959 e reeditado em vários países com actualização. Depois retomou o tema num nível mais teórico nos livros: *La Crisis Norteamericana y América Latina* de 1971 e *Imperialismo y Dependencia*, de 1978. Por fim, abordou o tema mais concretamente no artigo sobre a crise económica que foi incluído no livro: *Brasil, la Evolución Histórica y la Crisis del Milagro Económico*.

De facto, o debate económico hoje no Brasil limita-se à seguinte questão: é possível ou não superar a inflação sem recessão? Ora, ao admitir este confronto, assume-se uma premissa totalmente falsa: a ideia de que a recessão é consequência das políticas económicas e não do comportamento necessariamente cíclico da economia capitalista dependente em que vive o Brasil. Por isso, o debate económico e a polémica política concentram-se na figura de um homem que, por maiores que sejam as suas responsabilidades, não poderia gerar por sua vontade a mais profunda recessão da história do país. Enquanto o debate ficar entre os recessionistas e os não-recessionistas, a questão da inflação e da crise económica estarão a ser escamoteadas à opinião pública brasileira.

A actual crise económica com os seus aspectos conjugados de alta taxa de inflação, recessão, crise social e perplexidade política é o resul-

tado inevitável do período de auge económico de 1968-1973, da irresponsabilidade e ganância que o caracterizou, e das políticas de desaquecimento lento promovidas entre 1924 e 1980, cujo resultado (procurado ou não) foi o de prolongar artificialmente as altas taxas de crescimento e alimentar, em consequência, uma inflação cada vez mais incontrolável.

Depois do golpe de Estado de 1964, aplicaram-se distintas políticas económicas... Primeiramente, houve uma política ortodoxa de estabilização monetária, entre 1964 e 1967, durante a qual se restabeleceram as condições de investimento ao elevar a taxa de lucro média da economia, através de: 1) redução do nível salarial em cerca de 46%; 2) quebra das empresas médias e pequenas de baixa produtividade; 3) intervenção do Estado nas áreas de baixo lucro (compra da Light, grande empresa do sector eléctrico e dos transportes, e outras) para ele-



Emissão do papel moeda: é impossível superar a inflação sem recessão?

var a taxa média de lucro dos sectores privados; 4) favorecimento do capital monopolista, particularmente o internacional, atraindo enormes investimentos depois de um período de pouco interesse externo, durante os anos de 1962 a 1967.

Grande potência miserável

Em seguida, começaram a ser despertadas as forças investidoras estimuladas pela taxa de lucro crescente. A partir de 1968 entra-se inicialmente numa fase de utilização da capacidade instalada, que tinha sido subutilizada durante a depressão anterior.

Logo depois, numa nova onda de investimentos vindos em parte do exterior, em parte do capital nacional já reestruturado num nível monopolista e, em outra parte do sector público, agora saneado nas suas contas devido à política de despedimentos de funcionários públicos para a contenção de gastos e aumento da tributação fiscal, já aplicada anteriormente. Esta onda de investimentos numa situação mundial que já começava a agravar-se, a crise de longo prazo iniciada em 1966-67 (e não em 1973, como equivocadamente a situam a maior parte dos economistas que nada entendem de ciclo económico), atraíu para o Brasil um enorme movimento de capitais especulativos ao lado e sobreposto aos capitais produtivos. Criou-se assim um auge económico caracterizado sobretudo pela irresponsabilidade, a anarquia e a megalomania associada aos objectivos fascistas e paranóicos de criação de um «Brasil Grande Potência», baseado paradoxalmente num povo de analfabetos e miseráveis.

Os resultados deste auge relativamente artificial foram: 1) um aumento dos investimentos privados e estatais sem cobertura e superdimensionados, baseados em projecções das taxas de crescimento alcançadas naquele período, as quais, evidentemente, não se cumpriram; 2) uma aceleração da especulação financeira e imobiliária com o surgimento do mercado de acções e

novos mercados financeiros, como o *open market*, e novas fontes de especulação imobiliária com a expansão territorial em direcção ao centro-oeste e à Amazônia; 3) um aumento do investimento estrangeiro de carácter especulativo para captar recursos do sistema financeiro nacional superdimensionado e um crescimento anárquico dos investimentos directos subsidiados e favorecidos pelas mais diversas formas que resultaram numa saída cada vez mais gigantesca de lucros, pagamentos de *royalties* e serviços técnicos para o exterior. Ao mesmo tempo aumentavam os créditos no exterior para a instalação de novas empresas e para obras de infra-estrutura superdimensionadas, o que aumentou enormemente a lista de importações e criou um défice comercial permanente no intercâmbio com o exterior.

O resultado dessa política foi um défice crescente da balança de pagamentos e a necessidade de cobri-lo com novos empréstimos: eis a origem da maior dívida externa do mundo, de um crescimento económico desordenado e da reorientação da economia brasileira para o sector exportador, e que levou a novos estágios do neocolonialismo.

Debate irresponsável

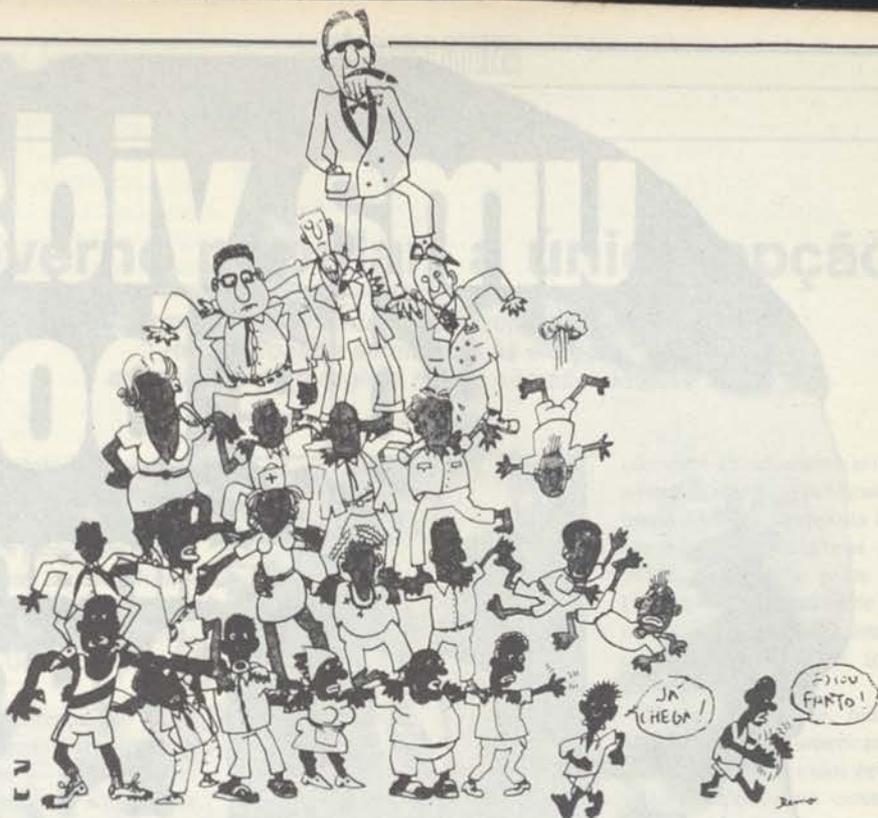
Quando começaram a sentir, em 1974, os efeitos dessa aventura económica, agravada — e apenas isto — pela elevação do preço do petróleo, os estrategos do regime de excepção não realizaram os cortes de orçamento e dos investimentos mirabolantes e procuraram sim novos empréstimos no exterior, apelando para a emissão aberta e para o défice orçamental. A consequência inevitável dessa política foi o aumento agravado da taxa inflacionária. Ao mesmo tempo, as taxas de crescimento, sustentadas artificialmente, continuaram a cair, pois eram necessários cada vez mais recursos financeiros por capacidade produtiva instalada. A especulação no âmbito nacional e internacional elevou-se a novos níveis e o país foi envolvido numa espiral inflacionária que chegou à beira da hiperinflação, ao al-

cançar os 120% em 1980-81.

Durante este período assistimos ao debate irresponsável entre economistas de vários grupos que, no fundo, se dividiram em dois: de um lado estavam aqueles representantes mais sérios e menos demagógicos da classe dominante que apelavam para uma contenção do investimento e procura (únicas medidas capazes de paralisar a inflação sem tocar na estrutura económica capitalista dependente), e que resultaria inevitavelmente numa diminuição do crescimento e, talvez, até numa recessão aberta. Do outro lado, estava um grupo de reformistas utópicos e/ou irresponsáveis políticos que defendiam a tese de possibilidade de manter altas taxas de investimento e de procura, contendo a inflação sem realizar nenhuma transformação estrutural da economia. Consequentemente, achavam possível (sem nunca demonstrarem seriamente como) prosseguir com o capitalismo dependente e aumentar as inversões em dinheiro mantendo assim, altas taxas de investimento e desinflatando a economia: Uma espécie de milagre do Divino Espírito Santo!

As raízes da inflação

Chegou, porém, a hora da verdade: o sr. Delfim Neto, que derrubara os srs. Mário Henrique Simonsen e Carlos Richebieter ao prometer paralisar a inflação sem recessão e sem mudanças na estrutura económica, teve que render-se às evidências e iniciar uma política de contenção de créditos, corte de gastos, restrição de consumo, a qual iniciou tardiamente, já no bojo de uma inflação quase incontível. O resultado, que apenas começou agora, é a entrada do país num período de depressão económica que deverá ser muito agudo e extenso. O preço do crescimento artificial alcançado entre 1974 e 1980 será pago em três ou quatro anos, divididos numa fase de depressão, logo uma recessão. Só depois de uma fase de estagnação, poderá haver uma recuperação cuja força e extensão dependerá das mudanças estruturais que ocorrerem no



A instabilidade da pirâmide social brasileira, reflexo da profunda crise económica, vista por Remo do jornal satírico Pasquim

país durante os anos de crescimento negativo ou débil.

Quais seriam estas medidas de mudança estrutural que teriam que ser realizadas no país para permitir um novo período de crescimento equilibrado e permanente, sem novas crises cíclicas?

O Brasil deve enfrentar a inflação indo às suas raízes, quer dizer: a especulação financeira e imobiliária, os serviços gigantescos da dívida externa, os gastos excessivos do Estado para servir interesses corruptos ou sonhos mirabolantes de grandeza, a economia exportadora e baseada no capital estrangeiro, a procura excessiva de produtos de luxo pela grande burguesia e as classes médias altas, a política de preços administrados pelos grandes monopólios, a renda da terra dos latifúndios improdutivos e as estruturas de produção arcaicas sustentadas pelas estruturas latifundiárias e especuladores urbanos.

Dilemas radicais

Queiram ou não os economistas reaccionários e os reformistas pequeno burgueses, a crise actual do país leva cada dia mais à recolocação como questão fundamental do velho debate sobre as reformas estruturais e as suas consequências políticas. Nacionalização do crédito, reforma urbana e reforma agrária, controlo de preços e planificação, reorientação da nossa estrutura produtiva e distribuição mais justa do rendimento, mobilização da opinião pública, o controlo da distribuição e dos serviços básicos, a disposição em enfrentar as pressões internacionais através de uma política externa de não-alinhamento, a renegociação ou a moratória da dívida externa. Estas medidas são as únicas que podem oferecer uma saída efectiva à crise estrutural em que o país está mergulhado de facto desde 1961, e que não foi superada

pelo auge económico de 1967-73, voltando a apresentar-se sob a forma de uma queda de crescimento de 1974 a 1979, e agudamente a partir de 1980-81.

O capitalismo não tem caminhos a oferecer ao Brasil. Todos sabem isso, mas poucos querem reconhecer-lo com medo de parecer utópicos ou sectários. Não há pior sectarismo que o agnosticismo, quer dizer, a defesa sectária da impossibilidade de chegar a conclusões radicais.

No Brasil de hoje, e sobretudo no de amanhã, são precisos cientistas sociais e políticos que cheguem à raiz dos fenómenos. Radicalismo e sectarismo são posições opostas. O sectário apega-se ao superficial seja ele um reformista, um ultra-esquerdista ou um conservador. O radical vai até ao fundo e não se deixa dominar pelas aparências. Os dilemas que vive o Brasil são radicais. Estejamos à sua altura. □



uma vida de boy

Ferdinand Oyono

Uma história impressionante ocorrida nos anos que antecederam a independência.

O diário de um Boy (criado) que nos desvenda a hipocrisia da vida dos brancos para com os habitantes do país colonizado.

Um novo romance do conhecido escritor dos Camarões, Ferdinand Oyono, autor de "O Velho Preto e a Medalha" já publicado pela Caminho.

na estrada do futuro **editorial
CAMINHO**

Governo popular, a única opção

Guillermo Ungo, presidente da Frente Democrática Revolucionária afirma que as eleições anunciadas pelo regime militar não são viáveis

Roberto Argueta

COM a eleição do socialista François Mitterrand, em França, o movimento popular de El Salvador ganhou um importante aliado. Quem faz esta afirmação a **cadernos** é o presidente da Frente Democrática Revolucionária, Guillermo Ungo, de 50 anos, advogado.

A posição da França não é, na realidade, suficiente para mudar o curso da guerra — que depende, fundamentalmente, da atitude dos Estados Unidos — mas é de grande importância para despertar a atenção do resto do mundo para o drama do povo de El Salvador.

Sendo o menor país da América do Sul, El Salvador é o mais densamente povoado e seguramente um dos mais pobres do continente: 5 milhões de pessoas vivem numa estreita faixa de terra de 21 mil quilómetros, onde grassam a miséria, o analfabetismo e as doenças endémicas. A minoria ultradireitista e reaccionária que controla o país possui fortunas que rivalizam com a burguesia dos países desenvolvidos.

Mas o que pode representar a eleição de Mitterrand para o movimento popular de El Salvador? Ungo explica:

«O novo governo da França tem anunciado as mudanças que preocupam os Estados Unidos. Na sua campanha, Mitterrand referiu-se a El Salvador e à Nicarágua de maneira muito favorável para os povos



Guillermo Ungo

de ambos os países em luta para erradicarem as injustiças sociais e os privilégios. Existem provas claras dessa posição: Danielle Mitterrand, a esposa do presidente, é quem dirige o Comité de Solidariedade com o povo de El Salvador. Para nós, o importante é que o país que foi a pátria dos direitos humanos retome a sua antiga bandeira. Isso teria reflexos noutros Estados europeus. De facto, a República Federal Alemã afirmou já que o conflito salvadoreño não resulta das disputas Leste-Oeste. Começamos agora a ser entendidos de maneira diferente».

O intervencionismo norte-americano

Uma das preocupações de Guillermo Ungo é a crescente interven-

ção norte-americana no seu país. A administração republicana tem usado a tática da suposta intervenção dos países socialistas — várias vezes denunciada pelos Estados Unidos — em El Salvador para justificar a sua própria intervenção como sustentáculo do impopular governo militar.

Há, presentemente, mais de 50 assessores norte-americanos oficialmente reconhecidos em El Salvador. Representam cerca de dez por cento das pessoas que exercem o verdadeiro comando militar no país. Qualitativamente, o significado desse contingente norte-americano é ainda mais expressivo: o seu armamento é do mais moderno e a sua preparação militar altamente especializada. A tendência é aumentar o número de assessores militares à medida que os Estados Unidos fornecem mais armamento ao regime salvadoreño.

Diz Ungo:

«Há o perigo latente do conflito de El Salvador se estender a toda a América Central. É um risco que aumenta de dia para dia. A prova disso está no facto do povo dos Estados Unidos se opor cada vez mais à guerra no nosso país.»

Esta observação do líder salvadoreño é baseada em factos: em Março último, existiam já, nos Estados Unidos, quase 200 comités de solidariedade com o povo salvadoreño. Dois meses mais tarde, pre-

cisamente no dia 3 de Maio, concentraram-se quase 100 mil pessoas em frente da Casa Branca e do Pentágono, em Washington, para condenar a intervenção na América Central.

O número de manifestantes foi alvo de polémica nos meios de comunicação. A *Voz da América* calculou em 25 mil o número de participantes na manifestação de protesto, numa tentativa evidente de divulgar dados que pudessem parecer favoráveis ao governo, como habitualmente costuma fazer. Mesmo assim, 25 mil seria um número elevado. Segundo observadores imparciais, a manifestação em defesa de El Salvador foi a maior já realizada nos Estados Unidos desde os actos que condenaram a guerra do Vietname.

«Com a intervenção em El Salvador — continua Ungo — o governo norte-americano está a cometer erros semelhantes aos que conduziram ao fracasso no Vietname. À medida que o tempo vai passando sem alcançar a vitória frente a um povo armado, aumenta a sua ajuda ao governo imposto e cresce a sua presença militar no país. Se os Estados Unidos não modificarem a sua atitude política, ver-se-ão, em breve, envolvidos numa intervenção clara e em combates directos. Até ao momento, não existem combatentes estrangeiros entre as forças populares de El Salvador. Os únicos que possuem elementos estrangeiros nas suas fileiras são as Forças Armadas, mas estas são intervencionistas.»

O líder salvadorenho afirmou que, segundo versões dignas de toda a confiança, o general Viola, antes de assumir o poder na Argentina, teria firmado o seguinte acordo com o governo Reagan: militares do seu país substituiriam, pouco a pouco, os assessores norte-americanos, desde que não houvesse, por parte dos Estados Unidos, referências à questão dos direitos humanos naquele país do Cone Sul.

De acordo com o que transpirou do encontro Reagan-Viola, o acordo seria conveniente para os Estados Unidos por dois motivos: há confiança dos norte-americanos quanto à capacidade dos argentinos para acabar com a guerrilha salvadorenha, e existe também a expectativa de se livrarem de uma intervenção directa, comprometedora perante as democracias do mundo e perante a opinião pública dos próprios Estados Unidos, cujos assessores militares em El Salvador só têm coleccionado fracassos até agora.

Um dado importante: recentemente, a Assembleia Constituinte das Honduras emitiu um decreto que legitima a passagem de tropas estrangeiras pelo seu território, assim como permite ao exército daquele país pedir ajuda aos exércitos de outras nações. Tal medida tem um endereço certo: o povo salvadorenho que combate o governo imposto pelos Estados Unidos.

A única solução viável

Para Ungo, o projecto do Governo Democrático Revolucionário é o único com verdadeiras possibilidades de criar um governo estável. Com o apoio popular, terá condições para superar a estagnação em que se encontra o país, fomentada pela ditadura militar e a ganância das oligarquias. No Governo Democrático Revolucionário não é excluído nenhum sector que tenha assumido uma atitude antiditatorial e antioligárquica; é pluralista, incluindo entre os seus aliados a pequena e média empresa nacionalista.

A viabilidade deste governo é, segundo Guillermo Ungo, «maior do que nunca». Ungo não fixa prazos para que o GDR assuma o poder e explica que a oposição não está a pensar em criar um governo de exílio.

«Se não fosse a intervenção norte-americana — afirma Ungo — já

teríamos chegado ao poder. A etapa mais difícil da luta já começou.»

Sobre as eleições anunciadas pelo regime salvadorenho, o líder popular afirma:

«A verdadeira disposição da Junta é igual à que a ditadura militar manteve durante os últimos 50 anos; é igual à que repetia o general Carlos Humberto Romero pouco antes da sua queda, em 15 de Outubro de 1979.»

Ungo recorda que, em Agosto de 1979, a Democracia Cristã assumiu uma posição contrária ao pleito quando o governo fez um apelo no sentido de realizar eleições. Embora o clima fosse favorável ao diálogo, a Democracia Cristã argumentou que, dadas as condições naquele momento, «as eleições não constituíam uma alternativa para solucionar os problemas do país e que, por consequência, o partido não participaria para não fazer o jogo da ditadura».

Explica Ungo:

«Tanto os Estados Unidos como o regime militar democrata-cristão sabem que estas eleições não constituem solução alguma. Pretender realizá-las é propor que se dê o décimo passo sem que se tenha dado os nove anteriores. É necessário que haja antes democracia, que se depure o exército, se reestruturem os corpos de segurança, se desmobilizem os grupos para-militares, como a Organização Democrática Nacionalista (*Orden*); se desactivem e punam os esquadrões da morte vinculados aos militares fascistas, se dê liberdade às centenas de presos políticos, se acabe com as leis de excepção (Estado de Sítio, Lei Marcial, decretos que neguem ou suprimem os direitos constitucionais e a cidadania), seja abolida a censura à imprensa e aberta a universidade, fechada há um ano pelo exército, mantendo inactivos cerca de 50 mil estudantes e desempregados mais de cinco mil professores.»

«As eleições — continua Guillermo Ungo — não são possíveis

num país onde foram presos, recentemente, líderes oposicionistas que não têm, até hoje, processo instaurado; é impossível haver eleições num país onde 138 militantes oposicionistas são acusados publicamente de traidores, com ameaças de punições. O povo rejeita, desde já, essas eleições. Mesmo em condições menos difíceis, o povo tê-las-ia rejeitado. O regime tem limitado, cada vez mais, saídas deste tipo. Os responsáveis pelas fraudes eleitorais de 1972 e 1977, os coronéis José Guillermo García, Nicolás Caranza, Eugénio Vides Casanova, Jaime Abdul Gutiérrez e outros que exercem actualmente o poder, não permitirão ao povo nenhum avanço pela via eleitoral.»

E Ungo esclarece:

«Instituições insuspeitadas de simpatizarem com a oposição, bem como personalidades ligadas ao governo e à Igreja Católica têm posto em dúvida o processo eleitoral. Contam-se entre eles: a Federação de Associações de Advogados; o presidente do próprio Conselho Central de Eleições, Jorge Bustamante; o arcebispo de San Salvador, monsenhor Artur Rivera y Damas; o embaixador de El Salvador em Washington, Ernesto Rivas Gallon — para só mencionar as personalidades mais importantes. Todos têm coincidido na afirmação de que não existem condições para solucionar os problemas do país pela via eleitoral.»

Segundo o dirigente da FDR, as organizações democrático-revolucionárias e político-militares decidiram não falar mais em negociações. O regime salvadorenho e o governo norte-americano insistem em não as aceitar.

Argumenta Ungo:

«Temos deixado claro que não nos opomos a uma saída pacífica e que acolheremos qualquer solicitação nesse sentido, através da mediação internacional. Como no caso do Vietname, o governo engana-se se



«As adesões à FMLN são maiores do que se possa imaginar», revela Ungo

acredita que estamos dispostos a negociar por debilidade. Sucede exactamente o contrário: só oferece a negociação quem é forte. Trata-se de uma lição histórica. A administração Reagan engana-se, de igual modo, quando vê nas eleições uma fórmula mágica da democracia para solucionar conflitos como o nosso.

O que adiantaram três eleições na Bolívia em três anos consecutivos?»

Finalmente, Ungo salientou o apoio que a Frente Democrática Revolucionária tem vindo a receber de inúmeras partes do mundo. Destacou o apoio da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina. Disse que o PRI (Partido Revolucionário Institucional, do México), organização que ocupa a presidência da COPPPAL (Conferência Permanente de Partidos Polí-

ticos da América Latina) há dois anos, tem tido «importância transcendente». Por ter assumido uma atitude autenticamente solidária o partido mexicano foi ratificado para permanecer mais dois anos no cargo.

«Temos tido, até agora, um excesso de combatentes. E confiamos, por isso, na nossa capacidade para solucionar os nossos problemas. No entanto, mesmo sem necessidade de recorrer a voluntários estrangeiros, a nossa causa tem recebido a solidariedade internacional. Recentemente, as Brigadas Bolivarianas, dirigidas pelo médico panamiano Hugo Spadafora, ofereceram-se para lutar ao lado dos nossos combatentes. É uma prova de que o nosso povo conta com a solidariedade dos mais diversos povos, de cujo apoio nunca duvidámos.» □

Reagan e a conexão guatemalteca

Apesar da ajuda norte-americana e da repressão, Lucas García teme a revolta popular

Arqueles Morales

NUNCA se saberá ao certo de quanto foi a ajuda financeira ilegal que os milionários guatemaltecos deram a Ronald Reagan durante a sua campanha presidencial. Mas são evidentes as consequências desta ajuda para o povo da Guatemala e da região centro-americana.

Um *dossier* publicado por Allan Nair, do Conselho para Assuntos Hemisféricos (COHA), nos Estados Unidos, traz provas irrefutáveis de que os grupos de milionários fascistas guatemaltecos, conhecidos como «amigos do país», e altos funcionários do governo do general Romeo Lucas García não somente ajudaram Reagan como declararam diversas vezes que o ex-actor de cinema era «a sua única esperança».

Reagan e seus assessores mais próximos, incluindo Roger Fontaine, receberam nos Estados Unidos delegações dos «amigos do país» e também os auxílios económicos para a campanha. Em Setembro de 1980, Reagan enviou à Guatemala os ex-generais e conselheiros do governo John K. Singlaub e Daniel Granham com uma mensagem para Lucas e seus amigos: «Aguentem-se até chegarmos ao poder, então daremos ajuda. Não se rendam, permaneçam e lutem até que eu seja eleito.»

No dia em que anunciaram a vitória republicana nas eleições dos Es-



Lucas García

tados Unidos, a notícia foi festejada com fogos de artifício, em todos os quartéis do exército guatemalteco. E não era para menos. Começava uma nova época para a mais feroz ditadura centro-americana com um sócio disposto a retribuir os favores.

Da irritação ao alvoroço

Se algo caracterizou o último ano do governo Carter na relação entre os dois países, foi a irritação dos militares e dos civis fascistas ricos diante da tese de que era necessário

afrouxar um pouco as rédeas do Poder, que o exército tomara em 1954.

Depois da derrota de Somoza, Cyrus Vance, Viron Vaky e William Bowdler colocaram Lucas García numa difícil situação ao pedir-lhe, como fizeram a Carlos Humberto Romero em El Salvador, que abrisse um pouco o regime que nos últimos vinte e cinco anos foi caracterizado pelo terror institucionalizado pelos militares.

Ao contrário de El Salvador, onde conseguiram mudanças ao derrubar Romero em 15 de Outubro de 1979, na Guatemala as veleidades de Carter foram repelidas, esfriando-se as relações ao máximo. Em Agosto do ano passado, Lucas García acusou Carter de «estar a intervir nos assuntos internos da Guatemala».

Para os militares guatemaltecos, Carter e o seu grupo de assessores para a América Central não eram senão «agentes do comunismo internacional», como se constata nas suas reiteradas declarações.

A lógica de Lucas e dos seus assessores era simples: permitir o mínimo jogo político no país significaria correr o risco de que a oposição, cada vez mais organizada ameaçasse não só o governo como o próprio Poder, assente nas espíngardas do exército.

A estratégia regional

Para Reagan, a Guatemala passou a ser um elemento estratégico da sua política de esmagar a rebelião popular em El Salvador e ameaçar a Nicarágua sandinista.

Informações extra-oficiais mostram que os envios de armas que haviam sido congelados antes, mais de um ano, foram reactivados para modernizar aquele que já era o exército centro-americano melhor equipado.

Com o poder monolítico dos altos comandos, alcançado com a necessária cumplicidade de milhares de assassinos, o exército guatemalteco está destinado a ter um papel relevante na crise regional. As denúncias de El Salvador em torno da presença de tropas guatemaltecas no seu território em apoio da Junta que

governa o país, foram provadas pelos próprios jornalistas estrangeiros que cobrem a guerra civil.

É óbvio que na medida em que os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional mantenham e aumentem a sua capacidade ofensiva, o exército da Guatemala tende a envolver-se ainda mais nesta guerra, talvez em maior nível que o também comprometido exército de Honduras.

Os números da morte

Mas para poderem cumprir os compromissos com Reagan, os militares guatemaltecos teriam que resolver primeiro outros problemas, baseados numa premissa explicada ao norte-americano Allan Nair por um dos milionários ligados ao regime: «Para ajudar os vizinhos temos primeiro que limpar a casa».

Na realidade, somente o silêncio cúmplice das agências transnacionais de notícias explicam que se saiba tão pouco da Guatemala, país onde o extermínio físico constitui a chave jurídica do Poder.

Quando, em 30 de Janeiro de 1980, o general Romero Lucas ordenou o assassinio com lanças-chamas de 27 camponeses, não estávamos diante de uma exceção mas sim da regra. Eis alguns números: segundo a Frente Democrática Contra a Repressão, em 1980 o exército assassinou 3.719 pessoas, fazendo a ressalva que apenas foram computados os casos noticiados pela imprensa diária, a Cruz Vermelha e os bombeiros. Suspeita-se ainda que milhares de pessoas estão enterradas nos cemitérios clandestinos criados pelas organizações paramilitares direitistas, constituídas pelos mesmos oficiais e sub-oficiais do exército.

Outros números: entre as mortes detectadas encontram-se as de 16 jornalistas, 389 estudantes, 86 professores universitários, 326 professores primários, 300 líderes camponeses, 110 quadros sindicais, 20 quadros médios dos partidos social-democratas e 4 sacerdotes católicos.

O grau de repressão foi tão intenso que mais de uma centena de sacerdotes e freiras abandonaram o



O povo guatemalteco protesta: «Chega de repressão, morte e intranquilidade»

departamento de El Quiche quando, por se terem solidarizado com os indígenas que protestavam contra a expropriação das suas terras, os seus conventos foram atacados com armas de fogo e, por duas vezes, com granadas de fragmentação.

A resistência

Mas falar unicamente da repressão seria ver de forma restrita a situação guatemalteca. E se a cruel-

dade dos militares e da burguesia não são divulgadas no mundo, menos ainda o é a tenaz resistência do povo e das suas organizações de vanguarda.

No ano passado, o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), as Forças Armadas Rebeldes e a Organização do Povo em Armas (ORPA), anunciaram a realização de um acordo «que nos levará no momento próprio à criação do partido único da revolução».

O PGT (comunista) é a mais antiga destas organizações. A ORPA é a mais recente, surgiu há pouco mais um ano. Todas têm em comum a linha político-militar da guerra popular revolucionária e as quatro coincidem em assumir o marxismo-leninismo como ideologia.

Iniciada em 1962, a luta armada nunca parou desde então, mas foi em meados da década passada que se deu um salto qualitativo, surpreendendo os militares e preocupando-os muito: surgiram os primeiros destacamentos guerrilheiros integrados por índios das diferentes etnias do país.

Os índios constituem uma significativa maioria da população e o grau da sua exploração é ainda maior que o do resto dos explorados do país. Mergulhados no analfabetismo, vivendo nas serras e nas selvas, perseguidos e assaltados nas suas terras, os descendentes da cultura maia tiveram que empunhar armas na luta pela sua própria sobrevivência.

Com esta base social, vinculada a um aguerrido movimento operário e a organizações camponesas, estudantes e profissionais, a direcção conjunta criada pelos guerrilheiros tem a sua maior expressão na Frente Democrática Contra a Repressão, que aglutina quase toda a oposição real à ditadura.

As acções de guerrilha foram incrementadas nos últimos seis meses e a sua área de acção abrange todos os departamentos do país. Face a este crescimento, Lucas García armou-se até aos dentes, recebendo assessoria militar do Chile, Argentina e Israel, além de volumosa ajuda financeira do «sócio Reagan», como lhe chama um jornal oficioso guatemalteco.

Apesar do banho de sangue na longa operação de «limpar a casa», a ditadura guatemalteca não está segura: «Mesmo que tudo esteja tranquilo, há algo que vai mal», afirmou recentemente o general Lucas na sua linguagem peculiar. Referia-se a uma notícia publicada por um diário em Dezembro passado que dizia que um povoado do norte do país fora ocupado durante várias horas «por uma coluna de mais de 100 guerrilheiros, todos eles índios». □

Uruguai

A reportagem que não me deixaram escrever

Expulso do país pelo único motivo de ser colaborador da nossa revista, o enviado especial dos «cadernos do terceiro mundo» relata a sua experiência de 48 horas em Montevideo

Mário Augusto Jacobskind

DESEMBARQUEI no aeroporto de Carrasco no princípio da tarde de 27 de Agosto, com a intenção de cobrir para os *cadernos do terceiro mundo* e para o diário brasileiro *Tribuna da Imprensa* o processo de «transição para a democracia» que deveria abrir-se com o juramento do general Gregório Álvarez como presidente, no dia 1 de Setembro. Mas as autoridades uruguaias não me deixaram assistir a isso.

Instalado no Hotel Espanhol, na rua Coronel Latorre (que os uruguaios continuam a chamar pelo nome pré-ditatorial de «Convenção»), caminhei pelo centro de Montevideo. O «clima de transição» de final de Inverno era muito frio para um corpo habituado ao Rio de Janeiro e em poucos minutos encontrava-me num restaurante tentando entabular diálogo com os frequentes. Supérado o receio inicial, o tema político e sobretudo a substituição do octogenário Aparício Méndez pelo «Goyo» Alvarez tornou-se o centro das conversações. Com um certo orgulho, todos — umas dez pessoas — afirmavam haver votado pelo «Não» em 30 de Novembro do ano passado, quando os militares submeteram a plebiscitos um projecto de constituição que legalizaria a sua presença no poder.

Não seria sincero se não dissesse

que falámos de futebol, o outro grande tema do momento, já que o Uruguai acabava de perder no seu próprio campo com o Peru e via com isso ameaçadas as possibilidades de classificar-se para o Mundial do próximo ano. Apenas uma coisa os meus interlocutores pareciam desejar com tanto ardor como poder disputar a Taça do Mundo em Espanha: voltar a eleger o presidente e deputados por voto directo e secreto. Alguns assombraram-se quando comentei que no Brasil nunca havíamos deixado de ter eleições directas (ainda que nem sempre livres) para o Congresso. Mas como triste consolo contei que a minha geração jamais havia votado para a escolha dos seus governadores e que o desejo da maioria dos brasileiros é poder decidir nas urnas o nome do próximo presidente.

A conversa terminou demonstrando a aspiração unânime dos uruguaios em encerrar quanto antes um capítulo negro da sua história. Quanto aos propósitos democratizantes do general Álvarez, as opiniões eram parecidas: «Teremos que esperar para ver».

Essa noite adormeci convencido de que uns poucos dias em Montevideo bastariam para reunir um excelente material jornalístico. O «homem da rua» está politizado, bem informado e, se conseguirmos criar um

clima de confiança, essas conversas informais podem ser um excelente «termómetro político».

Opinar é arriscado

Para poder recolher também a opinião oficial (um pedido insistente das chefias da Tribuna e dos cadernos do terceiro mundo), a primeira visita da manhã seguinte foi à Direcção Nacional de Relações Públicas (Dinarp), que funciona no segundo andar do edifício da empresa aérea estatal *Pluna*. Identifiquei-me e solicitei entrevistas com o presidente designado, com o ministro do Interior, general Yamandú Trinidad, e com o general Abdón Raimúndez, presidente da Comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas (Comaspo), que conduziu o chamado «diálogo político» com homens públicos dos partidos tradicionais. Uma funcionária, de apelido Correa Luna, advertiu-me que seria «muito difícil» obter um encontro exclusivo com o general Alvarez, mas que este provavelmente daria uma conferência de imprensa. Quanto às outras, talvez tivesse uma resposta na próxima segunda-feira.

Foram bem mais fáceis os contactos com os sectores civis. Políticos, jornalistas, técnicos e artistas das mais diversas ideologias, todos estavam dispostos a falar. Num país onde, supostamente, «não acontece nada», descobri um espectro tão grande de actividades que seria impossível cobrir todas nos sete dias que duraria a minha estadia.

Mas, nessa mesma tarde, deu-se o primeiro incidente revelador dos estreitos limites da «abertura» uruguaia. Mal acabar de iniciar uma entrevista com o advogado e jornalista Enrique Tarigo, director do semanário de oposição *Opinar* e figura «presidenciável» do Partido Colorado para 1984, segundo alguns comentários, quando o telefone interno tocou. Tarigo desculpou-se por não poder continuar a



O novo presidente designado, general Gregorio Alvarez

entrevista. Dois agentes policiais esperavam-no: teria que ir imediatamente à Direcção da Polícia para prestar declarações.

«Amanhã ou segunda continuaremos a nossa conversa», despediu-se. «Creio que não gostaram da capa do número de ontem do jornal. Como jornalista você já tem uma notícia», disse a brincar.

A capa em questão (não pude comprovar se este foi o motivo real da convocação policial) apresentava uma caricatura de Aparício Méndez, com o título «Uma despedida com todas as cores». Pedia-se aos leitores que colorissem a cara do velho dirigente, já que o semanário é impresso apenas em preto e branco. Poucos dias antes — 25 de Agosto, independência do Uruguai — a televisão iniciara oficialmente a

transmissão a cores, com um discurso de Aparício Méndez que *Opinar* criticou duramente.

Ao sair da sala de Tarigo, vi-o entrar, acompanhado por dois agentes, numa camioneta azul, quem sabe se a mesma que na manhã seguinte me levaria à sede da Direcção Nacional de Informação e Inteligência.

Enguia

Esse episódio alertou-me para a enorme distância que ainda separa a realidade quotidiana das promessas oficiais de redemocratização, que prevêem a instalação no Palácio Estévez de um presidente eleito a 1 de Março de 1985. Compreendi melhor porque, embora o tema político já tenha lugar nas rodas dos *boliches* (cafés, bares e cantinas na gíria de Montevideu), os uruguaiois sorriam ironicamente quando eu lhes falava de «abertura».

Porque confiar hoje na promessa dos mesmos militares que exorbitaram no combate à guerrilha urbana e que depois de derrotá-la, tomaram o poder? Porque razão uma «transição» tão longa (três anos e meio de duração prevista do governo Alvarez), depois de oito anos de arbitrariedade total que, segundo me disseram uruguaiois de diversas tendências, foram «quase uma eternidade»?

Há quem diga que «agora os tempos são outros». E apesar de todo o sistema jurídico e o aparelho repressivo permanecerem os mesmos, há pequenos indícios que parecem confirmar esta observação. Poucos meses atrás, essa entrevista dada por um político da oposição a um jornalista estrangeiro teria terminado de uma maneira mais abrupta, com entrevistado e entrevistador conduzidos à força para os calabouços. Já circulam três semanários de oposição e uma revista sindical, esgotando as edições em poucas horas,

tal é a avidez de um público notoriamente insatisfeito com a cobertura oficiosa ou exageradamente autocensurada da imprensa diária.

Os dirigentes políticos hoje autorizados a falar colocam-se, quase unanimemente, numa atitude de expectativa, enquanto um moderno esquema de relações públicas começa a actuar em torno da imagem do presidente, mesmo antes deste assumir formalmente o cargo. Um facto novo é a projecção que a imprensa dá à esposa do general Álvarez. Na opinião de alguns observadores, Álvarez estaria a tentar criar uma liderança pessoal, «no estilo de Perón na Argentina», e desta maneira aproveitar a falta de líderes, agravada pela prisão do general Liber Seregni, presidente da Frente Ampla e pelo exílio de Wilson Ferreira Aldunate, dirigente do Partido Nacional, os dois candidatos mais votados nas eleições realizadas no país em 1971.

Escapando às definições de «duro» ou «moderado», o anedotário político uruguaio prefere descrever o «Goyo» Álvarez como uma «enguia», peixe escorregadio e quase impossível de ser agarrado com as mãos.

E assim continuará a ser, opina-se em Montevidéu, pelo menos até Fevereiro de 1982, quando passarão para a reserva cinco dos 23 membros do Conselho de Oficiais Gerais das Forças Armadas que, em decisão secreta e segundo parece muito disputada, designou Álvarez para presidente.

A divisão interna entre os 15 generais do exército seria tão profunda, comentou-nos uma fonte bem informada, que o ultradireitista general Paulós não chegou a ocupar o comando da segunda região militar do país, para o qual já havia sido formalmente designado antes de votar contra o general Álvarez no Conselho.

Antecedentes negativos

Disposto a escutar as versões da

oposição e do governo sobre esses temas, levantei-me cedo no sábado. Começava a fazer a barba quando bateram à porta insistentemente. Dois indivíduos trajando à civil, que se identificaram como policiaes, empurraram a porta que eu havia entreaberto. Um deles, que somente conheci como «Pepe», apressou-me a vestir, a arrumar as minhas coisas e a ir com eles à Direcção Nacional de Informação e Inteligência: «Você será imediatamente expulso do Uruguai». Pedi autorização para comunicar com a representação diplomática brasileira, à qual, por trâmite rotineiro, já havia comunicado a minha presença no país, mas negaram-me esse direito.

Quinze minutos mais tarde já estava diante de um oficial que se apresentou como Spaldoni (não quis dar o seu nome completo). Tiraram-me todos os jornais uruguaioes que havia comprado, as anotações e fitas gravadas (que me devolveram horas mais tarde, reconhecendo implicitamente que nada havia de «subversivo» nesse material) e voltaram a proibir-me de comunicar com a minha embaixada.

Spaldoni fez uma pequena dissertação, mas falou tão rápido que só consegui entender o que se referia à soberania do Uruguai. E concluiu: «Você será expulso pelos seus antecedentes negativos no país de origem». Como não sabia quais seriam esses antecedentes «negativos», esclareceu-me que «você está ligado a uma publicação que atenta contra a segurança nacional do país».

Disse-lhe que continuava sem entender, já que escrevo para vários jornais brasileiros. Ele respondeu que se tratava de *cadernos do terceiro mundo*, da qual havia encontrado uma credencial entre os meus papéis.

— Que significa isso? — perguntou.

— Significa que, como jornalista que não tem contrato de exclusividade, posso escrever onde quiser. E *cadernos do terceiro mundo* é uma publicação legal no meu país com um sólido prestígio internacional.

O interrogatório parecia-me absurdo: se a minha intenção tivesse sido ocultar o vínculo com *cadernos*

não teria levado uma credencial. Mas a atitude de Spaldoni deixava bem claro que já havia uma decisão tomada, contra a qual seria inútil argumentar.

Ele não parecia interessado em prosseguir o diálogo. Enquanto esperava o próximo passo comecei a estudar a pequena biblioteca: «A Revolução traída», de Leon Trótski, «Crítica do eurocomunismo», de Ernest Mandel, «Estado de sítio», de Albert Camus e vários outros livros de autores desconhecidos sobre temas como «Infiltração esquerdista na igreja católica», editados pela organização católica ultradireitista Tradição, Família e Propriedade.

Junto aos livros, vários troféus e placas de bronze testemunhavam a homenagem de alguns governos estrangeiros a agentes dos serviços de informações uruguaioes «por serviços prestados» ou cursos realizados nos Estados Unidos, Argentina, Austrália e Israel.

«Aqui não há Constituição»

Spaldoni interrompe a minha investigação para avisar que teria que ir à sala de interrogatórios. Desce-mos as escadas, atravessamos um corredor, voltamos a subir e, finalmente oferecem-me uma cadeira, diante de um oficial que escrevia à máquina e que de vez em quando ajeitava um revólver calibre 45 que trazia à cintura.

— Vive do seu salário de jornalista?

— Sim.

Pertence a alguma organização política?

— Não.

Que estava a fazer no Uruguai?

Antes que eu pudesse voltar a explicar que a minha intenção era informar sobre a «transição para a democracia» no país, Pepe chega com um papel que eu devia assinar. Era o comunicado oficial da minha expulsão «por antecedentes negativos no seu país de origem». No reverso afirmava-se que um destes antecedentes era colaborar com os *cadernos do terceiro mundo*. O comunicado invocava o artigo quarto da Constituição uruguaia.

— Terá uma Constituição por aí? Creio que tenho o direito de saber exactamente o que vou assinar.

— Aqui não há nenhuma Constituição. Assine como demonstração de que está inteirado da sua expulsão.

— Argumentei que não assinaria sem a presença de um representante do governo brasileiro que a meu ver já estava a demorar muito (duas horas antes haviam dito que eles mesmos se encarregariam de comunicar com a minha embaixada).

Pepe estalou os dedos. Um agente saiu da sala e voltou um minuto depois acompanhado de outros cinco, todos eles com mais de um metro e oitenta. Informaram-me que «não haveria problemas» se assinasse: poderia voltar tranquilamente ao Brasil.

«Caso contrário as coisas vão-se complicar muito...» Um dos recém-chegados confirmou essa afirmação com um sonoro soco na mesa.

«Se não assina agora — prossegue Pepe — será imediatamente conduzido a uma cela aqui em baixo... e os trâmites burocráticos para a sua expulsão podem demorar de dois a quatro meses».

Não tinha muitas alternativas. Insisti que, ao menos, devia constar nas minhas declarações que eu não considerava como «antecedente negativo» colaborar com os *cadernos do terceiro mundo*.

— «Está bem, está bem, o importante é que assine».



Centro de Montevideo, Praça Artigas

Voltarei com a democracia

Poucos minutos depois «acompanhavam-me» à agência para marcar a minha passagem no primeiro voo que saísse com destino ao Brasil. Deixaram-me só, alertando-me que não chegasse «nem um minuto»

atrasado ao aeroporto. O motorista do taxi de que me levou solidarizou-se comigo quando lhe contei as minhas aventuras. Fizemos uma paragem no caminho para informar a embaixada do que tinha ocorrido. «Em nome do povo uruguaio, perdoe esta vergonha» despediu-se o motorista quando me deixou em Carrasco, cobrando uma corrida simbólica. «Obrigado respondi mas o povo uruguaio não necessita pedir desculpas e sim continuar a lutar pela liberdade».

Reconheci um agente da Direcção Nacional de Informação e Inteligência controlando a minha chegada e, depois vigiando-me do balcão do bar quando aproveitei a espera para tomar um café. Percebi um ar de gozo no seu olhar e decidi fazer uma pequena vingança desmascarando o *chuí*: «Por favor, comunique aos seus superiores» — disse-lhe à distância, elevando a voz para que se ouvisse em todo o restaurante — «que o jornalista expulso está a embarcar. E diga-lhes também que mais rápido do que se imagina voltei ao Uruguai, juntamente com a democracia».

O agente deu meia volta e foi-se. Das outras mesas começaram a dirigir-me sorrisos e gestos de aprovação. Uma imagem que me acompanhou na viagem de regresso, aliviando a minha frustração por não ter podido escrever a reportagem sobre as aspirações políticas dos uruguaios. □

Condenação

«A expulsão de Mário Augusto Jakobskind provocou indignação, não só no Brasil como em todos os países do continente», — foram as palavras pronunciadas na Câmara dos Deputados do Brasil pelo parlamentar (Rio de Janeiro) Edison Khair ao apresentar o protesto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) contra esse «acto de violência injustificável». O deputado Alceu Collares, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), aderiu ao protesto manifestando que «pela seriedade e pelo alto nível, 'cadernos do terceiro mundo' é um privilégio para a imprensa brasileira».

O Partido dos Trabalhadores (PT), na sua Convenção Regional do Rio de Janeiro, aprovou uma moção em que condena a expulsão do jornalista. Por sua vez, o Sindicato de Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) enviaram uma nota de protesto ao embaixador uruguaio no Brasil, Roberto González Casals. A nível internacional, também aderiram ao protesto a Federação Latino-Americana de Jornalistas (FELAP) e a notícia da expulsão de Jakobskind foi publicada por dezenas de jornais de todo o mundo, em contraposição às promessas do novo governo uruguaio a respeito da «transição para a democracia» naquele país.

Entre o fanatismo e a realidade

O projecto islâmico visava a libertação do país e não o vazio e a desorganização actual

Said Madani



FANATISMO religioso, repressão violenta, decadência económica, isolamento internacional — estes são os aspectos que caracterizam a situação no Irão, onde o poder religioso enfrenta organizações guerrilheiras e minorias nacionais, enquanto prossegue a guerra com o Iraque.

A eleição presidencial, realizada em 24 de Julho, consolidou a frente islâmico-chiita e proporcionou uma unidade de comando que deveria eliminar alguns dos obstáculos encontrados pelo regime no período anterior. As cifras oficiais atribuí-

ram ao presidente eleito — até então primeiro-ministro — Mohamed Ali Rajai, mais de 90% dos votos.

Atingiu-se, assim, o objectivo proclamado pelos chefes do integralismo islâmico, que afirmaram que Rajai superaria o índice eleitoral conquistado pelo seu antecessor, Abolhassan Bani-Sadr, eleito com 75,7% dos votos em Janeiro de 1980. Do seu exílio em Paris, Bani Sadr protestou: disse que era uma fraude, que a maioria do povo continua do seu lado e que Rajai só tinha conquistado três milhões de votos.

O controlo do PRI

Mas, na realidade, apesar da deterioração geral, o imã Ruhollah Khomeini mantém uma popularidade incontestável. Assim, seria normal que uma ampla maioria votasse em Rajai, por ser o seu candidato e dos religiosos e civis que se identificam com o imã. Além disso, os observadores internacionais, que haviam previsto a vitória de Rajai e que, em geral, são críticos rigorosos do regime islâmico, não referiram irregularidades nas eleições. Entretanto, é possível que tenha sido alto o índice de abstenções, mas as autoridades não divulgaram dados a esse respeito.

Como resultado mais evidente das eleições pode-se mencionar a união do Partido Republicano Islâmico (PRI). Com Bani Sadr na presidência do país, criou-se uma situação paradoxal: ele tinha-se convertido no líder da oposição ao integralismo islâmico, que tinha a maioria no governo, no Parlamento e no poder judiciário. Agora, todos os sectores do Estado estão sob o controlo uniforme do PRI, a cuja ala moderada Bani Sadr pertencia.

A morte do presidente Ali Rajai num atentado não afectará essa hegemonia do integralismo. Segundo

todas as opiniões, o novo mandatário eleito a 2 de Outubro é um político leal que acatará a divisão de funções (a Consituição atribui ao presidente funções predominantemente protocolares) e será um fiel executor das palavras-de-ordem ditadas pelos hierarcas religiosos e pelo imã: o «hojatolismán» Ali Khamenei, ele próprio um alto dignitário religioso e que recentemente tinha sido eleito secretário-geral do PRI.

No entanto, esta fusão e confusão entre política e religião — e a consequente intolerância — só atinge a população que professa o culto chiíta, afastando os demais iranianos. Apesar dos chiítas serem maioria, existem também importantes minorias. No plano social, os sectores urbanos médios e altos rejeitam o fanatismo religioso. E, nacionalmente, as minorias deste mosaico de grupos étnicos constituem potencialmente o fenómeno mais perigoso para o poder e já se exprimem nos movimentos guerrilheiros curdos e baluche, (este com menor incidência) que tendem a crescer.

No campo político houve uma radicalização extrema. Os problemas sociais internos, a continuidade da guerra e os graves e frequentes atentados políticos irritaram as autoridades. A resposta veio com rigor: os considerados culpados de actividades «ilegais» ou de «actos terroristas» são fuzilados após julgamentos sumários.

São inúmeras as execuções. O país vive um clima de terror. Nessas condições, tanto os partidos políticos de inspiração moderada como os progressistas têm as suas actividades restringidas a uma participação mínima.

A economia e a esquerda armada

Nesse contexto, o regime teme mais os *muyadines* (combatentes) do povo e os guerrilheiros islâmicos

de esquerda do que os partidos. Eles, desde o começo do processo revolucionário iraniano, desconfiam dos integralistas, negando entregar as armas com as quais lutaram contra o xá Reza Pahlevi. Os *muyadines* sofreram duros golpes e perdem todos os militantes capturados em acção: são fuzilados.

Mas a sua reacção contra o regime também é violenta: a destruição da sede do PRI foi um contragolpe inesperado e de grande alcance. Porém, acredita-se que, no fundamental, a rede clandestina dos *muyadines* está intacta. Caso contrário, eles não teriam condições para organizar a fuga de Bani-Sadr num avião militar, acompanhado pelo líder dos *muyadines*, Massoud Rajavi, também afastado dos riscos dos combates internos.

Outro grande perigo para a revolução islâmica está na frente económica. O PRI procura uma reconversão da estrutura produtiva herdada do período do xá e que consistia numa industrialização financiada pela receita petrolífera, mas sem base sólida e, portanto, ilusória a longo prazo. A programação alternativa prevê a liquidação das indústrias artificiais; a recuperação do campo, desprezado e decadente; uma política de conservação dos recursos petrolíferos; e a estruturação de um Estado assistencial, beneficiando os camponeses e os subproletários urbanos, os principais suportes do regime.

Entretanto, a tensão gerada pela intolerância religiosa faz com que os profissionais e técnicos, ligados aos estratos médios modernizados e, em parte, «europeizados», sejam vistos com receio pelos integralistas, e eles, por sua vez, sentem resistência ao regime. Isso dificulta a cooperação técnica, repercutindo-se negativamente na administração e na produção: diminuem os quadros qualificados nos postos-chaves e muitos profissionais preferiram deixar o país.

Dados alarmantes

As estatísticas demonstram um panorama alarmante. Em poucos meses as reservas de divisas internacionais baixaram de 6 para 4 bilhões de dólares. O Irão, que até fins de 1978 era o segundo exportador mundial de petróleo, só extrai hoje 1,4 milhão de barris: aproximadamente um terço da sua produção. O sector industrial está a trabalhar com menos de 50% da sua capacidade estabelecida. O campo está arruinado. A inflação aproxima-se de 30% ao ano. As estimativas indicam que há 2,6 milhões de desempregados. O indicador global que melhor reflecte a situação actual é o relativo ao produto nacional bruto: baixou em 30% desde o início de 1979, quando triunfou a revolução islâmica.

Pode-se argumentar que os processos de reconversão económica e institucional levam sempre vários anos e que a liquidação dos velhos aparelhos ocasiona uma diminuição produtiva, que é corrigida à medida que se introduzem novos sistemas. Há também a guerra com o Iraque responsável por muitos aspectos negativos. Mas, na verdade, esses são os dados da realidade iraniana.

A nação está a precisar de assistência técnica e financeira urgente, mas são grandes as dificuldades para obtê-las, devido ao seu isolamento internacional. Hoje, Teerão não tem vínculos diplomáticos directos com os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França nem Canadá, além de um relacionamento determinado com a Alemanha Federal. Ou seja: o Irão está praticamente afastado das potências ocidentais das quais o regime do xá tornou-se profundamente dependente.

O projecto islâmico visava a anulação dessa dependência e não a sua substituição por um vazio e uma desorganização que põe em perigo os destinos da nação.

Kampuchea

O regresso dos bonzos

A tolerância do governo permite que o povo se reencontre com as suas tradições religiosas

Maria Fialho



NA estrada que vai de Phnom Penh a Kompong, o nosso guia pára repentinamente o carro. Ao longe, à nossa esquerda, um pagode no meio do campo. Ao seu lado, um tecto de palha apoiado em pilares de madeira protege do sol

e da chuva várias crianças; é uma escola. À nossa direita, atrás das árvores, a aldeia de Prektaten.

O templo budista é grande. Chegando mais perto notamos a fachada, bastante destruída e perfura-

ções de balas. Mas ao menos este pagode resistiu, coisa que não se pode dizer de muitos outros, actualmente em ruínas.

Os seguidores de Pol Pot destruíram o tecto original para substituí-lo por um de estilo chinês. Mas o pagode ali está com cerca de 30 fiéis que entregavam as suas oferendas ao bonzo. É o oitavo dia da lua e por esta razão os fiéis levavam as ofertas ao templo. Nos outros dias, os bonzos com a cesta na mão, mendigando, percorrem as estreitas ruas do povoado.

Nos bons tempos, o pagode de Prektaten, tinha vinte bonzos, um número considerável para um povoado tão pequeno. Actualmente não restam mais de quatro; o resto morreu ou desapareceu. A casa dos monges, informaram-nos, foi completamente destruída, tal como a escola do lugar. Nenhuma das duas pôde escapar à fúria destruidora dos khmer vermelhos de Pol Pot. Quando estes foram expulsos em 1979, construiu-se um local para a escola à sombra do pagode onde antes viviam os bonzos.

O budismo é a principal religião tradicional no Kampuchea, e antes de 1975 era seguida por cerca de 85 por cento da população. Durante o período de 1975-1979, sob o regime de Pol Pot e dos khmer vermelhos, tudo que dizia respeito à religião foi destruído sistematicamente. Bonzos e monges, que naquele momento somavam 82.000, isto é, um por cento da população, viram-se obrigados a se unir a milhões de khmers concentrados nas «comunas» primitivas, para trabalhar a terra. Os pagodes foram transformados em depósitos para os produtos agrícolas ou em prisões, onde eram torturados e executados os opositores do regime. Muitos deles, construídos ao longo de gerações com a ajuda dos aldeões, foram simplesmente destruídos.

Liberdade religiosa

Quando, em 1979, as tropas vietnamitas entraram no Kampuchea e derrubaram o regime de Pol Pot, os kampucheanos começaram a regressar às suas terras de origem, numa marcha lenta e angustiante para as suas casas, famílias, amigos.

Os habitantes de Prekaten que sobreviveram reencontram-se e reuniram-se em grupos de solidariedade. Chegaram quatro bonzos que começaram de imediato a reconstruir o pagode para reabri-lo aos fiéis. E esta cena repete-se noutros lugares. Surgem assim de novo nos povoados ou ao longo das estradas os bonzos mendigando o alimento de cada dia, como manda a tradição.

Uma vez terminada a colheita da estação seca, os camponeses preparam-se para a cerimónia das flores. Vimos nos pagodes flores artificiais feitas de notas de banco oferecidas pelos fiéis para ajudar a reconstrução.



Os bonzos regressam a Prekaten e reabrem o pagode aos fiéis: a tradição é mantida

A nova administração kampuchean de Heng Samrin afirmou a sua vontade de garantir a liberdade religiosa, um elemento tão importante da cultura khmer. Segundo o Conselho da Revolução Popular, em 1980 foram restaurados 3 mil pagodes para fins religiosos, 500 bonzos regressaram à vida clerical e foram ordenados 1.500 noviços.

A atitude da nova administração é mais de tolerância do que de estímulo. Há muitos meses foi promulgado um decreto que fixa, de agora em diante, a idade mínima de 50 anos para quem quiser transformar-se em monge, atitude que foi justificada pela necessidade de mobilizar todas as forças produtivas para a reconstrução do país.

Enquanto isso, com o tempo e as novas colheitas, a população atravessa esta primeira fase de sobrevivência retomando os velhos costumes religiosos.

A tradição diz que os camponeses devem entrar no pagode de camisa branca e calça negra e pouco a pouco os vemos chegar respeitando o hábito tradicional. Os que não possuem as roupas tradicionais vestem-se com a roupa de uso diário, todos com as suas superstições e a esperança de que o fantasma de Pol Pot, que ainda paira sobre o bosque, cesse um dia com a sua ameaça. □



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos «Cadernos do Terceiro Mundo» para todo o território angolano.

Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245
Luanda — República Popular de Angola

Preparando novas batalhas

Em nome da «liberdade de imprensa» os monopólios da comunicação combatem a reivindicação do Terceiro Mundo por uma maior democracia e igualdade no campo da informação

Phil Harris

FORAM estabelecidas, mais uma vez, novas frentes de combate na «guerra» da informação deflagrada nos últimos anos em torno da reivindicação do Terceiro Mundo por uma Nova Ordem Informativa Internacional. Em Taillores, na França, em reunião realizada em Maio deste ano com a presença predominante de profissionais dos meios de comunicação ocidentais (e alguns convidados do Terceiro Mundo cuidadosamente seleccionados), definiu-se nitidamente uma posição de linha «dura» materializada na aprovação de uma declaração que critica veementemente as actividades da UNESCO no campo da informação.

Esse ataque não é, porém, novidade. As suas raízes datam de 1976, quando sectores da imprensa ocidental reagiram energicamente contra o que consideravam como tentativas das forças antiocidentais de controlar a liberdade de imprensa. A partir desse momento, porta-vozes da grande imprensa ocidental atacaram com violência os esforços dos países do Terceiro Mundo em estabelecer maior igualdade e democracia na ordem internacional de informação. Em particular, investiram contra a UNESCO, no seu papel de principal fórum do debate sobre a informação internacional e as questões ligadas à comunicação.

As nações ocidentais opunham-se principalmente ao projecto de declaração sobre os meios de comunicação apoiado pelo Terceiro Mundo.

Um dos artigos pedia o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelos conceitos racistas ou belicistas divulgados eventualmente pelos meios de comunicação de massa sob a sua jurisdição. Esse projecto de declaração foi redigido para ser apresentado à Conferência Geral da UNESCO, realizada em Nairobi, no Outono de 1976. Tratava-se, porém, de apenas um dos componentes da campanha do Terceiro Mundo para desmantelar as barreiras que enfrentava, a nível internacional, no campo da informação. Os países subdesenvolvidos tinham constatado que mesmo após a independência política o fluxo de notícias, tanto para dentro como para fora dos seus países, continuava controlado e dominado por alguma organização da imprensa do mundo desenvolvido, cujos interesses tomavam visivelmente rumos diferentes (e muitas vezes contrários) dos do Terceiro Mundo.

Ataques venenosos

Foi esse domínio do fluxo internacional da informação por parte de poderosas organizações que deu força à campanha para reestruturar a ordem existente. Era de prever, portanto, uma reacção imediata e, às vezes, violenta por parte dos interesses ocidentais que muito tinham a ganhar com a manutenção do *status quo*.

A gota de água para o Ocidente foi o projecto de declaração sobre os

meios de comunicação. O conteúdo da declaração reflectia a certeza do Terceiro Mundo de que a autonomia nacional dos seus meios de comunicação seria o elemento básico que o levaria a conseguir uma posição de igualdade no sistema internacional de comunicações.

A questão da «responsabilidade do Estado» não era uma apologia da censura, mas apenas um elemento na busca dessa autonomia nacional. Contudo, as nações capitalistas ocidentais viam nisso o ponto de partida para uma total repressão à imprensa.

O ataque desencadeado pela maioria dos governos e da imprensa ocidentais foi violento e muitas vezes venenoso. As nações do Terceiro Mundo foram apelidadas de meros «fantoques» da União Soviética e a UNESCO, acusada de incentivar o controlo governamental da Imprensa e divulgar informações panfletárias. O problema para o Ocidente está em já não poder contar com a sua antiga supremacia de votos nos organismos internacionais como as Nações Unidas e suas organizações associadas. (Ver editorial neste número). O rápido aumento da participação do Terceiro Mundo nessas organizações internacionais significa que já não se pode automaticamente prever que sejam tomadas decisões favoráveis ao Ocidente.

Ao contrário, depois de décadas de subserviência e dependência, as nações do Terceiro Mundo estão a começar a encontrar uma postura

comum a nível internacional e o seu objectivo declarado é fazer com que essa vantagem redunde em benefício dos seus próprios povos.

Isso acontece tanto no campo das comunicações como no debate internacional mais amplo a respeito das relações entre países ricos e países pobres (por exemplo, na UNCTAD e nos diálogos Norte-Sul). No entanto, a importância crucial das comunicações, não apenas no sentido económico (como uma operação comercial em si mesma), mas também no aspecto ideológico (como um veículo de transmissão de valores) fez com que o assunto atingisse o primeiro plano do debate internacional.

O aspecto ideológico é um ponto-chave para a compreensão do problema: as comunicações actuam como divulgadoras de determinados valores. Não é uma coincidência o facto da expansão internacional da economia norte-americana, por exemplo, ser simultânea ao impulso adquirido a nível internacional pelas comunicações dos Estados Unidos, seja sob a forma de diversão (como programas de TV e filmes), seja sob a forma de informação (*Associated Press, UPI, Time, Newsweek*).

Contra o monopólio

A importância estratégica das comunicações é bem compreendida pelos países poderosos e daí a sua indignação. Não era apenas o monopólio das comunicações que estava a ser ameaçado, mas também a sua dominação internacional económica e política.

As nações ocidentais lançaram-se, então, ao ataque. E em Nairobi, com um misto de ameaças e pressões, esmagaram o que a seu ver seria um desastre iminente. A conferência decidiu adiar a decisão sobre a minuta da declaração até à próxima Conferência Geral da UNESCO, em 1978, em Paris, onde seria apresentada uma nova versão.



Em troca, reconhecendo o fundamento de algumas queixas do Terceiro Mundo, o Ocidente ofereceu um pacote de «assistência» na forma de ajuda financeira aos meios de comunicação do Terceiro Mundo e ampliação do programa de formação de jornalistas.

Essa estratégia destinava-se a assegurar a influência ocidental nos meios de comunicação do mundo subdesenvolvido.

Na realidade, sob o disfarce de «ajudar» a melhorar a sua capacidade de informação, os países capitalistas reforçaram o sistema existente de influência e controlo. Quando a Conferência Geral da Unesco voltou a discutir a questão em 1978, foi aprovada por consenso uma versão bastante diluída do projecto inicial. Os observadores mais ingénuos pensaram que, com o consenso alcançado, o problema havia sido solucionado.

De facto, durante algum tempo, após a reunião de Paris, a relativa falta de cobertura da imprensa ocidental sobre o debate levaria a pensar que o assunto já tinha sido superado. Como se explica então que, como uma Fénix, toda a questão da informação, do controlo, e liberdade de imprensa, do papel da UNESCO e dos meios de comunicação alternativos do Terceiro Mundo, tenha ressurgido das cinzas e tomado uma dimensão ainda maior?

Campanha internacional

Nos últimos meses, foi lançada uma campanha bem planificada para desacreditar as contínuas tentativas do Terceiro Mundo de criar uma Nova Ordem Internacional de Informação (NOII). Mais uma vez, como em 1976, as principais organizações da imprensa ocidental estão a fazer circular comentários

venenosos contra todos os esforços favoráveis à criação da NOII, assinalando como principais inimigos a UNESCO, o Pool das Agências de Notícias dos Países Não-Alinhados e a agência informativa IPS-Terceiro Mundo (*Inter Press Service — Third World*).

Dois principais (mas nem por isso únicos) factores podem ser identificados e talvez expliquem o regresso às armas. O primeiro, tem a sua origem na Conferência Geral da UNESCO de 1976. O segundo inspira-se na reactivada agressividade internacional dos Estados Unidos após a eleição de Ronald Reagan.

A Comissão Mac Bride

Em 1976, a Conferência Geral da UNESCO em Nairobi decidiu criar uma comissão internacional para estudar a questão da informação e das comunicações, conhecida como «Comissão Mac Bride», em homenagem ao seu presidente, Sean Mac Bride, Prémio Nobel da Paz. Os outros membros foram escolhidos entre profissionais dos meios de comunicação e de outras actividades, com a finalidade de se obter uma ampla representatividade geográfica.

Depois de quase quatro anos de trabalho, o relatório final da Comissão (intitulado «Muitas vozes, um só mundo») foi apresentado na Conferência Geral da UNESCO de 1980, em Belgrado. Apesar das controvérsias, o relatório foi aceite porém rapidamente esquecido.

A Comissão havia proposto a criação de um organismo internacional para coordenar o desenvolvimento das comunicações. Desde então, esse organismo tomou forma e, com o nome de Programa Internacional para o Desenvolvimento das Comunicações (PIDC), foi formalmente constituído. A sua criação, no entanto, representa uma das razões para os novos ataques do Ocidente à NOII. A «linha dura» do

Ocidente, invocando o tradicional e sacrossanto princípio da liberdade de imprensa viu no PIDC uma tentativa de regular as comunicações internacionais.

Na citada reunião de Taillores foi montado o cenário para outra grande confrontação.

Nesse encontro, realizado apenas três semanas antes da reunião em que seriam discutidos os detalhes finais do PIDC — uma coincidência que não foi por acaso — resultou uma declaração de antagonismo contra a UNESCO e a outras tentativas de criação da NOII. De facto, como disse um dos participantes norte-americanos, o objectivo declarado da reunião era o de coordenar um «contra-ataque às poderosas actividades do Terceiro Mundo e dos comunistas» em defesa de uma nova ordem internacional de informação.

O objectivo da declaração era dar a maior publicidade possível (e realmente recebeu uma destacada atenção dos meios de comunicação nos Estados Unidos) ao descontentamento do Ocidente com os esforços da UNESCO no campo da comunicação.

E, embora reconhecendo «certas falhas no actual sistema global de comunicação», a NOII foi atacada, praticamente por unanimidade, como uma tentativa soviético-terceiromundista de «legitimar o controlo governamental» da informação e abalar o respeito da liberdade de imprensa ocidental.

Chantagem

A reunião de Taillores e o seu tonitivamente político estão em estreita ligação com o segundo factor mencionado: a agressividade de Reagan. Como sustenta o editorial da nossa revista, a política de Reagan em relação às principais organizações intergovernamentais internacionais parece marcada por uma espécie de chantagem, que consiste

na ameaça da retirada da ajuda financeira a essas organizações, caso ultrapassem os limites defendidos pelos norte-americanos.

Em Taillores, esse tipo de chantagem tornou-se claro quando alguns representantes das organizações norte-americanas de informação propuseram que o Ocidente se retirasse colectivamente da UNESCO. E nos últimos meses, um crescente número de organizações de imprensa dos Estados Unidos e da Europa têm procurado convencer os seus governos a pressionarem a Organização.

Como se fosse um incidente aparentemente isolado, mas que na realidade faz parte da mesma campanha, as conexões das organizações das Nações Unidas com a agência IPS — *Third World*, foram atacadas num editorial do *Washington Star* de 29 de Junho último, distribuído pela *Associated Press* a nível mundial. O artigo sugeria não ser conveniente que as organizações das Nações Unidas dêem apoio financeiro à *IPS-Third World* para divulgar, através da agência, artigos sobre o desenvolvimento, pois, segundo o *Washington Star*, «a IPS é uma instituição privada que muitos jornalistas consideram parcial e contra o Ocidente».

O primeiro round da luta entre a imprensa ocidental e a Nova Ordem Informativa foi encerrado, afinal, em Paris em Junho deste ano. Na reunião convocada para pôr o PIDC em funcionamento, os dois lados opostos concordaram com o lançamento do programa, estabelecendo as suas linhas gerais de operação.

Contudo, a maioria dos países ocidentais mostrou relutância em atender os pedidos de contribuição financeira para o programa e são bastante claras as indicações de que, caso as coisas não ocorram ao gosto de Reagan e dos seus aliados, serão feitos todos os esforços para evitar que a NOII se torne uma realidade. □

Umas migalhas para os mais pobres

As perspectivas traçadas na Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados (PMA) não foram animadoras: os pobres continuarão a ser cada vez mais pobres?

ESTÁ muito longe de ser suficiente para cobrir as necessidades e, ao mesmo tempo, é um compromisso que representa tudo o que poderia esperar-se na actual situação mundial». Esta é a resignada apreciação que sintetiza a opinião de numerosos delegados e observadores ante os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados (PMA) que teve lugar em Paris, durante duas semanas, e que concluiu a 14 de Setembro último com a aprovação de um «novo programa substancial de acção para os anos oitenta» (NPSA).

A denominação de Países Menos Avançados (ou menos desenvolvidos) é um eufemismo típico das Nações Unidas pelo qual são designadas as nações atrasadas e pobres do planeta. São trinta e um países que albergam cerca de 270 milhões de pessoas (1).

Para identificar os membros do referido grupo, os especialistas encontraram os seguintes factores em comum: um rendimento *per capita* médio de menos de 200 dólares anuais (valores de 1979), uma taxa de analfabetismo superior a 80%, uma esperança de vida rondando os 45 anos e onde apenas 20% da população tem acesso a sistemas de saúde, e em que oitenta por cento da população habita zonas rurais. Países que se caracterizam, ainda, por as exportações cobrirem apenas metade das importações, apresentarem um nível de industrialização de apenas 10 por cento do Produto Nacional, etc., etc...



Foram estes dados — que esboçam com muita crueza um quadro sub-humano — que levaram a que se considerasse estes países como ob-

jecto preferencial da ajuda da comunidade internacional. (Cabe no entanto assinalar que a população mundial afectada gravemente pela

fome ascende a 800 milhões de pessoas, cerca de 20% do total do planeta).

As reivindicações dos países pobres

A Quinta Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desen-

volvimento (UNCTAD V), realizada em Manila em Junho de 1979, solicitou um programa de acção imediata que minorasse as dificuldades dos Países Menos Avançados (PMA). No fim desse ano, Kurt Waldheim designou o secretário-geral da UNCTAD, Gamani Corea,

como secretário-geral da conferência que agora se efectuou. Durante a fase de preparação do encontro de Paris, Corea elaborou uma série de propostas que incluíam as reivindicações apresentadas pelo Grupo dos 77 — ou seja de 121 países subdesenvolvidos — em relação às forma-

Os mais pobres

| Países | População em 1979 (milhões) | Produto Interno Bruto por habitante (dólares 1978) (dólares 1978) | Taxa de crescimento económico anual (média 1960/79) |
|--|--------------------------------|--|--|
| Afganistão | 15,5 | 241 | 0,7 |
| Alto Volta | 6,7 | 447 | 1,9 |
| Bangladesh | 86,6 | 1 18 | 1,4 |
| Benin | 3,5 | 224 | 0,8 |
| Botswana | 0,8 | 632 | -3,6 |
| Burundi | 4,4 | 146 | 1,6 |
| Butão | 1,4 | 103 | — |
| Cabo Verde | 0,3 | 150 | -1,6 |
| Chade | 4,4 | 188 | 1,4 |
| Comores | 0,3 | 248 | 1,0 |
| Etiópia | 30,4 | 143 | 0,6 |
| Gâmbia | 0,6 | 244 | 1,1 |
| Guiné | 4,9 | 262 | -0,3 |
| Guiné-Bissau | 0,6 | 201 | 0,7 |
| Haiti | 4,9 | 278 | 0,5 |
| Laos | 3,6 | 83 | 0,1 |
| Lesoto | 1,3 | 145 | 0,1 |
| Malawi | 5,8 | 175 | 2,9 |
| Maldivas | 0,2 | 150 | — |
| Mali | 6,5 | 131 | -1,2 |
| Nepal | 13,7 | 119 | 0,3 |
| Níger | 5,2 | 220 | 1,8 |
| Rep. Centro Africana | 2,0 | 248 | -0,9 |
| Ruanda | 4,7 | 188 | 1,5 |
| Samoa | 0,2 | 520 | — |
| Somália | 3,5 | 130 | 0,3 |
| Sudão | 17,9 | 320 | 0,1 |
| Tanzania | 18,6 | 263 | 2,9 |
| Uganda | 13,2 | 280 | -0,8 |
| Yemen Democrático | 1,8 | 316 | -3,0 |
| Conjunto dos Países Menos Avançados (PMA) | 268,5 | 201 | 0,7 |
| Conjunto dos países subdesenvolvidos | 2164,6 | 661 | 2,9 |
| Países socialistas da Europa Oriental | 375,7 | 3681 | 5,4 |
| Países capitalistas desenvolvidos | 780,5 | 7922 | 3,4 |

DADOS DA UNCTAD

de cooperação que deveriam ser prestadas aos PMA. Tratou-se de um documento muito preciso que, em síntese, delineou os seguintes objectivos:

— duplicar, antes de 1990, o rendimento de cada um dos países interessados e, ao mesmo tempo, assegurar que as camadas mais pobres dessas populações sejam plenamente beneficiadas por essas melhorias; considerar «razoável e possível» duplicar o valor real das diferentes contribuições da ajuda global e quadruplicá-las antes de 1990. Em termos de quantidade, a ajuda aos PMA deveria aumentar dos 3300 milhões de dólares de 1977 (que a preços de 1980 duplicam essa soma) para cerca de 14 000 milhões de dólares em 1990;

— o empenho pedido aos países industrializados foi o de dedicarem, até 1985, 0,15% dos seus Produtos Nacionais Brutos (PNB) para a ajuda pública ao desenvolvimento elevando-a até ao fim do corrente decénio para 20% (2);

— 30% da ajuda global ao Terceiro Mundo deveria ser canalizado para os Países Menos Avançados;

— solicitou-se a extensão de preferências comerciais e outras facilidades aos PMA por parte das nações avançadas. Um dos pontos referia-se concretamente à concessão do *Stabex* (sistema de estabilização dos preços de alguns produtos básicos acordado entre a Comunidade Económica Europeia e os países associados de África e das Caraíbas) aos PMA que não fazem parte do referido sistema.



O presidente francês François Mitterrand discursa na sessão inaugural da Conferência da ONU sobre os Países Menos Avançados (PMA)

postas pelo Sul e realizou um intenso labor dentro do grupo dos países industrializados, especialmente entre os membros da Comunidade Económica Europeia (CEE) para os aproximar das solicitações da UNCTAD.

No seu discurso inaugural, o presidente François Mitterrand definiu

o novo espírito de inspiração socialista que governa a potência francesa: «depois da época da dominação colonial, depois da esperança dos anos sessenta, depois do impacto da crise económica mundial, eis-nos perante o umbral de um novo milénio. Seis mil milhões de pessoas habitarão a terra no ano 2000. Deixaremos nós 4 mil milhões delas ameaçadas constantemente pela pobreza? Deixaremos que mil milhões de pessoas sejam açoitadas pela fome e pelo desespero? Este o problema fundamental com que nos vemos confrontados».

Por seu lado, os países escandinavos e a Holanda, que formam o grupo sensível às reivindicações do Terceiro Mundo e os que dedicam mais altas percentagens dos seus Produtos Nacionais à ajuda para o desenvolvimento, aceitaram em termos gerais o programa apresentado pela UNCTAD. Na vertente oposta, Estados Unidos e Grã-Bretanha negavam-se a aceitar o menor compromisso concreto, para além dos Estados Unidos rechaçarem até o próprio conceito de ajuda para o desenvolvimento. Foi, pois, através de complexas e difíceis negociações



Dos 31 países considerados menos avançados do mundo, 21 são africanos, na sua maioria localizados na zona do Sahel

França: uma nova postura

Colocadas as propostas, repetiram-se as divisões e os antagonismos que se têm vindo a registar nos últimos anos cada vez que se sentam à mesma mesa os representantes do Norte e do Sul do planeta para discutir assuntos económicos — com algumas significativas novidades, que explicam o pouco que foi possível obter nesta conferência. Em primeiro lugar, cabe registar a nova postura da França, que, pela primeira vez, aderiu às metas pro-

que se chegou a um compromisso nos seguintes termos:

Foi afastada a meta de quadruplicar a ajuda para o desenvolvimento antes de 1990, pois os países industrializados não quiseram aceitar uma obrigação a longo prazo, assim como se iludiu a concessão de 30% da ajuda aos Países Menos Avançados. Também não foi garantida a duplicação da ajuda em termos reais (e este é um ponto importante, pois as quantidades nominais podem aumentar ao ritmo da inflação sem que isso signifique um incremento real), nem se precisaram os prazos para concretizar os objectivos. Deixou-se ao critério dosadores de ajuda a possibilidade de optar por uma das seguintes variantes: chegar a conceder os 0,15% dos seus Produtos Nacionais Brutos nos «próximos anos» ou duplicar a soma destinada à ajuda no mesmo e impreciso período de tempo.

Continuarão os pobres mais pobres?

É difícil quantificar o que poderá significar esta resolução. Tanto mais que o maior dador potencial — os Estados Unidos — ainda que isolado entre as nações ricas e criticadas pelos delegados do Terceiro Mundo pela sua pertinaz oposição, se recusou a adoptar qualquer empenho.

Os países que anunciaram aumentos foram a França, a Alemanha Federal, a Irlanda, o Japão, a Itália e a Bélgica. As nações escandinavas e a Holanda, que contribuem já com valores acima dos 0,15% dos seus respectivos PNB, expressaram que manterão os seus esforços orientados no sentido de incrementar o montante da ajuda.

Tudo indica, pois, que haverá mais dinheiro disponível para os países menos avançados, ainda que não se saiba quanto, nem mesmo se chegará a haver um aumento em termos reais. Há quem pense que, quanto a este último aspecto, não se darão variações apreciáveis, mas só nos próximos meses se terá um panorama mais claro desta fulcral questão.

Como foi referido, continuará a ser muito diferente o grau de ajuda concedido pelos diferentes membros do mundo desenvolvido. O facto mais marcante é o de a maior potência mundial ser a nação que, comparativamente, menos ajuda dedica à parte mais pobre do planeta (3).

Os países desenvolvidos comprometeram-se a melhorar as preferências comerciais generalizadas para os produtos dos PMA, a atenuar as protecções tarifárias e não tarifárias e a facilitar os acordos por produtos.

O projecto de extensão do *Stabex* aos PMA será submetido antes de 1983 ao exame de um grupo de estudo. A CEE vê com bons olhos este projecto e não é de prever que a sua aplicação encontre obstáculos. O país mais beneficiado seria o Bangladesh em relação à juta, seu principal produto de exportação.

Tanto no campo militar como no da energia as recomendações foram de carácter genérico.

Estes os acontecimentos mais salientes relacionados com a conferência de Paris. Para analisar em que grau os acordos correspondem às necessidades dos PMA, haverá que cotejá-los com a realidade económica dessas nações.

A degradação dos termos de troca

Os PMA sobrevivem com base em produtos agrícolas e minerais cujas cotações se têm vindo a depreciar continuamente ao longo dos últimos anos. Esta a causa principal do retrocesso económico que o grupo experimentou (ver caixa), encontrando-se hoje situações gravíssimas que ameaçam a própria vida das populações.

Durante os últimos três anos registaram-se quedas no valor real das exportações dos PMA, enquanto iam aumentando os preços das suas importações, com o conseqüente estrangulamento do seu sector externo.

Foi calculado um equivalente a 53 quilos de carvão o consumo médio

anual de energia por habitante nos PMA, contra 6329 quilos por habitante nos países industrializados. Não obstante os PMA terem importado, na generalidade dos casos, pouquíssimo petróleo, esses quantitativos pesam de tal modo nas suas balanças comerciais e de pagamentos que levam a que em muitos deles mais de 75% dos custos das suas importações sejam absorvidos precisamente pelo petróleo.

Nações estas que não terão qualquer saída se não receberem somas importantes que lhes permitam endireitar as suas economias, razão pela qual foi solicitado fixar a soma de 62 mil milhões de dólares para o quinquénio 1981/85. Só assim se poderia empreender um crescimento económico rápido e solucionar alguns dos seus problemas mais prementes. Aquela soma equivale a aproximadamente 10% do que o mundo gastou em armas só no ano de 1980. Como observou um delegado à reunião, bastaria que se destinasse 1,8% dos gastos de armamento para se remediar a fome no mundo. Sucede porém o contrário, e cada vez se gasta mais dinheiro na corrida armamentista, na qual os Estados Unidos, potência que proporcionalmente menos ajuda, ocupa a dianteira.

Os PMA não têm culpa do estado em que se encontram. Este é consequência directa do colonialismo e do neocolonialismo, cuja exploração os obrigou à monocultura orientada para a exportação, que liquidou as suas economias autossuficientes. Uma análise neutra, efectuada pelo programa das Nações Unidas para o desenvolvimento afirma o seguinte: «Não há sector em que as sequelas da era colonial sejam mais visíveis que na agricultura. Antes da era colonial, por exemplo, a África satisfazia por completo as suas necessidades na frente agrícola. Durante o período colonial foi-lhe imposto um sistema que dava primazia às culturas de exportação em desfavor das que asseguravam a alimentação da população local. Durante os nossos dias, praticamente, este sistema não se alterou».

A OPEP e a galinha dos ovos de ouro

Existe uma nítida divisão na Organização, onde a Arábia Saudita faz o jogo dos Estados Unidos

Pablo Piacentini

As potências coloniais de antigamente têm os seus herdeiros nas empresas transnacionais que alargam a exploração daquele sistema e aprofundam os termos de um intercâmbio desigual entre nações industrializadas e nações subdesenvolvidas.

Os causadores desta situação são os que deveriam acordar uma compensação que permita aos países mais pobres o acesso a uma vida digna. A Conferência de Paris mostrou, uma vez mais, em que medida as nações capitalistas industrializadas assumem as suas responsabilidades. □

(1) Os países africanos assistentes foram: o Benin, Botswana, Burundi, Cabo Verde, República Centro Africana, Comores, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Alto Volta, Lesoto, Malawi, Mali, Niger, Uganda, Tanzânia, Ruanda, Somália, Sudão e Chade. Os asiáticos: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Laos, Maldivas, Nepal, Samoa Ocidental, Yemen (República Popular Democrática) e Yemen (República Árabe). O único Estado latino-americano considerado foi o Haiti.

(2) No seio das Nações Unidas foi adoptada como meta a ser alcançada os 0,7% dos PNB das nações industrializadas. Destas, as únicas que deram passos concretos em tal direcção foram: a Noruega (0,30%), Suécia (0,29%), Holanda (0,24%) e Dinamarca (0,23%). Todas elas ultrapassaram a meta traçada em Paris de 0,15%; as restantes nações ficaram-se abaixo desse nível: Grã-Bretanha (0,14%), Alemanha Federal (0,11%), Japão (0,06%). Os Estados Unidos só dão 0,02% enquanto que a França, que dava apenas 0,08%, se comprometeu agora a chegar aos 0,15%.

Por seu lado os países da OPEP destinam, no seu conjunto, três vezes mais que o conjunto das nações capitalistas industrializadas, sempre em termos de percentagem do PNB, que é neste caso o de 0,18%. Além disso, o fundo da OPEP assumiu o custo total da subscrição dos PMA ao fundo comum para os produtos de base que funciona no âmbito da UNCTAD.

(3) Os dadores potenciais são os países capitalistas industrializados, os países produtores de petróleo e os países socialistas desenvolvidos. Estes últimos dedicam uma percentagem ínfima a este tipo de ajuda, cerca de 0,003%. A União Soviética e os seus aliados são de opinião que as nações socialistas não são responsáveis pelas situações coloniais e neocoloniais, e que as estipulações do NPSA a respeito da transferência internacional de recursos se dirigem fundamentalmente para os países capitalistas subdesenvolvidos. Na realidade, o grosso da ajuda dos países socialistas da Europa dirige-se a outro tipo de ajuda, que privilegia os países socialistas subdesenvolvidos. Que no caso dos PMA se trata do Afeganistão, Laos e Yemen do Sul.

N Na sua última reunião, os países da OPEP perderam a oportunidade de recuperar a unidade. Em consequência deste fracasso, alguns dos efeitos negativos que os exportadores de petróleo já estavam a sofrer, começam a ser sentidos com mais força. Na realidade, a organização está dividida e há excesso de oferta no mercado. A abundância de petróleo — uma lago que tem cerca de dois milhões e meio de barris diários, à deriva na praça — leva a uma tendência para a queda dos preços, impõe a necessidade de reduzir os níveis de produção e dificulta os volumes actuais. Isto é, menos divisas para os exportadores e a incerteza do futuro, pelo menos de um futuro próximo.

Todos estes factores deveriam actuar como razões naturais de entendimento entre os países membros. Mas a reunião consultiva da Organização, realizada em Genebra entre 19 e 21 de Agosto último com a esperança de selar um acordo, deu resultados negativos, aprofundando-se a divisão existente durante a sexagésima reunião ordinária de Maio, também efectuada em Genebra.

Golpe baixo

Assim, regressou-se, formalmente, à situação surgida na reunião



O xeque Yamani

de Bali, em Dezembro de 1980. Ali, a discordância derivou em duas tabelas de preços. A cotação do petróleo corrente foi estabelecida num mínimo de 32 dólares por barril, mas permitiu-se um preço máximo de 36 dólares. Para os petróleos do tipo mais valioso (produzidos pela Argélia, Líbia e Nigéria) admitiu-se uma cotação máxima de 41 dólares.

Estas margens permitiram medir as forças das diferentes posições existentes na OPEP. A Arábia Saudita, representante da ala «branda» e contemporizadora com os interesses dos Estados Unidos, ofereceu o seu

petróleo ao preço mínimo, enquanto a maioria escolhia os preços máximos.

Mas, além disso, a Arábia Saudita aumentou a sua produção, fornecendo quase a metade do petróleo da OPEP (10,3 milhões de barris, num total de 21,5 milhões). Induziu, desta maneira, o deslocamento dos compradores para o seu petróleo, em detrimento dos demais membros da organização (no caso dos petróleos mais valiosos, os seus competidores directos são os similares do Mar do Norte).

Para os outros países as consequências foram severas. No mercado livre era possível adquirir petróleo por menos de 36 dólares. Dessa maneira, muitos importadores denunciaram todos os contratos possíveis a esse preço e deixaram os «duros», com excedentes, sem alternativa de colocação. Teriam de optar entre baixar a produção ou os preços. Na reunião de Maio, o ministro saudita, xeque Yamani, apenas teria aceite reduzir a produção se os seus interlocutores recuassem na sua política de preços. Os outros países eram partidários de uma redução conjunta das exportações, de maneira a diminuir a oferta e reanimar os preços.

Yamani não cedeu e ficou isolado nessa posição, face aos outros doze associados e perante um fracasso decisivo da OPEP. Os doze países concordaram, nesta reunião, em reduzir as suas produções, mas em diferentes níveis. Mantiveram-se firmes nessa atitude, mas tiveram de pagar um alto preço. Nesse contexto, a reunião de Agosto foi uma tentativa de conciliar as diferentes posições. Foi precedida por contínuas pressões dos governos membros, a fim de aplacar a intransigência de Riad. Por sua vez, os sauditas conseguiram alinhar no seu campo o Kuwait e os Emiratos Árabes, seus pequenos vizinhos, muito sensíveis à sua influência. Nas vésperas da conferência foram realizadas nume-

rosas consultas e fez-se uma reunião preparatória de três ministros com o propósito de encontrar uma fórmula de negociações. Pouco adiantaram esses esforços.

Como durante as sessões a Arábia Saudita concordou com um aumento de 2 dólares, mas ficou irredutível nos 34 dólares por barril, enquanto a outra posição representada pela Venezuela não aceitava menos de 36 dólares, procurou-se um compromisso de equilíbrio nos 35 dólares (no caso dos petróleos mais valiosos, Yamani pedia um abatimento para 37 dólares). A maioria concordou mas faltava o «sim» de Riad. Consciente da necessidade de fazer nesse momento uma pressão vigorosa, o presidente do Iraque, Saddam Hussein, pegou no telefone e instou o rei saudita Khaled a aceitar a fórmula da concórdia, recebendo em princípio, uma resposta positiva.

Mas, quando o homem forte da monarquia foi consultado, o príncipe e chefe do governo Fahd, tal como em Maio, pronunciou o «não» decisivo. Fracassada a conferência consultiva, a política de preços vigente continuou a ser a de Bali, isto é de amplas margens, que dão cotações diferentes para petróleos semelhantes. Portanto, se houver alguma mudança no mercado, será provavelmente depois de 12 de Dezembro, data estabelecida para a próxima reunião ordinária da OPEP, em Abu Dhabi.

A jogada saudita

Logo depois de encerrada a conferência, Yamani anunciou uma parcial mas importante mudança da sua posição: a redução das suas exportações de um milhão de barris diários. Apresentada como uma concessão endereçada a diminuir a aversão e, nalguns casos, a hostilidade dos seus associados, assim como para compensar o seu isolamento, esta decisão pode também ser devida a motivos económicos

internos. Em todo caso, não estão claras, para os observadores, as razões sauditas.

A desorganização no mercado projectada a partir desse desencontro dos exportadores torna difícil prever quais serão as suas consequências. Por um lado, é corrente a afirmação de que, no fim do próximo ano, alguns países industrializados começariam a sair da recessão e, portanto, ampliariam a procura. Por outro lado, vários países à espera de uma solução, haviam sustentado preços altos, enquanto viam os seus rendimentos caírem rapidamente. Veja-se o caso da Nigéria que, em meados de 1980, produzia 2,2 milhões de barris, em Maio 1,3 milhões, e no início da conferência, somente 700 mil barris. Para travar a queda das suas exportações, a Nigéria teve que diminuir a cotação aproximando-se do preço de Riad.

Do milhão restante, em virtude da redução das suas exportações, a Arábia Saudita será certamente mais que compensada pelos países que acompanhem a via da Nigéria e pelos que não possam prosseguir nas reduções voluntárias. Deve-se também ter em conta as enormes reservas acumuladas nos depósitos dos países industrializados. Por isso, os prognósticos coincidem quando assinalam que, no resto do ano, os preços mostrarão tendências para a queda. Mas, se isso acontecer em Dezembro, quando os ministros da OPEP se voltarem a encontrar, as distâncias serão menores entre os preços sauditas e o dos seus adversários não sendo, em princípio, tão difícil identificar o ponto de entendimento que esteve a um passo de ser atingido em Genebra.

As outras duas causas do impasse foram a respeito do tempo que deveria durar o congelamento dos preços — Riad pronunciou-se por um longo prazo — e as diferenças das cotações entre os diversos tipos de petróleo que os sauditas, possuidor-

es de um tipo corrente (o *arabian night*), quiseram ver diminuídas.

Concepções diferentes

Em torno do comércio de petróleo, chegou-se basicamente, a duas posições que revelam concepções profundamente diferentes. A fórmula da maioria dos países consiste em elevar ao máximo o custo do petróleo, cientes de que é um bem não-renovável e a fonte de energia que mais vantagens apresenta aos consumidores. Pensam que a procura poderá sofrer oscilações e que poderá, inclusive, continuar a crescer devido à redução do consumo e à introdução de outras alternativas, mas sabem que ele será — enquanto existir — a fonte energética mais disputada no mercado.

Os preços elevados representam para os produtores dois tipos de conveniência: 1) a possibilidade de investir os excedentes derivados das vendas no seu próprio progresso, de modo a cumprir o ciclo de desenvolvimento nacional antes de se esgotarem as reservas; 2) facilitar uma política de conservação do recurso, pois cada aumento permite vender a mesma quantidade e ganhar mais do que antes; 3) incrementar fontes alternativas no mercado, pois isto faz com que sofram menos pressões externas para aumentar constantemente a oferta, como aconteceu abruptamente nos últimos dois anos.

Esses princípios servem para todos os países-membros, mas são aplicáveis em maior escala às nações cujas reservas calculadas não são muito grandes e que começarão a esgotar-se nos próximos anos, por volta do fim deste século, como nos casos da Argélia, do Irão e da Venezuela, que têm, portanto, muito pouco tempo para um ciclo que não poderão cumprir se a queda nos preços se prolongar.



Petróleo: qual a perspectiva?

A tese da nobreza

Apesar dessas evidências, há apenas um país — ou melhor, uma nobreza — que raciocina de maneira oposta. O intérprete dessa tese é precisamente o ministro Yamani, que afirma ser um erro situar os preços além de uma cota que, em 1981, estipulara em 32 dólares. Quando esta cota é superada, afirma, tornam-se rentáveis os investimentos em fontes de energia que competem com o petróleo. Isto parece ser o que Yamani ensina aos seus parceiros da OPEP. Seria como

matar a galinha dos ovos de ouro.

Segundo Yamani, os problemas não seriam resolvidos reduzindo-se a oferta de petróleo (e assim justifica a sua omissão na matéria) mas situando o preço no nível exacto em que não estimule os seus competidores.

A proposta saudita completa-se com a «indexação», isto é, com um mecanismo de reajustamentos periódicos dos preços de acordo com a inflação, ligada às oscilações das principais moedas ocidentais, a fim de perpetuar o valor real do barril no equivalente a 32 (e, posteriormente, a 34) dólares de 1981.

É evidente que as altas cotações estimulam os investimentos em fontes alternativas, e faz tempo que isto está a acontecer. Na realidade, elas só anteciparam os planos de desenvolvimento de outras fontes energéticas (ou de jazidas petrolíferas de extração cara que antes não se justificava), prevendo a extinção do petróleo.

Mas isso, como vimos, não contraria os interesses da OPEP, pois facilita as políticas conservacionistas. Por isso, a maioria dos governos membros da Organização afirmou, até à exaustão, às potências ocidentais, que deveriam cessar a delapidação do petróleo e que não devem traçar as suas políticas a longo prazo com base nos volumes das recentes exportações.

Na realidade, o governo que zelar pelo interesse nacional investirá o máximo nas indústrias de derivados e na petroquímica, que multiplicam os lucros do petróleo, pois a venda desse produto sem refinamento é a operação — dentro do negócio petrolífero — que dá menos dividendos. A substituição progressiva do petróleo como combustível básico ajuda a especializar e a maximizar o seu rendimento económico.

O que Yamani assegura não tem cabimento, pois é pretender que a oferta não seja um dos componentes que conta na fixação do custo de

uma mercadoria. Trata-se de um absurdo econômico, refutado pela própria experiência da OPEP. É evidente que não é o único componente, mas no momento de estabelecer os preços, a sua consideração é da maior relevância, particularmente quando há excesso de oferta.

O aliado americano

Será necessário procurar outras causas para se entender o programa imposto pela casa real. Encontramos duas: primeira, a Arábia Saudita é, há muito tempo, o primeiro exportador mundial, tem imensas reservas e uma população limitada. As quedas de preços não a atingem

da mesma forma que a outros países e a monarquia concebe o país como um fornecedor de petróleo a longo prazo. Não sente, portanto, a necessidade premente de construir uma economia pós-petróleo. Além disso, efectuou investimentos multimilionários com os excedentes de capital no Ocidente e, em particular, no circuito financeiro norte-americano. A nobreza *wahabita* e os seus homens de negócios têm, pois, uma parte considerável dos interesses vinculada ao funcionamento da economia ocidental.

A segunda causa é que, para a preservação dos interesses da nobreza e dos grandes empresários (não do povo saudita) eles precisam

da garantia de que o regime será mantido no poder, e isso requer apoios militares e políticos que só os Estados Unidos lhes podem oferecer. Washington (haja um Carter ou um Reagan na Casa Branca) responde a essas necessidades, fixando a doutrina da intervenção militar no Golfo para preservar o *status-quo*, não apenas no caso de uma força externa ameaçar a estabilidade de qualquer das monarquias, mas também na hipótese de que uma insurreição interna possa alterá-la. Isso significa: se, por exemplo, um grupo de oficiais derruba a monarquia absolutista da Arábia Saudita e estabelece um sistema democrático e popular que, entre outras coisas, possa impor uma política petrolífera nacionalista, as forças armadas dos Estados Unidos, autoproclamadas guardiãs da liberdade e da democracia no mundo, poderiam actuar para reconduzir no trono a casa *wahabita* e salvar, dessa maneira, o que consideram os seus interesses estratégicos. Essa é a doutrina oficial dos Estados Unidos, manifestada ao mundo pelo ex-presidente Carter no discurso sobre o estado da união. Reagan não mudou em nada esta fórmula, como também demonstrou ir ainda mais longe que o seu antecessor.

Essas garantias norte-americanas incluem uma contrapartida: os príncipes sauditas (da mesma forma que ontem, eles e o Xá, e com mais razão agora que o Xá já se foi) devem jogar a cartada de Washington dentro da OPEP. E os Estados Unidos, que são importadores de petróleo, não querem que os preços acompanhem uma linha de aumento de acordo com os nacionalistas da Organização. E os sauditas, até onde podem, fazem esse jogo. É bem verdade que Riad não admite que os seus verdadeiros motivos sejam esses. Mas é igualmente verdade que ninguém acredita na fábula da galinha dos ovos de ouro. □



Na Líbia a receita do petróleo é aplicada no desenvolvimento agrário (foto em cima) e em sectores considerados prioritários. Na Arábia Saudita, grande parte do excedente de capital é investido nos EUA. Na foto em baixo: Faid e Haig

Oito anos após a guerra de Outubro

Sadat morto por militares

□ O presidente Anwar Sadat do Egíto foi assassinado no dia 6 de Outubro, quando presidia às cerimónias comemorativas do oitavo aniversário da guerra de libertação árabe de 1973.

Militares que se integravam na parada militar dispararam contra a tribuna presidencial, ferindo mortalmente o presidente e matando mais três egípcios e dois estrangeiros. No atentado ficaram feridos três militares norte-americanos, dois diplomatas estrangeiros, e um ministro irlandês. Mais trinta e oito pessoas foram atingidas.

Um dos feridos foi o ministro da Defesa, Gazhala, e os três egípcios mortos foram o general Hassan Aliam, grande camareiro-mor, Anba Samuel, bispo copta pertencente à comissão episcopal encarregada de substituir o Papa Chenuda III, destituído no mês passado por Sadat, e o chefe do organismo central das contas.

O atentado foi cometido por um major, um alferes e quatro soldados, alguns dos quais se encontram presos, enquanto outros foram mortos na ocasião. A «Frente Opositora de Libertação do Egíto Árabe», liderada pelo antigo chefe do estado-maior das Forças Armadas, general Chazli o «herói da travessia do canal» reivindicou a responsabilidade do atentado, através de um telefonema feito para a agência UPI em Beirute. Falando pela Rádio Argel poucas horas depois da morte de Sadat, o general Chazli declarou que «a execução do presidente Sadat por elementos do exército era uma necessidade para atacar de frente o regime da traição».



Com a morte de Sadat, toda a estratégia sionista-norte-americana para o Médio Oriente fica em perigo

A data escolhida para o atentado é em si mesma muito significativa: os «oficiais livres» — organização decalcada pela sua homónima nasserista, que foi criada em 1979 no Egíto — quiseram desse modo assinalar que cumpriam a sentença do tribunal árabe que condenou Sadat à morte por este ter traído a causa da nação árabe, aliando-se a Israel e aos EUA. Com a assinatura dos acordos de Camp David, Sadat enfraqueceu perigosamente a frente árabe, depois da vitória política, diplomática e até militar que os árabes obtiveram contra Israel na guerra de Outubro de 1973.

Os meses que antecederam este atentado foram caracterizados por um endurecimento do regime, que, desse modo, procurava fazer face à contestação cada vez mais forte que a política de alianças do presidente Sadat, e a integração do Egíto no esquema estratégico sionista-imperialista, suscitavam. A formação de uma frente de oposição no exterior, de frentes civis de resistência no interior, e de células dos «oficiais livres» nas

fileiras do exército constituíam aos olhos do regime, ameaças suficientemente fortes para que este ripostasse com enérgicas medidas repressivas.

Preocupados com os acontecimentos no Egíto, que poderiam traduzir-se, no caso de uma mudança de regime, por uma drástica alteração de todos os dados estratégicos no Médio Oriente, os EUA e a NATO tomaram medidas militares. Washington ordenou que a Força de Intervenção Rápida aumentasse o seu estado de prontidão, enquanto a NATO colocava em estado de prevenção as suas forças navais no Mediterrâneo.

No mundo ocidental, em Israel e em Pequim a morte de Sadat foi encarada com pesar e apreensão. À excepção de Oman e do Sudão, os restantes países árabes, a OLP e o Irão reagiram, entre o declarado regozijo e o reconhecimento de que a morte de Sadat indica que não há solução para o Médio Oriente sem a participação palestina. A Líbia advertiu que não tolerará qualquer intervenção estrangeira no Egíto.

No Egíto, foi declarado o estado de emergência por um ano, e, nos termos constitucionais, marcaram-se eleições presidenciais que se realizarão dentro de 60 dias. O parlamento indignou o vice-presidente, Hosni Mubarak, para candidato à presidência. As funções da chefia de Estado serão, também nos termos constitucionais, assumidas interinamente pelo presidente do parlamento.

Mubarak reafirmou, entretanto, a fidelidade às alianças do regime de Sadat, entendendo-se assim que prosseguirá a via dos acordos de Camp David.



Um voto
contra
os
Estados
Unidos

□ Juan Maria Bras, secretário-geral do Partido Socialista de Porto Rico, elogiou os resultados da votação sobre a independência da ilha no seio da Comissão de Descolonização da ONU como «a primeira grande derrota diplomática» sofrida pelo governo norte-americano de Ronald Reagan.

Charles Lichenstein, embaixador substituto dos Estados Unidos na ONU, qualificou-a, em contrapartida, de «interferência inapropriada e indefensável nos assuntos internos de Porto Rico e dos Estados Unidos», reflectindo assim a irritação de Washington.

A resolução aprovada pela Comissão em 20 de Agosto recomenda à Assembleia Geral da ONU a inclusão do problema de Porto Rico como ponto especial da agenda para a 37.ª Sessão da Assembleia a realizar-se em 1982.

O texto aprovado recomenda que a Assembleia Geral pressione os Estados Unidos para que aprove as medidas necessárias afim de permitir a plena transferência de todos os poderes para o povo do território porto-riquenho, da mesma maneira como faz com a África do Sul para acabar com a sua ocupação colonial e ilegítima da Namíbia.

A votação teve um resultado de onze votos a favor, dois contra e onze abstenções. A China não participou na votação. Os votos positivos vieram dos autores da proposta: Afeganistão, Cuba, Iraque e Síria — a que se juntaram a Bulgária, Congo, Checoslováquia, Etiópia, Irão, União Soviética e Tanzânia. A Austrália e a Dinamarca votaram contra, enquanto as abstenções procederam do Chile, Fidji, Índia, Indonésia, Costa do Marfim, Venezuela e Jugoslávia.

Belize
independente



George Price, primeiro-ministro do Belize

□ Os condicionamentos interpostos pela Guatemala não influíram no ânimo festivo do povo de Belize para comemorar a sua independência da Grã-Bretanha, formalizada no dia 21 de Setembro. Foram realizados actos culturais e desportivos durante onze dias de festa.

As autoridades guatemaltecas reafirmaram que não reconhecerão a independência de Belize, consideraram o acto britânico de unilateral e romperam as relações consulares que ainda mantinham com os ingleses. Como medidas de represália foram expulsos da Guatemala cerca de 50 estudantes de Belize que faziam cursos de medicina e veterinária na Universidade Autónoma de San Carlos. No entanto, porta-vozes do país descartaram a possibilidade de uma invasão armada, como exigiram os sectores políticos da extrema direita guatemalteca.

A presença de uma força militar britânica com aproximadamente 1600 homens e uma esquadilha de caças de descolagem vertical «Harrier» mantém a situação calma. As tropas permanecerão no país por tempo indefinido, resguardando a segurança das fronteiras e da ordem interna. Assesores ingleses instruirão os efectivos que integram a futura força de defesa de Belize.

cadernos do
terceiro
mundo

Assinaturas: Portugal — anual (12 números) esc. 500\$00; semestral (6 números) esc. 300\$00. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S Tomé e Príncipe (12 números, via aérea) esc. 850\$00 ou US\$18. Restantes países (12 números, via aérea) US\$22.

Calçada do Combro, 10-1.º, 1200 Lisboa Tel. 320650

União Interparlamentar condena Israel

O Conselho da União Interparlamentar Mundial, reunido em Havana, aprovou uma resolução que condena Israel pelas repetidas violações das resoluções da ONU, pelos ataques sionistas ao sul do Líbano e à central nuclear iraquiana, assim como pela contínua ocupação dos territórios árabes. A resolução contou com o apoio de 40 países: 9 votaram contra (entre outros, Estados Unidos, Israel, Grã-Bretanha e Nova Zelândia) e 8 abstiveram-se. «Uma paz justa e duradoura na região deve basear-se na retirada incondicional de Israel de todos os territórios ocupados, inclusive de Jerusalém, e no reconhecimento do direito inalienável do povo palestino à autodeterminação e ao estabelecimento do seu próprio Estado, sob o comando da Organização de Libertação da Palestina (OLP)», estabelece mais adiante a resolução de Havana. O reconhecimento por parte da União Interparlamentar da OLP como legítima representante do povo palestino assim como o apoio a um Estado palestino independente são duas definições extremamente importantes, podendo ter reflexos futuros na diplomacia do Médio Oriente.

Na mesma reunião, o Conselho rendeu homenagem ao ex-deputado uruguaio Gerardo Cuesta, recentemente falecido na prisão, no seu país de origem. A União Interparlamentar havia solicitado a sua liberdade, pois corria perigo de vida. A sua saúde era precária, tendo sido submetido a todo tipo de sevícias durante anos de prisão. As autoridades uruguaias não tomaram nenhuma providência. A União Interparlamentar lamentou que o pedido não tenha sido atendido no momento oportuno e responsabilizou as autoridades uruguaias pela «violação dos direitos humanos e pela morte do ex-parlamentar».

Existem actualmente cinco parlamentares presos no Uruguai cujas libertações já foram solicitadas pela União Interparlamentar: José Luis Massera, Jaime Pérez, Wladimir Turiansky, Alberto Altessor e Rosário Pietrarroia. O estado de saúde de Altessor é grave e a sua vida depende de uma nova operação cardíaca (a primeira ocorreu em 1974) que deveria ser realizada em Buenos Aires. As autoridades não autorizaram a sua saída do país, impedindo, assim, a continuação do tratamento.

Conosco



A Velocidade
O Conforto
A Hospitalidade

АЭРОФЛОТ
Soviet airlines



Espiões em várias línguas

□ Pelo menos quatro importantes centros de estudos africanos dos Estados Unidos recusaram recentemente participar num programa com verbas de meio milhão de dólares, criado pela Agência Militar de Informações (DIA) para a formação de especialistas em línguas africanas. Os centros de estudos das universidades de Indiana, Michigan, Boston e Howard afirmam que o projecto envolve actividades de espionagem em vários países negros.

Segundo os dirigentes da DIA, a agência pretende aumentar até 50% o número de especialistas em línguas africanas que traba-

ham na colecta e interpretação de informações. Entre as línguas consideradas prioritárias pelos responsáveis da espionagem militar norte-americana estão o **afrikans**, o **swahili**, o português e o **shona**. Além disso a DIA pretende contratar tradutores e intérpretes em árabe, espanhol e no idioma somali.

As críticas levantadas pelos centros de estudos africanos nos Estados Unidos foram confirmadas pelo próprio porta-voz do Departamento de Defesa dos EUA, Craig Wilson, que em depoimento no Congresso norte-americano reconheceu que as unidades militares de interven-

ção rápida tinham necessidade de pelo menos 874 linguistas. Estas forças de intervenção rápida são uma unidade criada há pouco tempo e que constituem uma espécie de «polícia mundial» dos Estados Unidos. Elas podem ser deslocadas rapidamente para qualquer parte do globo terrestre para intervir em países estrangeiros.

O projecto elaborado pela DIA foi encarado também pelos africanistas norte-americanos como um indício claro de que os Estados Unidos estão preparando planos para possíveis acções militares intervencionistas na África Austral.

Dois novos jornais moçambicanos

□ No dia 25 de Setembro, data do 17.º aniversário da fundação da FRELIMO, surgiu no Maputo a primeira edição do jornal «Diário de Moçambique», o qual se publica em substituição do «Notícias da Beira». Por outro lado, será suspensa a edição dominical do outro diário moçambicano («Notícias»), sendo substituída por um jornal especial, que se publicará todos os Domingos e que se denominará simplesmente «Domingo». Estas alterações surgem no âmbito de uma reestruturação dos meios de Comunicação do país: já começou a circular um novo noticiário cinematográfico e espera-se que, no fim deste ano, a estação experimental de TV comece a realizar uma emissão semanal. Numa conferência de Imprensa no Maputo, dada por ocasião da tomada de posse dos directores dos novos jornais, foi explicado que o «Notícias da Beira» desaparecia por duas razões: porque era um jornal do mesmo tipo do outro já existente e por ter conotações colonialistas, pois em tempos havia sido porta-voz de um fascista, Jorge Jardim. O novo jornal chamar-se-á «Diário de Moçambique» para recordar um dos poucos jornais



que na época colonial defendeu os interesses do povo moçambicano e que foi encerrado pela censura colonialista nos começos da década de 70.

Os dois novos jornais dedicarão grande espaço a questões recreativas e culturais e procurarão desenvolver uma relação participada com os seus leitores. Para que os jornais correspondam àquilo que os seus leitores esperam deles, promoveu-se um inquérito de opinião, antes do lançamento das duas publicações.

Sahara:

Uma solução de compromisso



ção pura e simples do território, mediante uma «mascarada» eleitoral para a qual o soberano marroquino pedia a caução da OUA.

Posteriormente, em Rabat, Hassan II deu uma conferência de Imprensa na qual deixou bem claro que o seu objectivo era o de conseguir um «referendo de confirmação», mediante grosseiras restrições à lista dos eleitores, e a permanência das suas tropas de ocupação. Como não podia deixar de ser face a este quadro, era o próprio Hassan II que se dispunha a organizar o referendo...

Vários Estados africanos, nomeadamente a Argélia e a Mauritânia, bem como a Frente Polisário, haviam insistido em várias exigências fundamentais: a prévia retirada das tropas marroquinas, um recenseamento actualizado da população eleitora e a supervisão internacional do referendo. O único destes pontos que não foi contemplado pela «cimeira» da Comissão de Execução foi o da retirada prévia das tropas marroquinas. Seguiu-se aqui uma solução intermédia, que já foi, aliás, utilizada no Zimbabue.

De salientar que a Comissão respeitou os prazos fixados pela OUA e que as suas conclusões são de molde a suscitar as mais legítimas esperanças de encontrar uma rápida e justa solução para este conflito. Assim o entendeu a Frente Polisario, cujo dirigente, Mohamed Abdelaziz, se apressou a fazer saber a disposição do seu movimento para encetar imediatamente negociações com Marrocos e a saudar o facto de, uma vez mais, ter sido reafirmado o direito inalienável do povo saharauí à independência.

□ Na sua reunião de 25 de Agosto em Nairobi (Quênia) os chefes de Estado do Quênia, Serra Leoa, Tanzânia, Sudão, Mali e Guiné decidiram solicitar a Marrocos e à Frente Polisário que encetassem negociações com vista à instauração de um cessar-fogo, após o que se processará um referendo de autodeterminação geral e regular, através do qual o povo saharauí optará ou pela independência ou pela integração em Marrocos.

O referendo será organizado pela Comissão de Execução para o efeito escolhida na «cimeira» da OUA, com o auxílio de duas organizações internacionais (a OUA e a ONU) às quais será solicitado que forneçam uma força de manutenção de paz e que garantam uma administração provisória do território. Esta administração actuará em colaboração com as estruturas ad-

ministrativas ali existentes.

A Comissão de Execução ficará encarregada de estabelecer a lista dos eleitores saharauís tendo em conta o recenseamento espanhol de 1974, as listas elaboradas pelo alto comissariado dos refugiados e o crescimento demográfico. As tropas presentes no território ficarão aquarteladas nas suas bases respectivas.

Estas decisões tomadas pelos chefes de Estado dos países que integram a Comissão de Execução constituem uma grave derrota para as manobras do rei de Marrocos. Recorde-se que Hassan II, na última «cimeira» da OUA, decidiu apresentar um projecto de referendo para pôr termo ao conflito que se arrasta no Sahara Ocidental. Contudo o plano que apresentou era demasiado vago e deixava aberta a possibilidade de se traduzir numa ane-

Zimbabwe:

Um «boom» económico

□ Enquanto a grande maioria dos países atingidos em diversos graus pela crise mundial registam lentos crescimentos, estagnações ou quebras económicas, o Zimbabwe surge como uma excepção, segundo os dados divulgados recentemente pelo governo de Robert Mugabe. Durante o ano de 1980 o Produto Nacional Bruto (PNB) cresceu em 13,9 por cento. Trata-se de uma taxa de expansão altíssima, o triplo do índice definido como objectivo pelo governo no ano passado.

São várias as razões deste fenómeno. Durante o longo e cruel processo de luta contra o regime de minoria branca a economia sofreu uma quebra importante. Houve fuga de capitais, de técnicos e de empresários de origem europeia. A agricultura e a indústria foram afectadas, incidindo ainda o efeito das sanções comerciais. Tudo isso fez com que, entre 1974 e 1979, o PNB da então Rodésia caísse em 12,5 por cento.

O fim da guerra, o início da etapa da convivência democrática e a supressão das sanções originaram um processo inverso. Regressaram alguns capitais e — não se sabe ainda em que quantidade — técnicos e empresários. A paz e a normalização das actividades produtivas, além das boas colheitas, proporcionaram um intenso e veloz ciclo de reanimação da economia no seu conjunto.

O que os indicadores mostram não é um milagre e sim o efeito económico de uma situação pós-guerra. Mas, desde 1974 até hoje, a população cresceu rapidamente: o PNB actual, apesar



de semelhante ao daquele ano, divide-se entre mais pessoas. Neste mesmo período o rendimento *per capita* tinha caído em 25 por cento. Porém, mesmo com a recuperação do ano passado, constatou-se que o rendimento *per capita* encontra-se 17,5 por cento mais baixo do que o de 1974.

Estes dados não desmerecem

o facto do país ter avançado neste último ano a passos de gigante, com a perspectiva de continuar a desenvolver-se a um ritmo elevado. O sector que mais se expandiu foi o comercial, aumentando as vendas em 35 por cento, enquanto o valor da produção industrial subiu em 29 por cento. O consumo privado cresceu em quase 30 por cento e os investimentos em 25 por cento.

Africanização dos serviços públicos

□ Sem quaisquer convulsões nem interrupções dos serviços públicos, o Zimbabwe está a conseguir «africanizar» a sua Administração. Aquando da independência, a minoria branca (250 mil pessoas) fornecia sete mil funcionários públicos, enquanto a maioria negra (sete milhões) ocupava apenas três mil lugares na Administração. Por outro lado, todos os altos cargos eram ocupados exclusivamente pela minoria branca. Neste momento, as estatísticas disponíveis indicam que 58% dos funcionários públicos são negros, contra 26% de brancos. Treze negros e 17 brancos ocupam cargos de secretários permanentes, (directores gerais de organismos públicos ou ministérios),

43 africanos e 42 brancos são subsecretários, e 49 africanos e 38 brancos são subsecretários adjuntos. Esta transição foi possível porque os negros ocupavam os cargos deixados vagos pelos brancos que se reformaram ou que abandonaram o país por não se conformarem com a nova realidade do poder. Além disso, durante os 14 anos de guerra, muitos jovens zimbabwenses emigraram, o que lhes possibilitou a formação e o treino profissionais adequados. Agora estão a regressar em massa ao seu país. E deste modo, sem quaisquer represálias contra os brancos nem interrupção dos serviços, se está a processar a ritmo acelerado a «africanização» dos serviços públicos do Zimbabwe.

**“Na CIMANGOLA
trabalhamos pela
nossa independência
económica e
pela da África”**



Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.

CIMANGOLA - U.E.M.
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar
Tel.: 71190 • Luanda
Fábrica: Estrada do Cacucaco • Tel.: 71100
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532



UM INSTRUMENTO PARA
O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA
NACIONAL



DNPP





Vitor Saúde Maria e Nino, respectivamente vice-presidente e presidente do «Conselho da Revolução», um órgão saído do Movimento do 14 de Novembro e não previsto pelos estatutos do PAIGC

I Congresso Extraordinário do PAIGC

Um momento de clarificação?

De 8 a 14 de Novembro próximo decorrerá em Bissau o I Congresso Extraordinário do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O termo do congresso terá lugar precisamente um ano após o movimento militar que levou à destituição e prisão do presidente Luís Cabral e de numerosos dirigentes do Partido e que guindou à chefia do Estado guineense o até então primeiro-ministro, comandante de Brigada João Bernardo Vieira (Nino). Movimento militar que viria a provocar a cisão do ramo cabo-verdiano do partido e a posterior criação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAIVC), culminando toda uma evolução progressiva de distanciação entre os dois ramos do PAIGC e, que aparentemente, veio a encerrar em definitivo o processo de unidade entre a Guiné-Bissau e a República de Cabo Verde.

O anteprojecto do programa e dos Estatutos do partido, aprovado em finais de Agosto pelo Conselho Nacional da Guiné (CNG) do PAIGC e posteriormente apresentado às bases para discussão, não apresenta alterações de fundo, se comparados com os anteriormente em vigor, «mas tão só a adaptação do conteúdo à situação de existência de um PAIGC nacional devido à cisão da ala cabo-

-verdiana», sendo dado como certo a conservação pelo partido da anterior sigla.

No respeitante ao anteprojecto de teses, também aprovado na referida sessão extraordinária do CNG, a doutrina nele consubstanciada não introduz alterações sensíveis à linha política que no plano teórico vinha sendo seguida pelo PAIGC e consagrada durante o III Congresso do partido, em 1977, o único que teve lugar no período pós-independência. Nesse anteprojecto continua-se a defender a necessidade da instauração de uma **democracia nacional revolucionária**, ao mesmo tempo que se define no presente, o Partido como um «movimento de libertação nacional no poder». Especial ênfase é dado ao espírito de «conciliação nacional» que anima os actuais dirigentes guineenses, fruto de uma determinada análise da estrutura de classes da sociedade patente no anteprojecto de teses e que os leva a concluir «que nenhuma camada social tem, por si só, condições para exercer a liderança no processo sócio-económico do país».

Trezentos e um delegados participarão nos trabalhos do Congresso, que poderão vir a representar um momento de clarificação do processo vivido pela Guiné-Bissau desde o movimento do 14 de Novembro.

Ainda está a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de «Africa»...

Africa⁷
LITERATURA-ARTE E CULTURA



Africa⁸
LITERATURA-ARTE E CULTURA



Africa⁹
LITERATURA-ARTE E CULTURA



Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a **ÁFRICA EDITORA**
Av. Principal, Miraflores,
Lote 117, Loja 6 - ALGÉS
1495 Lisboa

telex telex telex telex tele

Desemprego – A direcção geral de Estatísticas e Censos do Uruguai divulgou recentemente ter havido um leve aumento do desemprego em Montevideo. Elevou-se a percentagem de chefes de família desocupados, assim como de menores de 14 anos. A população economicamente activa diminuiu de 55,85% para 53,30%. Todos os dados são comparativos entre o primeiro e o segundo trimestres de 1981.

Transportes – «A Linha Marítima Árabe, uma empresa mista, entrará brevemente em actividade para servir todos os portos do mundo árabe, afirmou o secretário-geral da Associação dos Armadores daqueles países, Suleiman Dawood. O mundo árabe enfrenta graves problemas motivados pela situação inadequada dos serviços marítimos: «Os exportadores dos Estados norte-africanos são forçados a deixar as suas mercadorias em consignação nos portos europeus, ainda que sejam destinadas aos nossos mercados». Suleiman solicitou aos Estados árabes que aumentem os subsídios nacionais para as transportadoras marítimas, a fim de facilitar o comércio entre eles.

Assistência – A Organização de Assistência de Emergência da ONU (UNDRO) está a organizar uma equipa para atender a solicitação de ajuda para dezenas de milhares de angolanos deslocados das suas residências pela invasão sul-africana e pelas secas. A solicitação de ajuda foi feita através de uma carta do governo de Luanda ao Secretário-Geral da ONU, Kurt Waldheim.

Fusão – Foi revelado no México um acordo para a fusão do Partido Comunista Mexicano (PCM) com quatro organizações socialistas, a fim de formar um novo partido. Depois de conversações que duraram vários meses, o PCM, o Partido do Povo Mexicano (PPM), o Partido Socialista Revolucionário (PSR), o Movimento de Acção e Unidade Socialista (MAUS) e o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) anunciaram o acordo num comunicado «ao povo do México».

Aproximação – O sub-secretário dos Negócios Estrangeiros do Chile, coronel Fernando Arancibia, enviado do governo a diversos países da América Central, manteve recentemente conversações com as mais altas autoridades de El Salvador. A visita

do funcionário chileno foi qualificada como uma aproximação militar, política e cultural entre ambos os governos.

Estudantes – O papel das organizações juvenis na luta de libertação nacional em África foi tema de um encontro de estudantes de vários países africanos, realizado na Universidade de Dar-Es-Salam (Tanzania). Na sessão inaugural, o secretário executivo da Comissão de Libertação da OUA, Hashim Mbita, afirmou que o problema mais importante e actual do continente é a libertação da Namíbia, acrescentando que a juventude dos países presentes no encontro constituía a «linha da frente» da luta contra o *apartheid*.

Moeda – A aspiração de criar uma moeda comum sub-regional para a Comunidade Económica da África Ocidental (ECOWAS) começou a concretizar-se, depois da reunião havida em Lagos (Nigéria) entre os ministros das Finanças dos países membros da associação. Nessa reunião os ministros aprovaram um estudo feito pela Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) sobre os modos como chegar à unidade monetária. Contudo, os ministros foram de parecer que, por mais importante que a criação da moeda comum seja, acima de tudo o que interessa é a cooperação monetária.

Cooperação – Os dois maiores produtores de petróleo da América Latina – Venezuela e México – prolongaram por mais um ano o programa de cooperação energética para a América Central e Caraíbas, que consiste em fornecer o produto a nove países da região com condições preferenciais de pagamento. Desde que o programa foi posto em prática foram entregues 200 mil barris diários a Barbados, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá e República Dominicana, o que significa um suprimento de 70% das necessidades desses países. O acordo estabelece ainda que os créditos podem ser estendidos por vinte anos, com uma taxa de juros de dois por cento ao ano, caso o produto se destine a programas de desenvolvimento prioritários.

O teatro de criação colectiva

O trabalho conjunto pode ser um caminho para recriar o teatro como uma das formas de comunicação e reflexão mais importante aos principais problemas político-socioeconómicos e culturais do continente latino-americano. Nesse sentido se orientam grupos cada vez mais numerosos, até onde as circunstâncias o permitem.

Júlia Maciel

Os conquistadores chegaram à América Latina com o seu teatro às costas e a partir desse momento os nossos cenários passaram a ser utilizados pela propaganda do dominador. Cenários, corais, palcos modestos e, finalmente, salas sumptuosas serviram para impor uma cultura cujos modelos estéticos e temas dramáticos pertenciam a outro mundo.

A proposta teatral que chega às colónias espanholas é universal mas estranha. Com o passar dos séculos a mensagem teatral de comunicação que exclui aqueles que não participam da grande festa do poder, e, portanto, da cultura.

Já o facto de se ter que pagar uma entrada para presenciar como espectador passivo o desenrolar de uma história que se desenvolve num cenário alto e distante, torna a mensagem estranha. Não tentamos, na realidade, minimizar ou reduzir a importância do teatro na sua concepção, digamos, «clássica». Este teatro «dos outros» pode ser assimilado a partir da sua aceitação como tal, a partir de que a sua condição de estranha não seja imposta e sim solicitada.

O Teatro Popular

No entanto, o teatro para o povo só se tornará acessível quando mudar profundamente a situação

política do continente. Esse lento caminho do teatro até ao povo só poderá realizar-se na medida em que esse mesmo povo não seja sujeito passivo da cena política e sim protagonista activo de uma sociedade em que a integração não o exclua de privilégio algum. Onde não lhe sejam negados certos direitos, nem condenado a duras privações.

Na América Latina a época populista permitiu a existência de vastos movimentos teatrais que tentaram superar a secular passividade, propondo o protagonismo das maiorias. Aí está o exemplo do teatro do Rio da Prata, no princípio do século, quando as vanguardas lutavam para sancionar o voto universal e dar voz aos marginalizados. Nesse contexto floresce o *sainete*, uma nova cosmogonia teatral, cujo conteúdo está baseado nos limites do continente. Depois desse antecedente, somente na Cuba revolucionária há condições concretas para o desenvolvimento desse novo teatro.

A actual experiência teatral cubana é uma prova de que — desaparecendo a estrutura de exploração comercial do teatro, o uso da arte como objecto de consumo — pode-se chegar a uma nova proposta que elimine resíduos e heranças das estruturas de dominação.

A partir da obra «*La vitrina*», de Elbio Díaz, surge uma nova forma de precipitação teatral, onde o pú-

blico intervém na obra opinando, propondo até à sua conversão não mais num espectador passivo e sim num verdadeiro co-protagonista.

Depois da criação do *Grupo de Teatro Escambray* outros trabalhos abrem caminho. A proposta é sedutora: instalar-se numa região; conviver, informar-se sobre os problemas, preferências, capacidades de conjunto; discuti-los com as pessoas do lugar; informá-los sobre a possibilidade de transferir esses seus problemas para o «teatro»; levar adiante o esforço para concretizar uma proposta cenicamente válida; e, finalmente, «apresentar a obra» em que participe todo aquele que esteja em condições de fazê-lo pela sua capacidade ou pela sua necessidade.

O trabalho colectivo sai de Cuba

Depois do *El Escambray* são organizados outros grupos na ilha como o *Teatro La Yaya*, o da província de Las Villas e o *Teatro de Participação Popular*. Mas não é apenas em Cuba que se tenta esta abertura. Actores, dramaturgos, directores do continente comprometidos com os processos de emancipação nos seus países reconhecem a iniciativa e transferem-na para dentro das possibilidades locais.

Cuatrotablas, no Peru, floresce durante a gestão do presidente Velasco Alvarado. O grupo tenta nesse momento de abertura contribuir com a sua experiência e a sua proposta teatral para desenvolver uma consciência colectiva revolucionária.

Em Porto Rico, o momento mais interessante do teatro de criação colectiva é alcançado pelo grupo *Bahiasucia-Bahianegra*. No Panamá, o *Grupo Teatro de Los Trasmigrantes* propõe aos seus compatriotas a colaboração para trabalhar temas que terminam por converter-se em verdadeiras e valiosas «obras de reportório», como «El surgimiento de una barriada bruja» ou «El anexo de la Escuela».

A temática utilizada pelo teatro de

criação colectiva da Colômbia é a dos camponeses e serve para analisar a própria história a partir da perspectiva do conquistado. A Colômbia situa-se no panorama do teatro popular de criação colectiva do continente como uma das forças mais sólidas. Trabalha-se intensamente e com êxito.

Para dar uma ideia do esforço e dos seus resultados basta mencionar o *Teatro Experimental de Cali* (TEC), que significa um momento importante do teatro colombiano, reconhecido em todo o mundo. «La Denuncia» converteu-se quase num clássico da criação colectiva.

Alguns outros grupos ilustram o fenómeno na Colômbia: o *Teatro Experimental La Mama*, o *Grupo Teatral El Local*, o *Grupo Teatral La Candelária*.

Nas fronteiras do México

Na fronteira do México com os Estados Unidos também se desenvolve um tipo de teatro que é em si mesmo uma forma de protestar, utiliza uma linguagem agressiva, diz coisas ingratas, desmistifica o mito absurdo dos Estados Unidos, mostrando as coisas como realmente são, falando em «chicano» (o inglês falado pelos mexicanos norte-americanos).

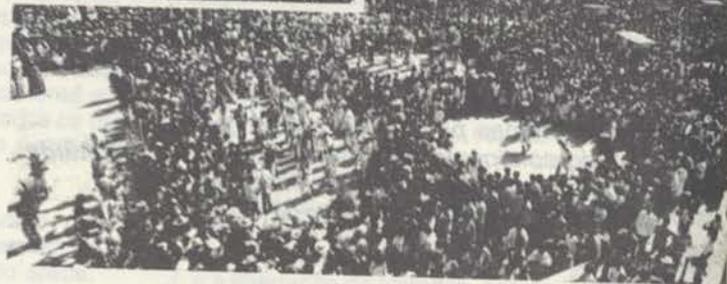
Em 1973, o *Teatro Colectivo de Albuquerque* apresentou a sua primeira obra, «En la corte de Nixon», e assim foi iniciado um grande movimento teatral que, em 1975, deu origem à criação do CLARO (*Chicano League Against Racism and Opression*), a Liga Chicana contra o Racismo e a Opressão.

Também a Argentina conheceu um interessante momento do teatro de criação colectiva, através das suas cores locais, como era inevitável. Na cidade de Córdoba o *Teatro Livre Teatro* (TLT) começa as suas actividades em 1969 quando eclode um movimento popular conhecido como *el cordobazo*. Até 1975 foi possível desenvolver um trabalho intenso e realmente valioso.

Em Buenos Aires as actividades intensificam-se a partir do governo do presidente Héctor J. Cámpora. A abertura política tem reflexos tam-



O teatro tradicional e o teatro de rua (México)



bém no teatro. Diversos grupos que, na verdade, têm uma origem comum na busca pela criação colectiva, percorrem a cidade e propõem formas de trabalho conjunto. Duas experiências diferentes sintetizam o momento: o grupo de estudantes de teatro e actores que juntamente com Norman Briski, um mímico e actor popular, propõem um trabalho de criação dos conflitos sindicais e estudantis e *La murga de Liniers* que, partindo dos grupos carnavalescos, incita uma nova forma de expressão de eficácia imediata.

Quase todos os integrantes daqueles grupos florescentes na época do

auge do peronismo, após o golpe militar, foram alvo de perseguições, morte e exílio. Para dar um exemplo, há o caso de Polo Cortes, desaparecido em 1976. Até hoje, não se sabe se está vivo ou morto.

As perseguições e as dificuldades de toda a ordem que vivem os defensores do teatro colectivo não inviabilizam as suas ideias. Pode ser que não surja uma nova escola teatral. Mas, eventualmente, podem surgir novas formas de trabalho dramático. Além disso, contribui para fazer do teatro um território que possa ser compartilhado por todos — actores e público. Um local de participação.

CINEMA TERCEIRO MUNDO 1

□ Realizado pela primeira vez em Lisboa no passado mês de Junho, o ciclo «Cinema Terceiro Mundo - 1» foi exibido agora no Porto entre 8 e 16 de Outubro. Esta iniciativa da nossa revista e da «Cinequipa» a que se juntou a «Árvore, Cooperativa de Actividades Artísticas» teve o programa aumentado com a inclusão de novos filmes dos quais

se destacaram «Sambizanga», de Sara Maldoro, «No caminho das Estrelas» e «Carnaval da Vitória» de António Ole, e «O Sonho não Acabou», de Cláudio Kanhs. A breve exibição desta mostra de cinema far-se-á, num futuro próximo, em terras moçambicanas de colaboração com o Instituto Nacional de Cinema da RPM.



Havana:

Uma cimeira intelectual

EM princípios de Setembro, Havana tornou-se sede do mais qualificado e numeroso encontro de intelectuais e artistas da América Latina até hoje realizado. Entre as cerca de 300 personalidades participantes encontravam-se nomes como os de Gabriel García Marquez, Ernesto Cardenal, Nicolas Guillen, Juan Bosch, Mario Benedetti, Miguel Otero Silva, Oswaldo Guayasamin, Pablo Gonzalez Casanova, Luís Cardoza y Aragon, Eduardo Galeano, George Lamming e Volodia Teitelboim.

O «Primeiro Encontro de Intelectuais e Artistas para a soberania dos povos de *nuestra América*» fora convocado pela Casa das Américas e propunha-se constituir uma tomada de posição dos intelectuais da região no momento actual. Daf resultado final ter sido consubstanciado num documento político que expressa de maneira eloquente a contradição evidente entre a política global e regional do presidente Ronald Reagan e as aspirações dos povos latino-americanos.

Durante o encontro foram denunciadas as ditaduras, as reminiscências coloniais, identificados os

responsáveis pela opressão, a exploração e o genocídio, e destacado «o incontido desejo de libertação que hoje percorre a América».

O tema primordial da declaração foi o armamentismo em grande escala desencadeado por Reagan e o consequente risco de uma confrontação bélica mundial.

De salientar que a assistência abrangia uma extensa gama ideológica, em que só os sectores conservadores e reaccionários não se viram representados. Havia marxistas, socialistas e liberais, social-democratas e cristãos. Entre estes últimos, foi reservado um lugar de relevo ao sacerdote e poeta Ernesto Cardenal, ministro da Cultura da Nicarágua, que veio a pronunciar o discurso de encerramento.

Sem receio de exagerar, poder-se-á afirmar que o encontro teve a maior relevância, já que nele se encontravam representadas, através dos seus homens da cultura, as grandes maiorias latino-americanas e caribenhas.

Não se tratava de discutir modelos ou ideologias, mas de encontrar pontos de convergência entre os intelectuais e artistas. Quer as intervenções, como os debates e os do-

cumentos transmitiram, assim, uma concordância sem reservas sobre os princípios em torno dos quais os intelectuais latino-americanos se associam. Em síntese, poderemos dizer que se deram tomadas de posições contra o armamentismo, a dependência e as ditaduras, ao mesmo tempo que eram defendidas a liberdade, a democracia e a libertação.

Entre os assistentes manifestou-se uma nítida consciência sobre a necessidade de declarar estas verdades nas circunstâncias actuais, quando os princípios que são a sua razão de ser são violentamente atacados pela sede do imperialismo, donde provêm ameaças contra os países libertados, como Cuba, Nicarágua e Granada.

Uma das decisões aprovada foi a da criação de um comité permanente encarregado de dar continuação às tarefas iniciadas com este primeiro encontro de intelectuais e artistas latino-americanos. Integram esse comité: Mário Benedetti, Juan Bosch, Pablo Gonzalez Casanova, Chico Buarque de Holanda, Ernesto Cardenal, Gabriel García Marquez, George Lamming, Roberto Matta, Miguel Otero Silva e Mariano Dominguez. □

Uma tomada de posição

Os participantes no Primeiro Encontro dos Intelectuais para a soberania dos povos da América, convocado pela Casa das Américas e celebrado em Havana de 4 a 7 de Setembro de 1981, reafirmam o carácter indispensável da nossa unidade e reconhecem o sentido das suas responsabilidades nestes momentos difíceis. A fim de prosseguir esta acção consideram necessário criar um comité permanente integrado por personalidades representativas da nossa cultura.

Hoje, quando o governo dos Estados Unidos ameaça não só de implantar no continente a política anacrónica do garrote, mas prepara também as suas armas para uma nova guerra de devastação mundial, nós intelectuais americanos sentimo-nos obrigados a extremar o compromisso com os nossos povos, e em especial com os que enfrentam com mais heroísmo que recursos a imemorial opressão.

Faz tempo que a América deixou de ser comarca aberta dos desaforos dos impérios metropolitanos. Os povos estão agora a conquistar o seu direito à palavra, e a nós cabe-nos a possibilidade maior de articulá-los e defendê-los. O inimigo também o sabe e por isso pôs todo o poder da sua imaginação repressiva ao serviço de uma desalmada operação de genocídio cultural. Este é o sentido da campanha sistemática de tergiversações com que os monopólios imperialistas, com o concurso das oligarquias locais e os seus próprios meios de imposição informativa, procura desvirtuar a identidade cultural dos nossos países para facilitar o seu domínio.

Face a esta conjuntura, defendemos a verdade, a justiça e a beleza, não de um modo abstracto, mas com a decisão e lucidez com que o exige e merece a personalidade original das nossas nações. Só o pleno exercício da sua soberania, que lhes permitiria usufruir das suas próprias riquezas humanas e potencialidades culturais, dará uma base sólida e uma válida razão de ser à nossa vida.

Com este espírito criador, saudamos a iminente soberania de Belize e, comprometemo-nos a que os interesses populares que a tornaram possível não sejam desvirtuados por outros alheios ao seu destino. Também com este espírito, repudiamos do modo mais enérgico o apoio que a administração dos Estados Unidos presta aos regimes mais bárbaros do

continente, e denunciámos com indignação que os autores do terrorismo mais atroz que se comete no mundo pretendem acusar de terrorismo os patriotas que lutam pela felicidade dos seus povos e pela sua identidade e cultura, como é o caso de El Salvador e Guatemala, cujos melhores filhos se propuseram, à custa dos mais duros sacrifícios, conquistar para sempre os direitos de serem eles mesmos.

Não são desígnios de uma maquinação internacional, como se pretende fazer crer, mas as condições internas de obscuridade e misérias a que os submeteu durante anos a opressão imperialista, que constitui a explicação para o incontido alento de libertação que hoje percorre toda a América. A caluniosa acusação de terroristas feita a estes povos tem entre outros propósitos o de sancionar a intervenção dos Estados Unidos e preparar os espíritos, mediante o aparato da propaganda mais diabólica da história humana, para uma agressão aberta contra Cuba, Nicarágua e Granada e, inclusivé, contra o México, cuja política externa independente merece o nosso reconhecimento. (...)

O poder da inteligência

(...) A decisão da fabricação da bomba de neutrões, anunciada significativamente num dia em que se comemorava um novo aniversário de Hiroshima, recrudescer o pessimismo de muitos sectores da opinião pública internacional, não só respeitante às perspectivas de paz, mas quanto ao próprio destino da humanidade inteira. Os intelectuais, os escritores, os artistas da América frente a este grave risco de holocausto, assumem a plena consciência da opção pela vida. Não a abandonaremos à sorte, mas lutaremos com todas as nossas convicções, com todas as nossas forças, com as melhores reservas do espírito para que a paz se imponha como única vitória possível contra a morte.

Nem a bomba de neutrões nem qualquer outro artefacto se autodetona. São os homens quem decide a sua missão de morte. Mas esses homens, ainda que disponham de uma possibilidade totalitária de destruição, podem ser controlados pelo clamor dos povos. É pois altura de a palavra e de a imagem extremarem-se na sua capacidade de persuasão, no seu poder de recrutamento das forças criadoras, na sua lucidez para convencer e convencermos-nos que o exterminio do ser humano é evitável e que pode e deve ser evitado com o poder invencível da inteligência.

Dias Gomes uma nova linguagem na Televisão brasileira

DIAS Gomes vive na vida real um personagem quase tão singular como a maioria dos personagens que ele criou para o teatro, a rádio, a televisão, e o cinema: escritor com posições de esquerda publicamente assumidas, escreve as principais telenovelas e séries da poderosa Rede Globo, a maior cadeia de televisão do Brasil, sem se preocupar com aquilo que o sistema pensa e espera dele. Detalhe característico: o seu trabalho, habitualmente crítico e com definição política clara, consegue geralmente aplausos.

Para Dias Gomes, a situação actual é uma conquista, fruto de mais de dez anos de trabalho. Além disso, é a possibilidade de concretizar um velho sonho: escrever para o grande público, rompendo as limitações do público de teatro, quase sempre limitado às elites. No conjunto, o público da televisão no Brasil atinge cerca de 60 milhões de espectadores, distribuídos por 94 estações emissoras e cerca de 14

milhões de aparelhos receptores em todo o país. Neste quadro, a Rede Globo mantém praticamente um monopólio: pertencem-lhe ou a ela estão filiadas 64 das 94 emissoras de televisão.

Quando fala do seu trabalho, Dias Gomes faz questão de referir sempre que não abdica da sua visão de mundo. Gosta também de falar no plural, o que é uma forma de generalizar toda a angústia da sua geração, cujas várias tendências ideológicas se reuniam num ponto de convergência: o questionamento da realidade brasileira. Dela fazem partes figuras como Ariano Suassuna, Jorge Andrade, Oduvaldo Viana Filho, Plínio Marcos e Augusto Boal, todos vítimas do regime militar que instaurou a censura, proibiu peças e perseguiu intelectuais.

Nesta entrevista, Dias Gomes fala da sua vida que é, também, o retrato do drama de uma geração de teatrólogos que queriam um teatro popular, político e, sobretudo, revolucionário.

Onde nasceu?

Salvador, na Bahia.

A sua formação intelectual foi influenciada por Jorge Amado?

Não. Jorge Amado é de uma geração anterior à minha. Eu vim para o Rio muito cedo. Tinha 13 anos. Já estou com 58.

A infância marca-nos sempre. Além disso, o peso cultural da Bahia, é muito forte. Não sente isso?

Toda a minha obra tem influência da paisagem, da diversidade dos tipos humanos da Bahia. A infância é uma coisa muito viva. Às vezes, as nossas raízes pesam mais do que a formação intelectual, que chega mais tarde.

Antes de chegar ao teatro, tentou outras profissões. Como chegou a uma definição?

Quando terminei o que hoje se chama de segundo grau (curso secundário) tentei duas ou três carreiras,

inclusive a militar.

A experiência militar foi boa?

Aos três anos fiquei órfão de pai. Meu irmão mais velho era quem sustentava a família. Formou-se em Medicina e, como precisava trabalhar imediatamente, foi para médico do exército. Foi ele quem me influenciou para que eu fizesse o exame. Prestei concurso na antiga Escola Militar de Realengo, no Rio.

E passou?

Na hora da prova, eu tive um «branco». Excesso de estudo, sabe como é? Na altura da prova de álgebra eu não conseguia lembrar nada e fui reprovado. Como tinha ido bem em todas as outras provas, o então ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, de triste memória, permitiu que me matriculasse. Entrei no terceiro ano da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre.

Quanto tempo ficou lá?

Um mês. A metade do tempo passei na cadeia.

Indisciplina?

Não me adaptei à disciplina militar. Pedi dispensa e vim para o Rio num navio da Guarda Costeira.

E aí?

Tentei estudar Engenharia e Direito. No curso de Engenharia, fiquei um ano; no de Direito, cheguei ao terceiro ano. Desisti de ambos. Nunca seria nem engenheiro, nem advogado. De nada me adiantava o diploma de doutor.

A vocação era mesmo o teatro...

Na faculdade, eu já sentia isso. O teatro começava a chamar-me a solicitar-me de forma violenta. Eu já escrevia as minhas primeiras peças e começava a encená-las.

Qual foi a sua primeira peça?

Foi «O pé de cabra». Ela foi encenada quando eu tinha 19 anos, pelo Procópio Ferreira. O Oduvaldo



A mobilização entre os artistas na pior fase da ditadura

Viana, pai, viu a peça, gostou e chamou-me para integrar a equipa de redactores da Rádio Pan-americana que ele estava a organizar. Foi ele o responsável pela minha ida para o rádio-teatro. Eu escrevia ou adaptava peças de uma hora de duração.

Como é que chegou à Rede Globo?

A história começa quando fiquei sem poder trabalhar.

Problemas com a censura

Sei que a sua obra teatral ficou alguns anos interrompida...

Ao todo foram sete anos. Entre 1969 e 1977. Nesse período, eu só podia escrever para a televisão. A ditadura não deixava que fizesse outra coisa. Depois do AI-5 (*) a repressão aumentou. Foi ela que me deu a certeza da impossibilidade de viver como escritor de teatro. As minhas peças começaram a ser proibidas.

Um exemplo?

«O berço do herói» foi a primeira. Estávamos em 1965. Ela teve a triste glória de iniciar a longa série de proibições de peças no teatro. Em 1968, «A Invasão», que já tinha sido encenada em 1962, também foi proibida. O meu filme, «O pagador de promessas», ficou sete anos proibido. Houve também a proibição de «A revolução dos beatos», na Bahia. Foi aí que vi que tinha duas opções: adaptava-me ao modelo que o regime impunha ou teria de sobreviver noutros mares. Optei pela segunda hipótese. A televisão fez-me um convite e eu resolvi aceitar.

Foi então que entrou na Rede Globo?

Exacto. Eu aceitei o trabalho, em primeiro lugar, por questões de ordem económica, mas era também uma opção de sobrevivência artística. Além disso, a televisão era um desafio, tinha um público imenso. Seria incoerente comigo mesmo se recusasse, na medida em que era a plateia popular com que sonhámos.

Quantos milhões de pessoas?

Hoje são milhões, 60 milhões. De qualquer forma, é uma audiência popular e não apenas a plateia de elite que eu tinha no teatro muito a contragosto. Na televisão, o público vai da classe A à classe Z e pode ser qualificado como rigorosamente representativo. Era o povo. Eu não podia desprezar uma experiência destas, principalmente por ser um dramaturgo e um intelectual com a minha formação. Eu vinha de uma geração que sempre propôs um teatro político popular.

É conhecida a sua militância política, militância essa muito vinculada ao hoje ilegal Partido Comunista Brasileiro...

Illegal hoje e quase sempre...

Quando começou essa militância?

Eu entrei para o Partido em São Paulo. Foi em 45, na época da legalidade que se estendeu até 47. Militei mais de 30 anos.

E hoje?

Sou um franco atirador e pretendo conservar-me assim. Não quero ter vida partidária, embora continue a pensar do mesmo modo, acreditando nas mesmas coisas que sempre acreditei. Acho que posso ser mais útil como franco-atirador do que com uma militância partidária vinculada.

Fidelidade a si mesmo

Existe contradição entre o facto de pensar como pensa, agir como age politicamente e trabalhar na Globo, um dos suportes do regime que derrubou o governo em 64?

As contradições são do regime. Não minhas. Se uma cadeia de televisão poderosa como é a Globo me convida e me oferece espaço de trabalho, eu não tenho o direito de recusar. Tenho que ocupar esse espaço desde que, evidentemente, seja preservada a minha liberdade de criação. Como isso acontece até hoje, vai tudo bem. Escrevo aquilo que quero escrever e não o que querem que eu escreva.

E a autocensura?

Pode ser até que ocorra, num processo sublimado, inconsciente-

mente. Eu não reconheço a existência da autocensura no meu trabalho.

Como é que consegue ser fiel a si próprio na televisão?

Na televisão, apenas mudei de linguagem. Não mudei a minha temática, não mudei a minha ideologia, não mudei a minha visão de mundo. Não me traí. Há 10 ou 11 anos que venho tentando criar uma linguagem para a televisão. Pesquiando essa linguagem. A questão é colocar a mesma temática dentro de uma linguagem nova, num veículo novo.

O que fazia quando ocorreu o golpe?

Em 1964 eu dirigia a Rádio Nacional, no Rio. Por causa da minha militância política e pela função que exercia, tive que me exilar dentro do meu próprio país. Fui demitido e respondi a sete inquéritos policiais-militares, os famosos IPMs.

Chegou a ser preso alguma vez?

Na época, foi expedida uma ordem de prisão contra mim, mas não chegou a ser cumprida porque caiu nas mãos de um parente. O Brasil tem destas coisas. Aliás, nunca ter sido preso sempre me deu muita vergonha. Lembro-me dos anos de 46 e 47, época em que participei nos primeiros congressos do PCB. A linha naquele tempo era tremendamente esquerdista. Os companheiros subiam à tribuna e falavam das suas prisões. Uns tinham sido 15 vezes presos outros 20. Sentia-me humilhado: nunca tinha sido preso. Sentia vergonha. Hoje não, acho que conseguir actuar sem nunca ter sido preso significou um bom trabalho político.

E a clandestinidade?

Em 1964, como todo a gente, passei uma temporada de «molho». Depois voltei à vida normal e lutei para continuar no país, apesar das ameaças de prisão. No dia do golpe, saímos da Rádio Nacional, 15 minutos antes da emissora ser tomada pelos golpistas. Naquele 1.º de Abril, muitos companheiros optaram pelo exílio e foram pedir asilo nas embaixadas. Eu cheguei a entrar num carro com mais dois outros companheiros, mas saí a meio do caminho.

O que foi que aconteceu?

Pensei bem e vi que o exílio, o exterior, seriam piores que a prisão. Estou muito preso à minha terra, à minha gente, à minha família. Acho que não errei. Não porque não tivesse sido preso, como fui ameaçado. Mas porque a realidade mostrou que a minha avaliação era correcta. Dos dois companheiros que estavam comigo, um não aguentou e fugiu da embaixada semanas mais tarde; o outro foi para o exterior, comeu o pão que o diabo amassou e arrependeu-se amargamente de não ter descido no meio do caminho.

Os anos seguintes ao golpe foram muito duros para si?

Passei maus pedaços em 64, 65 e 66.

Como é que conseguiu sobreviver?

Um pouco do teatro, um pouco de

«Todas as minhas peças têm os seus defeitos. A melhor é sempre a última, quando julgamos que corrigimos os erros cometidos nas anteriores»



peças encenadas no estrangeiro. Em 1966, consegui encenar «O santo inquerito». Em 1968, encenei «Dr. Getúlio».

A cultura é subversiva

Não acha difícil fazer teatro social num país em que o teatro é muito voltado para a elite, como é o caso do Brasil?

Há um pormenor aí. Quando falamos de elites, não podemos esquecer que uma grande parte dessas elites é de gente jovem, estudantes, para quem sempre vale a pena dizer alguma coisa. Mas a nossa grande frustração é ter essa plateia, esse público selecto. Nos anos 60, quando fazíamos um teatro de ideias, de problemática política, tínhamos um público que sabia tudo aquilo que nós questionávamos. Era um público que, de antemão, já estava de acordo com as nossas ideias, um público que ia ao teatro ouvir o que já sabia.

E para ouvir o que gostavam de ouvir...

Ou de dizer... Nós queríamos falar para um público ao qual pudéssemos transmitir coisas que ele não soubesse sobre a sociedade brasileira, coisas que o consciencializassem. Um público de operários, um público de favelados (1), um público de camponeses. E esse público era inatingível, todas as tentativas foram frustradas. O que queríamos só é possível num regime socialista, num regime onde o governo tenha interesse real em difundir a cultura. No caso do Brasil, a cultura é sempre marginal e o teatro mais marginal ainda. Não podemos esperar nada de um país, de um regime como o nosso onde o teatro é olhado como fonte de subversão, como fonte de contestação, e nada mais. *Essa visão de fonte de subversão é hoje também válida para a imprensa, que realmente informa...*

Isto acontece aqui com a cultura de um modo geral. As pessoas inte-



Imagem do Brasil em 1968: reaccionários invadem e agridem o elenco da peça «Roda Viva»

ligentes pensam, mas num regime como o brasileiro, o que se deseja é que ninguém pense, que se deixe o monopólio do pensamento ao regime. O «chefe» pensando por todos. É o fascismo. Durante todo o período da ditadura se não tentaram extinguir o teatro, tentaram pelo menos domá-lo, fazê-lo útil não ao questionamento da realidade, mas pelo contrário, torná-lo útil ao sistema.

E houve realmente uma certa submissão...

Durante os anos 70 surgiu no Brasil uma dramaturgia anémica, intimista, esteticista, tal como convinha ao regime. Afastei-me do teatro justamente para não pactuar com isso.

Qual foi, digamos assim, a demissão de maior carácter político que sofreu?

Todas as demissões que sofri foram políticas. Uma das primeiras

foi a das Emissoras Associadas, na época da assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, em 1947. Fiz críticas ao Tratado, vendi o meu peixe através dos meus programas. A embaixada norte-americana não gostou, queixou-se à direcção da empresa, e fui demitido. A «Doutrina Monroe» defendia a América para os americanos. Truman passou a defender a América e o mundo para os norte-americanos. Era a guerra fria. Nós fomos contra isso, e fomos demitidos. Eu e a Janete Clair. Ela por solidariedade.

Macartismo à brasileira

Caíu no desemprego por ser considerado um «perigoso» comunista?

Macartismo. Puro e simples. Em 1953, quando voltei de Moscovo, fui demitido do Rádio Clube do Brasil onde era director artístico. O

Carlos Lacerda, que mais tarde foi governador, fez um escândalo na imprensa e eu entrei na lista negra. Um pormenor: viajei com o meu próprio dinheiro, pagando a viagem com um empréstimo. Quando assisti ao filme «Testa-de-ferro», *The Front*, de Woody Allen, vi na tela uma situação que tinha sido vivida por mim, se bem que numa situação inversa.

Porquê?

No filme, Woody Allen vive um personagem que serve como testa-de-ferro para três escritores perseguidos pelo macartismo nos Estados Unidos, três escritores de televisão. No meu caso, eu tinha três amigos que apresentavam como seus os trabalhos que escrevia. Não teria sobrevivido se não fosse isso. Fiquei nove meses desempregado e não podia publicar nada com o meu nome. Eles apresentavam as peças, os programas, e recebiam em meu nome. Foi assim que acabei por entrar na televisão.

Como conseguiu vencer a barreira?

Através de uma agência de publicidade que tinha um cliente que financiava teleteatro. Fui contratado para fazer um programa semanal. Foi assim que voltei à «legalidade» como autor.

«O bem-amado»

Fale um pouco de «O bem-amado». Há alguma mudança fundamental da tele-novela para a série exibida semanalmente?

Há uma mudança de forma. Muitos personagens foram mantidos, outros suprimidos. Tele-novela é uma coisa, série é outra.

Qual a diferença?

Série é um episódio completo, com início, meio e fim. Uma tele-novela é desenvolvida capítulo por capítulo. Houve, portanto, uma mudança de forma. Mas houve também outras mudanças. A tele-novela

não é como a série de hoje, onde apresento «Sucupira» como uma espécie de microcosmo do Brasil. A tele-novela é mais como um romance, mistura a realidade e o absurdo, como uma sátira à vida política brasileira. O série é mais concisa, é mais política.

Qual dos dois é mais fácil de escrever?

A novela é mais cansativa. Um capítulo por dia, vinte laudas dactilografadas. Um verdadeiro trabalho braçal. Na série, estou a escrever quase um episódio por semana, três por mês, em média. São 31, 32 páginas. Mas a série consome mais ideias: cada episódio é uma nova. Tenho que encontrar sempre um tema que sirva para escrever uma peça e nem todos servem. É por essa razão que as séries da Globo têm três ou quatro autores.

A excepção é você...

É muito difícil fazer o trabalho sozinho, mas não encontrei ainda um autor que afine com o meu estilo. Todos os dias chegam às minhas mãos peças que infelizmente não posso aproveitar.

O autor e os seus críticos

Qual das suas peças teatrais considera ter a melhor mensagem política?

É difícil dizer. É uma pergunta que deve ser feita aos críticos, aos que assistiram às minhas peças..

E qual a mais gratificante, pessoalmente?

A que me deu mais alegria foi «O pagador de promessas», a mais encenada, a mais editada, a mais premiada. Mas não considero que «O pagador» tenha sido a melhor peça que tenha escrito. Todas as minhas peças têm os seus defeitos. A melhor é sempre a última, quando julgamos que corrigimos os erros cometidos nas anteriores. E no caso,

seria a minha última peça, «Campeões do mundo».

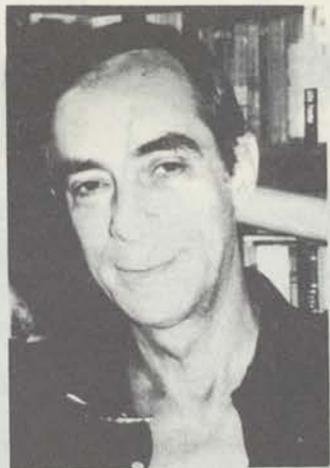
E das tele-novelas feitas para a televisão, qual a que mais gosta?

A que escrevi com maior prazer foi «Saramandaia». Foi a mais criativa, onde fiz um trabalho de recriação de linguagem. Uma proposta de uma nova linguagem na televisão. Tudo isso era muito fascinante, mas não muito bem realizado.

Qual a sua opinião sobre a crítica em geral? Como vê a figura do crítico teatral?

Toda a crítica é subjectiva, não existe crítica objectiva. A opinião de um crítico é a opinião de uma pessoa, com todos os seus subjectivismos. Leio a opinião de um crítico e considero-a como a opinião de qualquer espectador. Recuso-me a aceitar o crítico como juiz, exacta-

«O que queríamos, só é possível num regime socialista, num regime onde o governo tenha interesse real em difundir a cultura»



mente pela sua falta de objectividade. E falando do Brasil, o crítico não chega a representar a opinião de uma classe, nem sequer a opinião do jornal onde escreve.

Mas pode o crítico ser o representante de uma elite intelectual?

Seria legítimo. Poderia ser o representante de uma vanguarda. Mas isso não acontece. Muitas vezes a intelectualidade prestigia um espectáculo que a crítica arrasou, e pode perfeitamente acontecer o contrário.

Como vê o surgimento de novos Estados em África, onde também se fala o português? Como sentiu a libertação desses países do jugo colonial português?

Com muita alegria, mas até agora à distância. Ainda não tive o prazer de conhecer pessoalmente Angola, Moçambique ou Cabo Verde. E gostaria também de conhecer São Tomé e Guiné-Bissau. É qualquer coisa de muito fascinante saber que países que foram colonizados da maneira que foram, oprimidos da maneira que foram, sem que lhes fosse deixado o mínimo de estrutura para isso, façam o que está sendo feito. E como se trata de povos irmãos, olhamos isso com muito calor. As opiniões trazidas pelo Chico Buarque são apaixonadas, e eu gostaria de ter uma opinião formada pessoalmente. Mas imagino como deve ser difícil edificar uma sociedade socialista com a herança deixado pelo colonialismo português. As pessoas querem sempre resultados imediatos.

(*) Acto Institucional n.º 5, instrumento jurídico imposto ao país em 13/12/68 pelo general Costa e Silva que praticamente revogou a Constituição de 1967. Vigente enquanto fosse julgado necessário pelo poder, estipulava que o chefe do governo podia cassar mandatos, suspender direitos políticos e legislar em substituição do congresso após decretar-lhe o encerramento.

(1) moradores de bairros-da-lata ou musseques.

Para além das medalhas

Nesta importante realização desportiva faltou distribuir a medalha de ouro que premiase a capacidade organizativa demonstrada pela República Popular de Angola

Carlos Pinhão (*)

AO princípio, era a dúvida. Mais, havia até a noção de uma certa irresponsabilidade, ao assumir-se uma tal responsabilidade, passe o aparente paradoxo:

— a responsabilidade aceite pelo Governo da República Popular de Angola, ao chamar a si a organização dos II Jogos da África Central, interessando onze países em dez modalidades diferentes (1);

— a irresponsabilidade de contrair essa obrigação, naturalmente dispendiosa e aparentemente dispensável, tratando-se de um país jovem, naturalmente sem experiência alguma de organizações deste tipo e, para mais, lutando com carências várias e de monta.

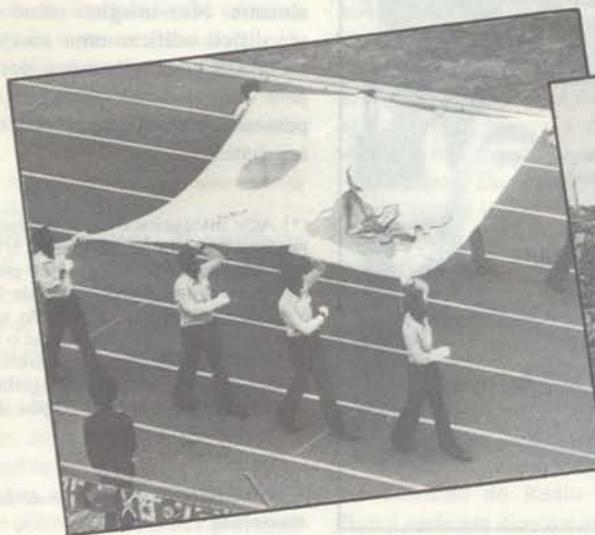
A promoção destes jogos regionais resulta de uma recomendação feita nesse sentido pelo CSSA (Conselho Superior do Desporto Africano), mas a verdade é que só neste grupo da África Central esse apelo foi ouvido e praticado — e, ao todo, são sete os grandes grupos regionais em que se encontra dividido o desporto africano, para tornar mais funcional essa prática, em face das enormes distâncias e das dificuldades de transportes (2).

Por outras palavras, a África Central já vai nos seus II Jogos, enquanto nenhum outro país se atre-

veu ainda, em qualquer dos outros grupos, a promover um certame desse tipo. Ousou o Gabão, em 1976, realizar os I Jogos da África Central, mas a iniciativa teve bem menos projecção do que esta edição angolana, pois contou com menor número de países concorrentes e de modalidades em jogo. Por exemplo, a própria Angola não concorreu, porque, nessa altura, nem sequer estava ainda filiada no CSSA. E tudo parecia indicar que a experiência não teria continuidade, pois cinco anos decorreram sem novos Jogos, revelando-se, de certo modo, utópica a desejada periodicidade de três anos.

O Chade chegou a aceitar realizá-los em 1979, mas a guerra

(*) O autor é redactor do jornal desportivo português «A Bola».



civil gorou esses louváveis propósitos, até que, enfim, Angola se propõe organizar os Jogos, no primeiro ano em que concorre, apesar de toda a inexperiência e de todas as carências.

A invasão sul-africana nada impediu

Irresponsabilidade... na responsabilidade?

Agora, é fácil responder que não, porque a nau foi levada a bom porto e os Jogos constituíram um assinalável êxito, em todos os capítulos, mas, na altura da decisão e até mesmo na altura do arranque, eram naturais as dúvidas, as reservas e mesmo as críticas da parte de quantos, menos familiarizados com as reais potencialidades do povo angolano, poderiam, até de boa fé, recear um malogro, também em todos os capítulos — sem esquecer os de má fé que, confundindo as realidades com os seus desejos, tinham como certo esse malogro e tudo fariam para que ele se verificasse, de aí retirando então largos dividendos para as suas campanhas de hostili-

dade contra a República Popular de Angola.

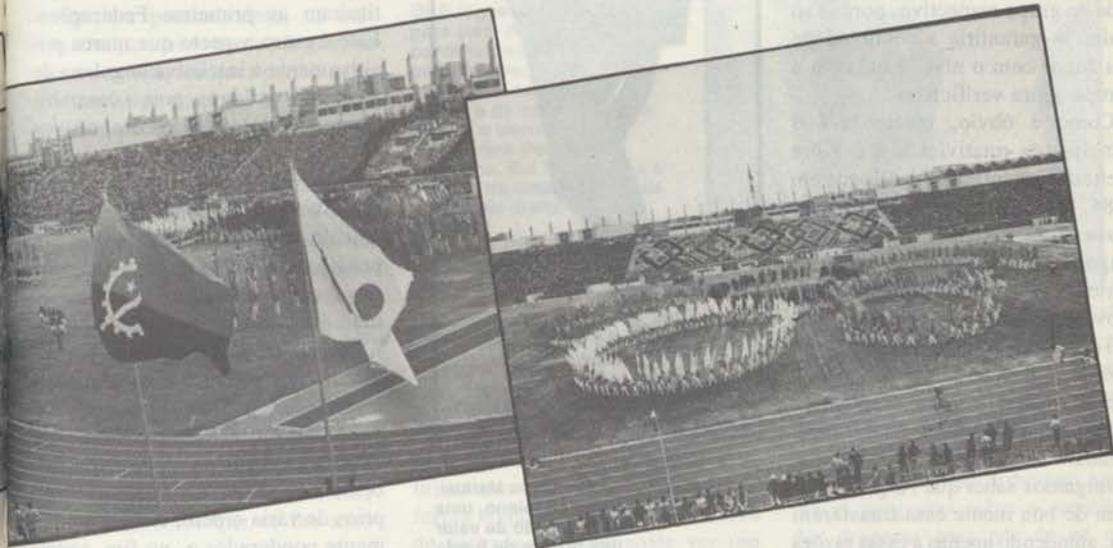
Acresce que os Jogos coincidiram com a invasão do Sul de Angola pelo exército racista da África do Sul — ou, melhor dizendo, a invasão é que coincidiu com os Jogos e talvez não tenha sido por mero acaso, pois uma renúncia de Angola à realização dos Jogos, porventura assim feita à última hora e dado o impacto que estes grandes acontecimentos desportivos sempre suscitam, mormente entre a juventude dos países interessados, daria eloquentes sinais de alarme e de demissão e contribuiria não pouco para a desejada desestabilização e desmoralização.

Se Pretória fez essa pontaria, errou o alvo, porque os Jogos fizeram-se de cabo a eito, não apenas em Luanda, realmente muito longe do teatro das operações, mas também no Huambo, oitocentos quilómetros ao sul da capital, onde a organização fez deslocar boa parte dos jornalistas presentes no país, por motivo dos Jogos, a maioria dos países da África francófona, e também redactores das agências internacionais «France Press» e «Reuter». Por toda a parte se recolheu a



ANGOLA 81

mesma sensação, não de alarme, mas de alerta e de firme determinação de lutar, não se ressentindo os Jogos minimamente das actividades bélicas no sul do país. Apenas o festival de encerramento teve menor brilho, em relação ao festival de abertura, e a agressão sul-africana teve a ver com o caso. Assim, foi o presidente José Eduardo dos Santos quem declarou solenemente os Jogos inaugurados, mas, no final, não voltaria ao estádio, porque, entretanto, muito a situação se agravara no Cunene. Do mesmo modo, aquele monumental desfile de bandeiras das cerimónias iniciais teve, no final, uma reedição bem mais discreta, sobretudo em número, porque os figurantes eram militares e, a essa hora do encerramento dos Jogos, já eles estava, de arma na mão, a cumprir o seu dever de en-



frentar a agressão racista no campo de batalha.

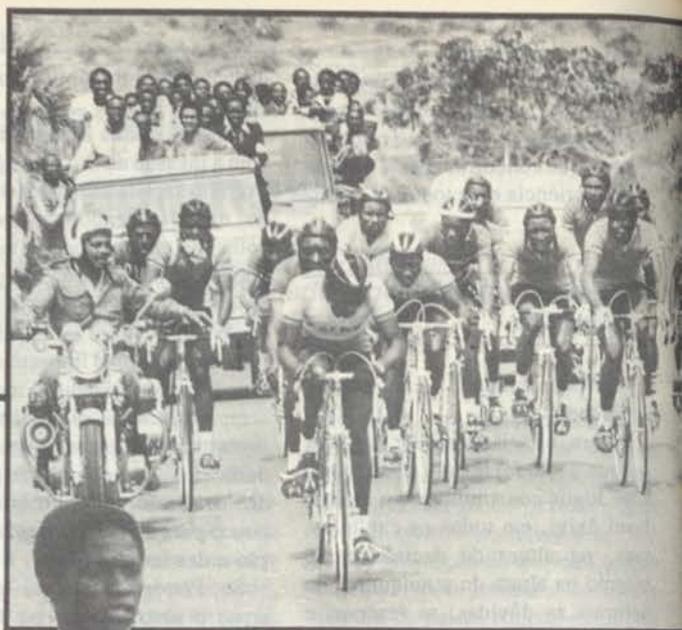
Aliás, logo no primeiro dia, em pleno estádio, muito bem se explicou Rui Mingas, secretário de Estado dos Desportos, ao afirmar que o esforço enorme de organizar os Jogos constituía «a parte que nos cabe no desenvolvimento do desporto africano», mas acrescentando: «dizemos não ao mito da neutralidade desportiva e, assim, mantemos o boicote ao desporto do regime racista sul-africano» (3).

Um enorme êxito organizativo

Era muito diversificado o leque político e ideológico dos países concorrentes aos Jogos, para além da sua filiação francófona (a grande maioria) ou lusófona (Angola e São Tomé e Príncipe) e ainda se assistiu, de início, já ditadas pelas rivalidades desportivas ou pelo mau-perder de uns quantos, a algumas provocações de vários tipos, mas a força da organização a todos se acabou de impor, de tal modo que, no final, assistir-se-ia a uma inversão completa: os detractores iniciais entendiam agora, conforme percebemos junto dos jornalistas presentes, que Angola deveria manter-se como sede do grupo respectivo, porque só assim se garantiria a continuidade dos Jogos com o nível e até com a pompa agora verificados.

Como é óbvio, manter-se-á o princípio da rotatividade e o Zaire aceitou a organização dos Jogos em 1984, mas pode acontecer que, nessa altura, a República Popular de Angola não pertença já ao grupo da África Central pois tem-se como provável uma revisão da constituição das várias zonas (2) e mais curial parece a inserção dos angolanos na África Austral, tal como são entendidos, afinal, em todos os sectores, menos o desportivo.

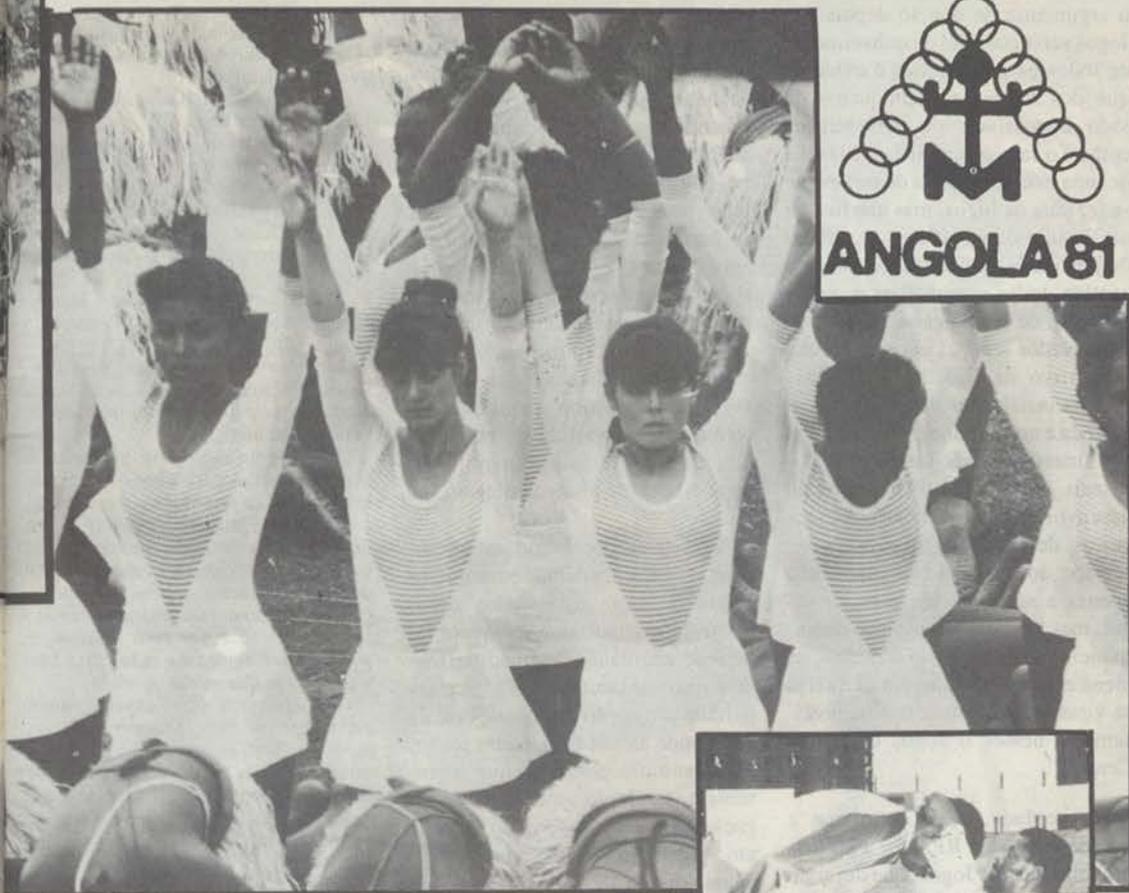
Julgamos saber que Angola aceitará de boa mente essa transferência, atendendo apenas a essas razões



Bernardo Manuel, atleta angolano, uma confirmação de valor nas provas de fundo

de um mais racional enquadramento e não por calculismo competitivo, pois, tanto num lado como noutro, o desporto angolano se situa a um nível modesto, que é lógico e inevitável, por enquanto. Praticamente, tem três anos o desporto angolano, as primeiras competições regulares datam de 1979, ano em que se constituíram as primeiras Federações. Este é outro aspecto que marca positivamente a iniciativa angolana de promover os Jogos, pois a desambição quanto a resultados desportivos autentica a intenção de promover a confraternização e a unidade entre os povos africanos, através desse veículo ideal para o efeito que é a prática desportiva, com o seu mágico poder de atrair e ligar a juventude de vários países (3).

Não se pode, no entanto, pensar que apenas razões assim altruístas levaram a República Popular de Angola a abalançar-se a um empreendimento de tanto vulto. Houve também, naturalmente, interesses próprios de várias ordens, todos devidamente ponderados e, no fim, todos



cumpridos, pontualmente, na medida em que, através dos Jogos, se criaram condições quer para o salto qualitativo do desporto de alta competição quer para a massificação desportiva que se deseja e que sempre encontra o melhor estímulo nas proezas dos campeões.

Politicamente, os Jogos constituíram para a RPA uma bela e espectacular manifestação de personalidade, da capacidade, de força — talvez impensável para um país assim de meia-dúzia de anos e que passou por tremendas vicissitudes até consolidar a sua independência e que, mesmo agora, continua em luta com o invasor sul-africano e os fantoches angolanos que se lhe associam

Os II Jogos da África Central, para além de terem constituído um enorme êxito organizativo, foram um verdadeiro espectáculo de beleza e de cor. Na foto da direita, o secretário de Estado dos Desportos angolano, Rui Mingas, faz a entrega de uma medalha de ouro a um atleta vitorioso



Bases para o futuro

No plano desportivo, os dividendos a tirar da ousada iniciativa também se tornam óbvios, porque os investimentos não se fizeram de forma leviana, não houve uma obra de fachada para congolês ver (ou

zairota, ou burundi), porque todas as despesas se transformaram em bens duráveis, de aproveitamento posterior assegurado e que constituem a base para o grande edifício do desporto angolano.

Os responsáveis driblaram sempre as perguntas sobre o montante das despesas para pôr de pé e a

funcionar a máquina dos Jogos, com o argumento de que só depois dos Jogos seria possível o conhecimento de todos os gastos, mas é evidente que dos Jogos se tiram lucros de todo impossíveis de contabilizar, como é o caso concreto da utilização de uma excelente pista de tartan que se fez para os Jogos, mas que fica ali no Estádio da Cidadela, ao serviço da juventude luandense. No mesmo sentido, todos os trabalhos de beneficiação, de ampliação e de adaptação levados a cabo, quer no parque desportivo da Cidadela, quer nas demais instalações desportivas, em Luanda e no Huambo, são estruturas que ficam e que vão tornar mais útil e mais eficaz o profícuo trabalho desenvolvido por técnicos estrangeiros de nomeada que põem ao serviço do desporto angolano não apenas a sua capacidade profissional, mas também um espírito de militância, de devoção ao trabalho, de plena entrega a uma tarefa da qual já se viram os primeiros frutos, precisamente nestes II Jogos da África Central.

Na verdade, se é certo que a grande vitória da RPA foi a própria organização dos Jogos, que duraram duas semanas e movimentaram mais de um milhar de atletas, aconteceu também que os atletas angolanos conquistariam classificações muito curiosas e reveladoras do grande progresso de que são susceptíveis, quando se puder tirar pleno rendimento das novas estruturas postas agora à sua disposição.

Tirando a decepção do futebol, que é o desporto mais popular e no qual se depositavam ilimitadas esperanças (três empates, uma derrota e o quarto lugar), os representantes da RPA ganharam quarenta e seis medalhas e, neste total, foram apenas suplantados pelos atletas dos Camarões, um país que fez a sua independência há uma vintena de anos e tem consagrado ao Desporto uma atenção muito especial (4).

Em contrapartida, naquelas disciplinas onde, pelos vistos, nem os próprios angolanos se tinham apercebido bem das suas possibilidades, acabaram por alcançar êxitos surpreendentes, nomeadamente no atletismo (quatro medalhas de ouro), no pugilismo (duas de ouro) e no judo (uma de ouro). E não se tratou de êxitos acidentais, a traduzir um empolgação de circunstância, como o demonstram a quantidade elevada de medalhas de prata (dezasseis) e de bronze vinte e três também conquistadas e a revelar assim já uma certa quantidade de elementos de qualidade, numa altura em que o trabalho em profundidade está ainda praticamente no seu início.

Nem seria necessário este complemento das medalhas para que os Jogos ficassem assinalados como um triunfo importante da jovem república angolana, mas não deixam de constituir também um índice seguro da projecção que o desporto da RPA pode alcançar, a médio prazo, pelo estímulo poderoso que representam, no duplo aspecto da divulgação da prática desportiva tornada um verdadeiro direito do povo, e no aparecimento de um número cada vez maior de campeões capazes de fazer subir a gloriosa bandeira da República Popular de Angola no mastro de honra dos grandes certames desportivos internacionais.

(1) Os Jogos viriam a realizar-se entre nove países, por desistência, à última hora, da Guiné Equatorial e da República Centro-Africana, por alegadas dificuldades económicas. Os número de modalidades fixar-se-ia em oito, por não haver o número mínimo regulamentar de países inscritos, em natação e ténis, modalidades que estavam também inicialmente previstas. Em Luanda, no decurso dos Jogos, realizar-se-ia um curioso festival de natação a título de propaganda e para o qual foram convidadas as delegações de todos os países concorrentes.

(2) Constituição dos sete grupos em que se divide a acção do CSSA:

Zona 1 — Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia (4)

Zona 2 — Senegal, Gâmbia, Guiné-Conakry, Guiné-Bissau, Mali, Cabo-Verde e Mauritània (7)

Zona 3 — Gana, Costa do Marfim, Libéria e Serra Leoa (4)

Zona 4 — Benin, Alto Volta, Níger, Nigéria e Togo (5)

Zona 5 — Gabão, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Congo, Guiné Equatorial, Ruanda, Chade, Zaire, Angola e São Tomé e Príncipe (11)

Zona 6 — Quênia, Etiópia, Uganda, Egipto, Somália, Sudão, Tanzânia e Djibuti (8)

Zona 7 — Zâmbia, Ilhas Maurícias, Lesoto, Madagascar, Malawi, Suazilândia, Seychelles, Botswana, Moçambique e Comores (10)

(3) «Angola esforça-se por criar as condições ideais para atingir a formação integral da sua juventude e, certamente, a Educação Física desempenha aí um lugar importante. Dos nossos jovens queremos fazer cidadãos capazes de responder plenamente a todas as solicitações que se tornem necessárias e, tendo o Desporto tanto a ver com a saúde da população, é evidente que justifica bem a prioridade que se lhe concede.

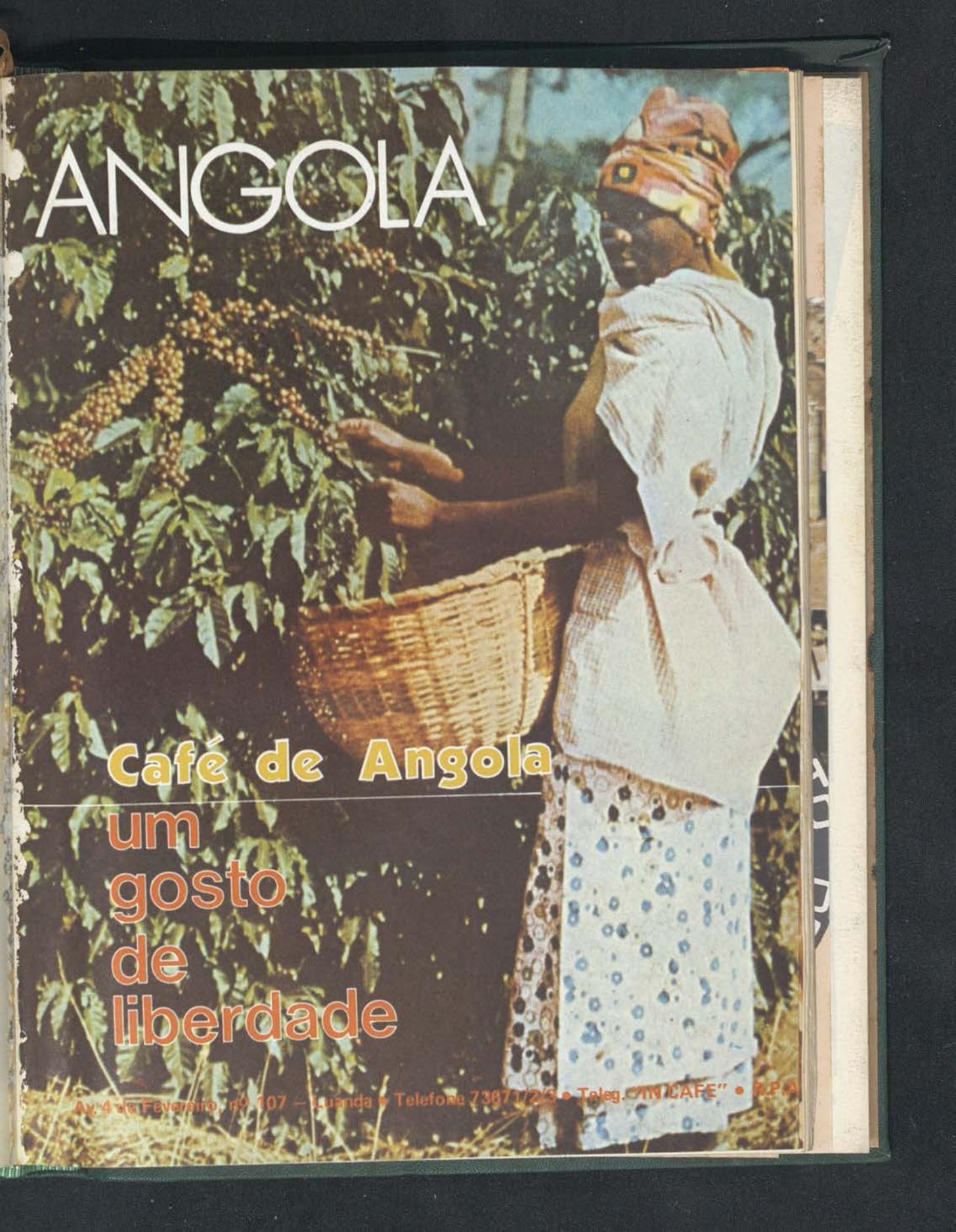
«Há ainda um outro aspecto muito importante. É que o Desporto tem um papel também de monta no tocante à mobilização de massas, contribuindo assim para manter o espírito de unidade do povo angolano, através das diversas competições que interessam todas as províncias.

«Sendo assim no plano nacional, também o é no plano internacional, proporcionando um conhecimento mais estreito dos diferentes países do nosso continente e, com ele, um reforço da unidade africana» (palavras de Rui Mingas, em entrevista concedida ao jornal «A Bola» de 3 de Setembro de 1981).

(4) Quadro final da atribuição das medalhas dos II Jogos da África Central:

| | Ouro | Prata | Bronze | Total |
|----------|------|-------|--------|-------|
| Camarões | 28 | 10 | 14 | 52 |
| Congo | 9 | 21 | 11 | 41 |
| Gabão | 8 | 6 | 11 | 25 |
| Angola | 7 | 16 | 23 | 46 |
| Zaire | 6 | 6 | 5 | 17 |
| Burundi | 2 | 6 | 3 | 11 |
| Ruanda | 2 | 0 | 2 | 4 |
| Chade | 2 | 0 | 1 | 3 |
| São Tomé | 0 | 0 | 1 | 1 |

Nos I Jogos, disputados em Libreville (Gabão) também a República dos Camarões foi o grande vencedor.

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red beans.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "VINICAFE" • P.P.A.

fun
o a
Jog
de
que
tod
con
de
se f
no
da
sen
fici
ção
des
den
Lua
que
e m
desc
geir
serv
aper
nal,
litân
plen
se v
samo
Cen

Os diamantes de Angola são mais brilhantes



N
gran
orga
duas
de u
tamb
conq
curio
progr
quanc
mento
agora

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Tira
que é
qual se
ranças
o quart
RPA g
dalhas
suplant
rões, u
dência
consag
ção mu